

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC – SP

Marcio L. V. Cruz

A agenda dos colunistas que escreveram no Caderno Opinião da
Folha de S. Paulo no período 2003 a 2006

Mestrado em Ciências Sociais

São Paulo
2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC – SP

Marcio L. V. Cruz

A agenda dos colunistas que escreveram no Caderno Opinião da Folha
de S. Paulo no período 2003 a 2006

MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Dissertação apresentada à Banca Examinadora, como exigência parcial para a obtenção do título de MESTRE em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação da Prof^a. Doutora Vera Lucia Michalany Chaia.

São Paulo
2009

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC – SP

Marcio L. V. Cruz

Mestrado em Ciências Sociais

A agenda dos colunistas que escreveram no Caderno Opinião da Folha de S. Paulo no período 2003 a 2006

São Paulo
2009

Errata

Na página 92 onde se lê:

“Um enquadramento, que denominamos como contendo característica *Interpretativa*: quando o locutor apresenta uma interpretação do fato/tema/evento/ação e o outro como contendo característica *Avaliativa*: quando existe uma intencionalidade na fala do apresentador, sendo na imensa maioria a segunda alternativa”.

Leia-se

Um enquadramento, que denominamos como contendo característica *Interpretativa*: quando o colunista apresenta uma interpretação do fato/tema/evento/ação e o outro como contendo característica *Avaliativa*: quando existe uma intencionalidade na escrita do colunista, sendo na imensa maioria a segunda alternativa.

Nas páginas 8, 74, 93, 109, 110, 127, 145, 156 e 162 onde se lê “validação”, leia-se Valência.

Banca Examinadora

Dedico este trabalho, à memória dos meus avós maternos, Garibaldi Vieira e Clotilde Vieira (Mama), que foram um espelho para que eu pudesse olhar o passado e um farol para iluminar o futuro.

Aos meus pais, Léo do Carmo Cruz e Carmosina Vieira Cruz (Carmô), que ensinaram seus filhos a não desistir e que sempre há tempo para fazer o que tem de ser feito.

A minha filha Luana Volpi Cruz e a meu neto Lucas Cruz Bandini, para que tenham nesta dissertação, um pequeno exemplo dos ensinamentos de seus avós e bisavós.

Agradecimentos

Agradecimentos são sempre injustos, pois ou são genéricos para abarcar todos e todas, não fazendo distinção de importância, ou, são específicos, correndo o risco de se esquecer de algum detalhe ou de alguém em especial. Vou correr riscos, sem os quais com certeza este trabalho não teria existido.

Inicialmente, todos os créditos por eu ter ingressado no mestrado da PUC à querida professora Rosemary Segurado, minha professora de Ciências Sociais na graduação (realizada na Fundação Escola de Sociologia e Política (2000-2004) e que dois anos passados de minha formatura como bacharel, desafiou-me a tornar-me Mestre em ciências sociais. A minha orientadora professora Dra. Vera Chaia, que me acolheu com seriedade e cumplicidade apostando que apesar do pouco tempo disponível à pesquisa e elaboração teórica, eu conseguiria terminar o que está aqui registrado. Não poderia esquecer-me dos professores do curso de pós graduação e ciências sociais da PUC/SP, com os quais tive o privilégio de ampliar horizontes teóricos, em debates por vezes acalorados, e um agradecimento especial ao professor Dr. Miguel Chaia, por sua contribuição na banca de qualificação junto à professora Rosemary Segurado, que acompanhou o início, o meio e o fim desta trajetória.

Agradeço a minha filha Luana, por compreender minhas ausências nos finais de semana, nas noites que passei trancado no quarto para completar as leituras e reflexões e pelo pouco tempo que dispus para viver os primeiros meses da presença de meu neto Lucas, tempo que não recuperaremos jamais.

Agradeço à Mestre em Ciências Sociais Juliana Oliveira, pelo encorajamento, solidariedade, colaboração teórica e carinho com que me acolheu em sua vida, em período tão conturbado da vida de ambos especialmente nos últimos meses, em que se dedica ao ingresso no doutoramento e eu, a terminar esta dissertação.

Agradeço ao Capes, por ter oportunizado a bolsa que custeou meus estudos, a todos e todas, que de forma direta ou indireta, colaboraram para que esta pesquisa fosse possível do ponto de vista material e pedagógico.

Por fim, agradeço aos amigos e amigas próximos ou distantes, que influenciaram de alguma forma meus debates acadêmicos e problemas teóricos, entre eles e elas cito: Augusto Vieira, Alex Rego, Arnaldo Valentim, Eduardo Marques, Eduardo Tadeu, Expedito Correa, Fabiana Itaci, Mauro Iasi, Osmar Lopes, Paula Madeira e Renato Simões. Ao incentivo que me foi dado no início desta aventura de tornar-me mestre pelos amigos: Antonio Folquito, Cintia Simões, Gustavo Querubine, Iker Ascue, Marina Santa Cruz, Rosário Medes, Rosalina Santa Cruz, Soraia Sauro e aos amigos e amigas do Núcleo do Almeida pelos debates étlicos intermináveis. Agradeço ainda, a Natalia Oliveira pela colaboração na revisão deste trabalho e a Ana Facundes pela tradução do *Abstract*; ao incentivo de meus irmãos Marcos, Mauro, Mauri e Fernanda e ao sempre disponível Mestre e companheiro Scapi, do Núcleo de Educação Popular 13 de maio.

Resumo

Este trabalho se propôs a mapear quais as *agendas* de temas apresentadas pelos colunistas no caderno Opinião da Folha de S. Paulo no período do primeiro mandato do governo Lula (2003-2006). O período foi especialmente relevante na história brasileira pelas características do presidente eleito pelo Partido dos Trabalhadores, de origem nordestina, líder sindical, fundador do PT e da CUT e um dos principais personagens da política brasileira que representou os anseios dos trabalhadores da cidade e do campo, de intelectuais orgânicos, e de organizações de esquerda brasileira. Os jornais de circulação nacional publicam de forma periódica artigos de opinião assinados por políticos, acadêmicos, religiosos, empresários, literatos, personalidades públicas, que emitem todos os dias juízos sobre os mais variados temas. Nesta pesquisa buscamos evidenciar, pela análise dos artigos publicados no Jornal Folha de S. Paulo, a *agenda* de temas abordados pelos colunistas, a expectativa de *enquadramento* e a *valência* através dos critérios positivo, negativo e neutro formulados em relação ao governo Lula.

ABSTRACT

This work aims to identify the *agendas* presented by the columnists from the section "Opinion" of Folha de São Paulo newspaper in the period of president Lula's first mandate (2003-2006). This period was specially relevant in the Brazilian history considering the characteristics of the president elected by the Partido dos Trabalhadores (the labor party): Northeastern origin, former union leader, founder of PT and CUT and one of the most important characters of the Brazilian politics, who represented the hopes of workers from the city and rural areas, organic intellectuals, and leftist Brazilian organizations. The national newspapers periodically publish opinion articles written by politics, academics, religious leaders, entrepreneurs, writers, notorious people, who express their opinion in a daily basis about a wide variety of subjects. This work seeks to show the possible agenda and *worthiness* of the judgements made about Lula's government in published articles from the newspaper Folha de São Paulo, considering as criteria "positive", "negative" and "neutral".

SUMÁRIO

Introdução	9
CAPÍTULO I	13
Comunicação política e jornalismo de opinião: os conceitos que envolvem a análise sobre mídia e política na formação de opinião	13
1.1 Unidirecionalidade: um debate aberto	18
1.2 Abordagem conceitual para um estudo sobre a mídia.....	19
1.3 Sobre a Agenda-Setting.....	21
1.4 Sobre enquadramento (framing).....	27
1.5 Sobre a Produção integrada	29
1.6 Sistema de comunicação no Brasil.....	31
CAPÍTULO II	36
A Política nas sociedades <i>media center</i>	36
CAPÍTULO III	42
A Mídia e os formadores de opinião.....	42
3.1 Sobre o Jornalismo de Opinião.....	44
3.2 A opinião pessoal publicada para a opinião Pública.....	46
CAPÍTULO IV	51
Folha de S. Paulo: Jornal e Jornalismo.....	51
4.1 Os colunistas da Folha de São Paulo no período 2003 a 2006.....	58
4.2 Método de escolha dos colunistas a serem analisados.....	63
4.3 Breve biografia dos colunistas a serem analisados	65
CAPÍTULO V	74
Identificando a agenda dos colunistas e a validação sobre o primeiro mandato do governo Lula.....	74
5.1 A agenda de Mangabeira Unger, enquadramento e valência.....	75
5.2 A agenda de José Sarney, enquadramento e valência.	93
5.3 A agenda de Delfim Netto, enquadramento e valência.....	110
5.4 A agenda de Antonio Erminio de Moraes, seu enquadramento e valência.....	126
5.5 A agenda de Dom Luciano Mendes de Almeida, enquadramento e valência.....	144
5.6 Breve análise sobre as principais agendas dos colunistas	156
CONSIDERAÇÕES FINAIS	162
Anexos	164
Anexo I.....	164
Anexo II.....	165
Anexo III.....	166
Anexo V	169
Anexo VI	170
Anexo VII	171
Anexo VIII	172
Anexo IX.....	173
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	175

Introdução

Os meios de comunicação de massa selecionam e abrem espaços para empresários, políticos, acadêmicos, religiosos, entre outros, exporem suas opiniões sobre a agenda pública ou da mídia. No caso da mídia eletrônica, estas opiniões são difundidas através de entrevistas nas emissoras de rádios e televisão, em programas que tratam de temas específicos como os esportivos, ou, nos programas diários que oferecem sua visibilidade a especialistas para opinarem sobre determinada agenda pública.

Nos jornais e revistas, estas opiniões são expostas em espaços permanentes, dentro dos cadernos ou em cadernos específicos denominados de Caderno Opinião. Existe ainda, a opinião do próprio jornal ou revista denominada de editorial.

Buscarei analisar nesta dissertação, os artigos publicados no Caderno Opinião, em específico do Jornal Folha de S. Paulo. O referido jornal possui vários cadernos diários como: Esporte, Ilustrada, Dinheiro, Cotidiano, Vitrine e Mais Em todos estes cadernos há a publicação de artigos opinativos. Não pretendo estudar todos os artigos diários publicados no jornal Folha de S. Paulo, vou me dedicar somente aos artigos assinados regularmente no Caderno Opinião, ao lado direito da página A2.

Neste caderno, que ocupa as páginas mais nobres do jornal (A2 e A3) são publicadas colunas diárias sobre os mais variados temas. Não faz parte da análise, investigar se a posição destes colunistas acerca dos assuntos que abordam, espelham as posições do jornal Folha de S. Paulo. Isto obrigaria uma análise comparativa entre os colunistas e editoriais, sendo estes últimos, os que manifestam a opinião do jornal acerca de temas da agenda pública ou da mídia, revelando a visão *oficial* do veículo de comunicação. Embora tal análise não tenha sido feita, é aceitável afirmar que um meio de comunicação, não teria entre seus colunistas periódicos, um formador de opinião que estivesse em confronto direto e contraditório com os valores sociais que orientam suas pautas e conteúdos.

Nesta perspectiva é improvável, que um meio de comunicação de caráter conservador, tenha entre seus colunistas periódicos, um formador de opinião filiado a ideais de uma esquerda revolucionária, mesmo que não esteja em contradição com a possibilidade deste mesmo periódico de caráter conservador, para legitimar a imagem de uma “veículo de comunicação plural”, publique artigo deste mesmo formador de opinião em uma única edição de determinado caderno veiculado no interior do jornal.

Significa dizer que, se os colunistas que publicam periodicamente suas opiniões em artigos no jornal, não representam o que pensa o jornal sobre os assuntos abordados - mesmo porque, o jornal e seus donos não têm de ter posição sobre tudo - ao menos, estes colunistas, tendem a não se colocar na contraposição direta em relação à direção editorial do jornal.

Depois de delimitar os conceitos utilizados, tais como a *agenda-setting* e as teorias sobre o enquadramento utilizado pela mídia - a partir de bibliografia que estuda comunicação e mídia e sua relação com política - buscarei analisar os artigos periódicos publicados no Jornal Folha de S. Paulo, na página A2, no período de 2003 a 2006, correspondente ao primeiro governo do presidente Lula, do Partido dos Trabalhadores.

No período analisado, foram publicadas 1.462 edições do jornal Folha de S. Paulo, sendo o Caderno Opinião, publicado em todas as edições na página A-2 e A3. Na página A2 são publicados, de dois a três editoriais, uma charge, três colunas centrais assinadas por articulistas profissionalizados pelo jornal, uma coluna semanal de artigo de um colunista convidado, além de um *Box* com frases da semana; já na página A3, temos os artigos encomendados na coluna Tendências & Debates que ocupa dois terços da página, as opiniões de leitores e um *Box* intitulado “erramos”.

Analisarei somente os artigos publicados na página A2, num universo de 1.462 artigos. Os artigos publicados no período foram assinados por quarenta e oito pessoas, entre profissionais de comunicação, empresários, políticos, religiosos e acadêmicos. Cada dia da semana é reservado a um único colunista, o qual é substituído em caso de eventual ausência de artigo do colunista efetivo.

Para facilitar a análise, tomamos como critério estudar os colunistas com maior frequência de publicação período. A soma dos artigos publicados por colunistas efetivos com frequência acima de 90% neste período totalizam 996 artigos. Deste total, construímos a amostra utilizando o critério de “semana casada”, resultou deste procedimento 227 artigos, correspondendo a 15,45% do total de artigos publicados nos quatro anos e 22,6% do total de artigos publicados com frequência superior a 90%.

Esta é a amostra a ser analisada, tendo como autores selecionados, os colunistas com frequência maior que 90% de publicação de artigos na página A-2 do Caderno Opinião da Folha de S. Paulo. São eles: Antonio Ermírio de Moraes (100% de frequência), José Sarney (99,4%), Antonio Delfin Netto (94,2%), Roberto Mangabeira Unger (92,3%) e Dom Luciano Mendes de Almeida (90,9%) sendo que este último até o dia anterior a sua morte, teve a frequência de 100% em suas publicações.

Estes colunistas representam os lugares que ocupam na vida social, como empresário, religioso, político e intelectual se expõem publicamente, oferecendo ao conjunto de leitores do Caderno Opinião do jornal Folha de S. Paulo, suas visões de mundo e opiniões sobre os temas da agenda pública e da agenda da mídia.

A presente investigação procura compreender qual é a agenda, o enquadramento e valência que estes colunistas se utilizam em seus artigos diários. Em especial, debruço-me sobre o governo Lula, buscando identificar o que estes colunistas comunicam a seus leitores.

Não pretendo investigar se a opinião destes colunistas incide no modo como os leitores deste jornal se posicionam diante destas categorias. Isto não seria possível em uma pesquisa deste porte, com análise baseada somente nos artigos dos colunistas. Minha preocupação circunscreve-se tão somente no conteúdo que estes colunistas se propõem a escrever no tocante ao governo Lula e quando for pertinente, revelar aspectos importantes que fogem desta categoria de análise.

No primeiro capítulo, apresento a discussão que envolve os conceitos pelos quais se analisam os temas de mídia e política e abordagens sobre o próprio conceito de mídia, o debate em aberto em relação às teorias de “unidirecionalidade”, as noções de “imparcialidade” e “objetividade como

paradigmas”, a teoria sobre a *Agenda- Setting* e as noções de enquadramento dos artigos. Apresento ainda, uma breve leitura sobre a produção integrada e de como se configura o sistema de comunicação no Brasil.

O capítulo segundo oferece uma abordagem teórica sobre o exercício da política nas sociedades que hoje se caracterizam pelo conceito de *media Center*. Busca compreender as mudanças e alterações entre a dinâmica da comunicação humana atual e a anterior a esta.

O terceiro capítulo apresenta uma abordagem teórica sobre os formadores de opinião, que atuam em vários espaços da sociedade, aqueles que fazem o jornalismo de opinião e aqueles que se utilizam do veículo jornal, para publicar suas opiniões de forma regular, como é o caso dos colunistas de cadernos de opinião dos principais jornais do país.

O quarto capítulo foi reservado à uma apresentação do Jornal Folha de S. Paulo discutindo o jornalismo, a história da Folha no período progressivo à democracia recente e depois desta. Neste capítulo apresento os colunistas que escreveram no caderno Opinião da Folha de S. Paulo, na página A3; qual o método de seleção dos colunistas que serão avaliados no período do primeiro mandato do governo Lula; e quais são estes colunistas, com uma breve biografia de cada um.

Por fim, o capítulo quinto tratará de analisar a amostra dos artigos assinados pelos colunistas da Folha de S. Paulo que assinaram artigos na página A2 no período do primeiro mandato do presidente Lula, buscando explicitar quais foram as agendas destes colunistas individualmente no período estudado, a que enquadramento estas agendas poderiam se colocar a serviço, e por fim, a valência do conteúdo dos artigos quanto às políticas do governo Lula nos critérios de positivo, negativo e neutro .

Ao final, apresento minhas considerações finais sobre o produto da análise dos artigos, sem a preocupação de que sejam conclusivas, uma vez que tendem a oferecer novas abordagens e desafios para análises futuras.

CAPÍTULO I

Comunicação política e jornalismo de opinião: os conceitos que envolvem a análise sobre mídia e política na formação de opinião.

Muito se tem estudado sobre a relação entre mídia e política. Estes esforços delimitaram, num primeiro momento, os conceitos que orbitam ao redor deste campo de análise, e que, apesar de possuírem relação entre si, não dão conta de estabelecer conexão entre os *mass media* e o sistema político brasileiro no recente período de democratização do país.

“Comunicação”, “informação”, “meio de comunicação” e “meio de informação” são alguns dos elementos que conformam o entorno deste campo de análise sobre a relação entre mídia e o exercício da política, mas, insuficientes.

Não é objeto desta dissertação se estender no debate sobre conceitos e possibilidades apresentadas pelos vastos estudos que abordam de maneira mais abrangente a “mídia e sua relação com o poder”, mas é necessário expor os conceitos a serem utilizados a fim de evidenciar a existência desta relação.

Inicialmente, apresento o conceito de “mídia”, tomando-o emprestado de Venício A. de Lima.

A mídia, plural latino de medium, meio, é entendida aqui como o conjunto das instituições que utilizam tecnologias específicas para realizar a comunicação humana. Vale dizer que a instituição mídia implica sempre a existência de um aparato tecnológico intermediário para que a comunicação se realize. A comunicação passa, portanto, a ser uma comunicação mediatizada este é um tipo específico de comunicação, realizado através de instituições que aparecem tardiamente na história da humanidade e constituem-se em um dos importantes símbolos de modernidade. Duas características da comunicação mediatizada são sua unidirecionalidade e a produção centralizada, integrada e padronizada de seus conteúdos. (LIMA, 2006, p. 53).

Neste pequeno recorte, a conceituação sobre “mídia” ultrapassa a simples definição de “meio de comunicação”, entendida como um mero meio de “transporte” de conhecimento, informação e de circulação simbólica das representações pré-existentes na sociedade.

Cada meio de comunicação seja ele rádio, televisão, jornal, revista, *sítio* da internet (*website*), entre outros, não corresponde por si só à Mídia, mas, isoladamente, constitui uma instituição midiática, que por possuir meios tecnológicos para estabelecer a comunicação com um universo amplo de pessoas, em alguns casos a um só tempo, caracteriza-se como parte integrante de um conjunto de instituições denominadas pelo termo em inglês *mass media*.

A configuração destes meios isolados e aparentemente independentes uns dos outros, mas que atuam em redes de comunicação que se cruzam na centralidade de sua produção editorial de uma agenda comum, enquadramentos, valores e interesses é que constituiria o que os estudos denominam por “A Mídia”.

Desde a invenção de prensa tipográfica, por Johann Gutenberg no século XV, que as relações de poder se perpassam na ação comunicativa não pessoal para difundir suas normas e demonstrar para uma elite letrada, determinada forma de pensar, agir, relacionar-se socialmente, etc.

A mesma prensa tipográfica também foi utilizada por partidos, sindicatos, abolicionistas e outras formas de organização, para manifestar as diferenças marcantes de cada época entre as elites de seu tempo e as visões progressistas ou revolucionárias que se instalaram em determinados períodos.

Desde o início da comunicação extensiva através de tecnologias específicas (sem a necessidade da relação direta entre os homens) estas tecnologias são utilizadas para uma ação de manutenção do “*status quo*” e na incitação de mobilizações na contra ordem na sociedade. Como bem elucida Marx e Engels no Manifesto Comunista (2008, p.11), “*a história de todas as sociedades que existiram até nossos dias é a história das lutas de classes*” e não há evidências de que esta conclusão tenha se alterado no período estudado.

Partindo dessa premissa, se faz necessário observar a existência atual de uma “Mídia da contra ordem”, a qual se apresenta em absoluta desvantagem na competição pela comunicação humana,

em especial por não possuir os mesmos “meios”, nem a abrangência dos *mass media*. Falo de determinados veículos de informação que se propõem pautar e oferecer enquadramentos distintos de forma a contrapor as agendas e enquadramentos hegemônicos apresentados pela grande mídia.

Existem vários meios de comunicação com as características mencionadas, dentre eles, jornais de sindicatos, partidos, programas de rádios e recentemente sítios na internet. Mencionarei somente dois exemplos que acredito relevantes por seu caráter de difusão de legitimação entre os setores que atuam na contra ordem da política social e econômica: o jornal Brasil de Fato e a agência de notícias Adital.

O jornal Brasil de Fato foi lançado em 25 de janeiro de 2003, no Fórum Social Mundial realizado em Porto Alegre e tem circulação nacional.

Seu principal foco é a agenda dos movimentos sociais e os temas institucionais que têm relação direta com estes movimentos. Os enquadramentos de suas matérias, reportagens e artigos afirmam os movimentos sociais como protagonistas de lutas históricas e legítimas do povo brasileiro. No seu site, se autodefine da seguinte forma:

*Por entender que, na luta por uma sociedade justa e fraterna, a democratização dos meios de comunicação é fundamental, movimentos sociais como o MST, a Via Campesina, a Consulta Popular e as pastorais sociais criaram o jornal **Brasil de Fato** — um semanal político, de circulação nacional, para contribuir no debate de idéias e na análise dos fatos do ponto de vista da necessidade de mudanças sociais em nosso país. Plural e diversificado, o **Brasil de Fato** reúne jornalistas, articulistas e intelectuais do Brasil e do mundo.¹*

Entre estes jornalistas, estão personalidades pouco conhecidas do público, mas muito conhecidas na esquerda brasileira como o jornalista Alípio Freire. No conselho político, há intelectuais de envergadura internacional e líderes sociais. Cito os intelectuais Michael Löwy, Emir Sader, Oscar Niemeyer e João Capibaribe; líderes sociais como João Pedro Stedile (MST) e Luis Gonzaga (Gegê) do movimento nacional de moradia.

¹ Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/v01/quemsomos>> Acesso em: 29/08/09

A agência de notícias Adital iniciou suas atividades em 1999 a partir da iniciativa de três entidades italianas: a Fundação "Rispetto e Parità", a Agência de Notícias "Adista" e a Rede "Radiè Resch" que apresentaram a Frei Beto o projeto de organizar um espaço na internet com vistas a dar visibilidade às agendas sociais na América Latina e Caribe.

A produção de notícias da ADITAL destina-se aos jornalistas da mídia mundial (escrita, radial, televisiva, on-line) e a todos os setores da sociedade civil no mundo. Hoje, além de uma ampla rede de correspondentes em diferentes países da América Latina e do Caribe, ADITAL recebe suas informações de pessoas e grupos que constroem cidadania em seus países.²

Esta agência de notícias que se utiliza da internet para difundir suas notícias sobre a América Latina e o Caribe tem sede no Brasil na cidade de Fortaleza – CE. Pretende como define seu site, “dar visibilidade às ações libertadoras que o Deus da Vida faz brotar nos meios populares”, demonstrando forte enraizamento na Teologia da Libertação, em especial por ter como principal articulador no Brasil, Frei Beto.

Fica evidente que não existe “a Mídia”, mas sim “as mídias”, no plural. Contudo nesta dissertação tratarei por “mídia”, não os *mass media*³ particulares, mas o conjunto de instituições que, ao estabelecerem a comunicação de forma *integrada e unidirecionada* com um universo massivo de pessoas, se utiliza de vários meios de comunicação cruzados para uma mesma agenda, com enquadramentos similares ou não conflitantes.

² Disponível em: <<http://www.adital.org.br/site/conteudo.asp?lang=PT&ref=quemsomos>> Acesso em: 29/08/2009

³ *Mass Media*: são sistemas organizados de produção, difusão e recepção de informação e conhecimento que se constituem em mecanismos de comunicação humana unidirecional com forte poder econômico. São geridos por empresas especializadas na comunicação de massas e exploradas por regimes concorrenciais, com forte característica de concentração patrimonial em grupos ou redes. Estas empresas podem ser privadas, públicas ou estatais, mas, são hegemonicamente de caráter privado. Os *Mass Media* se caracterizam por utilizarem de forma cruzada, diferentes meios de transmissão de informação e conhecimento: Por difusão - Scriptovisual (imprensa escrita), Áudio (rádio), Audiovisual (televisão e cinema), Edição - Scripto (livro), Áudio (disco), Scriptovisual (cartaz e poster), Audiovisual (documento áudio-visual) mais recentemente no sistema de internet. Os vários meios de expressão social: a imprensa, a televisão, a rádio e o cinema, são orientados para um público que se pretende o mais abrangente possível, fabricando um produto específico de mensagens políticas, ideológicas, comerciais, recreativas, e culturais etc.

A produção acadêmica sobre as abordagens em relação à mídia é bastante ampla, mas isso não significa que haja consensos. A própria concepção de “unidirecionalidade” da mídia está sendo problematizada como veremos a seguir.

Apresento aqui algumas características que considero importante para dialogar com a análise sobre a mídia, as quais evidentemente não esgotam o universo bibliográfico existente, mas nos fornecem uma base de apoio para fundamentar a reflexão proposta.

Um dos elementos centrais desta dissertação está na ideia de que a sociedade urbana moderna (e cada vez mais, também a não urbana) se caracteriza por uma centralidade na mídia. Este fenômeno é denominado pelas ciências sociais como *media centric*, ou seja, a capacidade que tem a mídia de fornecer às sociedades e grupos sociais, um “conhecimento público” que possibilita aos indivíduos um cardápio de escolhas para a tomada de decisões nas diferentes esferas da atividade humana.

Um dos aspectos distintivos da centralidade da mídia se revela no potencial que possui na “construção da realidade”, papel cada vez mais crucial nas sociedades contemporâneas. A título de exemplo, citamos seu potencial em construir representações sociais como:

Etnias (branco/negro), de gêneros (masculino/feminino) das gerações (novo/velho), da estética (feio/bonito) etc. – e, em particular da política e dos políticos. É através da mídia - em sua centralidade - que a política é construída simbolicamente, adquire um significado. (LIMA, 2006, p. 55)

Estas representações são construções históricas e sociais que se estabelecem a partir das relações concretas, que têm na comunicação humana e, por extensão, nos mecanismos da difusão de massa desta comunicação como um importante aliado. A produção destas representações da realidade é, contudo, resultado de relações de poder nas sociedades capitalistas, desenvolvidas ou não, que possuem sistemas de comunicação centralizados e massivos. Nestes casos, a “mídia” se torna o *locus* onde se dá a comunicação humana, de forma *unidirecional* – no sentido que tem a ausência de comunicação com o público. Este último, não tem condição de se manifestar no ato da comunicação como seria possível, por exemplo, em um evento público (comício, show,

palestras e similares), onde as pessoas podem individual ou coletivamente manifestar-se através de vaia, aplausos, ou outras formas de manifestação. Sendo ela *unidirecional* e ao mesmo tempo construtora de universo simbólico, a mídia tem o potencial de posicionar-se diante de uma multidão de pessoas, oferecendo interpretações sobre os fenômenos, eventos e fatos sociais das mais diferentes áreas do cotidiano e do pensamento humano sem ter de enfrentar as reações imediatas deste público.

1.1 Unidirecionalidade: um debate aberto

A *unidirecionalidade* se dá em dois aspectos: na comunicação sem acesso à resposta imediata do público e na seleção da agenda pública, ou seja, no que se transforma em visibilidade pública. Nos dois casos este conceito pode ser recolocado para discussão. Citando somente os Blogs, um fenômeno que deve ser estudado por ter potencial de influência nos dois aspectos, estes são escritos por personalidade públicas ou por pessoas comuns constantemente, e têm um público de relacionamento que acessa periodicamente estas leituras.

Os *blogueiros*, como são conhecidos, podem responder reagindo à agenda ou ao enquadramento dado pela mídia quase que instantaneamente, ou potencializar uma agenda nova. Isto pode ocorrer através de blogs, já que a resposta pode ser quase instantânea aos eventos comunicativos, sejam eles eletrônicos ou não. Uma vez posta na rede, no caso em questão, no Blog, esta comunicação ainda pode ser difundida em redes de comunicação via correio eletrônico.

O que este exemplo guarda de proximidade ao conceito de *unidirecionalidade* apresentado anteriormente, é o fato dos meios de comunicação não terem acesso simultâneo a esta resposta, pelo menos, de interlocutores que não têm uma visibilidade pública. Outro aspecto, que também deve ser investigado, está no potencial dos Blogs como mecanismos de comunicação na constituição de agenda pública, uma vez que alguns blogs possuem centenas de milhares de acessos, estando ou não, integrados a sítios. Um exemplo recente é o blog criado pela Petrobrás

para responder o enquadramento dado pela mídia no caso do pedido de CPI no Congresso em função da apresentação pública do balancete da empresa⁴.

Neste *Blog* institucional, a empresa respondeu ao enquadramento da mídia e colocou em evidência as notícias veiculadas nos jornais, em contraposição às informações que a própria Petrobras já havia fornecido aos veículos de comunicação, demonstrando que as notícias poderiam estar sendo “manipuladas” conforme interesse do meio de comunicação em questão.

Outro exemplo do potencial dos *Blogs* pode ser dado pela ação de um promotor de justiça de São Paulo, Saad Mazloum, que está a frente do Inquérito Civil 704/08, que investiga a situação do transporte público na capital paulista⁵. O “*Blog* do ônibus” divulga informações sobre a legislação relativa ao transporte público e oferece espaço aos leitores para apresentarem reclamações e denúncias em relação ao desrespeito da Lei quanto à ação da prefeitura, das concessionárias ou permissionárias de serviço de transporte público.

Apesar de relevantes, os *Blogs* são somente um dos elementos que colocam em questão o conceito de *unidirecionalidade*, merecendo maior aprofundamento de análise.

1.2 Abordagem conceitual para um estudo sobre a mídia

Mesmo com o necessário revisitar sobre ao conceito de *unidirecionalidade* da mídia, podemos afirmar que os *mass media* têm a pretensão de se apresentar à sociedade como mero instrumento da comunicação. Mais ainda, como meros transmissores de conhecimento e informação, alegando utilizar uma abordagem que inclui as noções de “imparcialidade” e “objetividade”. Estes paradigmas expressam a visão de que a mídia deve tratar (ela tenta fazer crer que assim se comporta) temas pautados na sociedade com posicionamentos sociais válidos, distintos e legítimos, de forma isenta, (inclusive nas questões políticas), assegurando que o sistema de comunicação de massa é imparcial e objetivo.

⁴ Disponível em: <<http://petrobrasfatosedados.wordpress.com/>> Acesso em: 29/08/09

⁵ Disponível em: <<http://www.onibus.blog.br/>> Acesso em: 29/08/09

“[...] deve impedir que valores e ideologias (principalmente dos proprietários e jornalistas) interfiram no relato dos ‘fatos’ (a noção de objetividade), ou evitar que os meios de comunicação favoreçam um grupo, partido ou candidato (a noção de imparcialidade).” (PORTO, 2004, p. 75)

Porto apresenta estes paradigmas recorrendo a Hackett (1993) para demonstrar como estes são insuficientes para um estudo sobre comunicação e mídia, uma vez que na relação entre mídia e política, por exemplo, os elementos *parcialidade, imparcialidade e objetividade* tornam invisíveis, vários aspectos como a influência de determinados valores sociais adotados por profissionais da comunicação cotidianamente em suas abordagens (de forma inconsciente ou não) e que em decorrência, formatam o universo da comunicação.

Ainda utilizando Hackett (1993), Porto revela que apesar de guardar elementos objetivos e empíricos, os paradigmas da objetividade e da imparcialidade estão em declínio e têm servido mais para a formulação crítica que se faz da mídia, afirmando ainda que já não é suficiente pressupor a possibilidade de comunicação imparcial, de conteúdos objetivos e “independentes do mundo exterior”.

Uma das alternativas para a substituição destes paradigmas é apresentada pelo autor como sendo a “orientação estruturada”. Tal orientação abrangeria, segundo Hackett (1993), algumas características da idéia de parcialidade que teria embutido em seu subtexto os conceitos de favoritismo, distorção, dentre outros, mas pretenderia abarcar um leque maior de possibilidades já que inclui:

vários tipos de orientações e relações sistemáticas que inevitavelmente, estruturam os relatos noticiosos.’ (Hackett p.128 apud PORTO), O autor argumenta que o conteúdo da mídia pode desempenhar um papel político ideológico importante, não apenas quando existe ou falta ‘objetividade’, e /ou ‘imparcialidade’, mas também quando este conteúdo é produzido a partir de uma matriz ideológica limitada (PORTO, 2004, p. 75-76)

Estes conteúdos ideológicos seriam ativados por uma “estrutura profunda” caracterizada por certo conjunto de regras e valores nem sempre conscientes. Porto (2004) se refere a Hackett quando diz que a noção de “enquadramentos” - aplicados por jornalistas na cobertura de notícias- revelam tais estruturas.

[...] tomando como base os argumentos de Hackett, Tankadr (2001 pp. 96-97) argumenta que o conceito de enquadramento oferece um instrumento para examinar empiricamente o papel da mídia na construção da hegemonia, no sentido gramsciano de uma direção intelectual e moral na sociedade civil. (PORTO, 2004, p.76)

A noção de enquadramento tem se revelado como uma importante contribuição, talvez até mesmo um novo paradigma, que substitui de forma mais eficiente aquele anterior, baseado na “objetividade” e “imparcialidade”. O enquadramento tem se constituído uma ferramenta que fundamenta diversos aspectos de análise na área da comunicação, dentre eles, o agendamento de temas públicos.

Abordarei brevemente estes dois elementos importantes no campo do estudo da comunicação, a saber, “*agenda-setting*” e “enquadramento” (tradução do termo em inglês *framing*). Trata-se de conceitos bastante discutidos nos programas de pesquisa que se debruçam para entender a relação e a incidência dos *mass media* nas preferências das pessoas e em seus processos de escolhas.

1.3 Sobre a *Agenda-Setting*

Um dos elementos constitutivos do poder da *mídia* como um conjunto de instituições que realizam a comunicação humana, em especial a de massa, está o potencial que tem para dar visibilidade e relevância a determinados temas, fatos e personagens, e por conseqüência, de excluir ou ocultar outros.

[...] no artigo seminal de que lançaram as bases da teoria da agenda Setting, MacCombs e Shaw (1972, p. 177) afirmam baseados em Bernard Cohen, que a mídia pode não ter muito sucesso em dizer às pessoas o que pensar, mas seria muito eficiente em determinar sobre o que as pessoas devem pensar. (PORTO, 2004, p. 77)

Esta passagem ilustra a capacidade que tem o sistema midiático de construir cenários, dar visibilidade e atenção a determinados temas, personagens e fatos e ainda, de sugerir à sociedade a formulação de juízos e opiniões.

A visibilidade e a proeminência de determinados temas em detrimento de outros num período delimitado (uma campanha eleitoral, por exemplo) foram definidos por McCombs e Shaw como a “agenda da mídia” e os temas discutidos considerados importantes pelos indivíduos (audiência) como a “agenda do público”. O procedimento metodológico padrão do modelo é o confronto entre a agenda da mídia e a agenda do público, tendo como pressuposto que: a) as duas agendas configuram a agenda-setting de um determinado período; b) a comparação entre elas permite verificar as possíveis correlações entre ambas e classificar os eventuais efeitos dos meios de comunicação sobre a audiência. (AZEVEDO, 2004, p. 43)

A agenda cuja definição se propõe aqui não surge de qualquer maneira, pois nas escolhas de temas e personagens atua um conjunto de sujeitos que incidem diretamente sobre a seleção daquilo que se tornará assunto relevante a ser constituído em agenda, e, por conseguinte, daquilo que não se tornará agenda para determinados contextos.

As notícias selecionadas sofrem um processo complexo de elaboração, envolvendo repórteres, editores, proprietários dos Jornais, políticos, lobbies que influenciam e condicionam a inclusão ou exclusão de determinadas matérias. As fontes que irão dar credibilidade às matérias também são selecionadas a partir de critérios estabelecidos pelo editor, e em muitos casos pelo dono do jornal. (CHAIA, 2004, p.11)

No entanto, as teorias que qualificam a agenda-*setting* para os estudos da comunicação quase sempre apresentam suas potencialidades como hipótese, ou seja, o conceito de agenda-*setting* deve ser colocado à prova para se saber em que medida o mesmo incide empiricamente sobre a *agenda* que se tem como pública, ou ainda, em que medida ele é influenciado por ela e a reproduz.

Mauro Wolf (2001) entra neste debate afirmando que a agenda-*setting*, apesar de se apresentar como um conjunto de pressupostos válidos, não se configura como uma teoria geral capaz de oferecer uma metodologia integrada e reconhecida por todos aqueles que pesquisam a relação entre as preferências do público e a visibilidade concedida pelos *mass media*, pois:

embora apresente o agenda-setting como um conjunto integrado de pressupostos e de estratégias de pesquisa, na realidade, a homogeneidade existe mais no nível de enunciação geral da hipótese do que no conjunto de confrontações e de verificações empíricas, e isso devido, também, a certa falta de homogeneidade metodológica. No estado atual, a hipótese do agenda-setting é, portanto, mais um núcleo de temas e de conhecimentos parciais. Suscetível de ser, posteriormente, organizado e integrado numa teoria geral sobre a mediação simbólica e sobre os efeitos de realidade exercido pelos mass media, do que um modelo de pesquisa definido e estável. (WOLF, 2001, p.145)

Uma das principais abordagens que questionam a eficiência do conceito de *agenda-setting*, para incidir sobre a análise da agenda pública, é precisamente o potencial de aferição desta *agenda* a partir de pesquisas que se valem de um único *mass media*, (jornal, canal de televisão, emissora de rádio) ou, análises comparativas de um conjunto limitado destes, na medida em que cada um atua sobre sentidos de comunicação distintos - como assistir a televisão, ouvir o rádio ou ler um jornal – que além de utilizar ferramentas de comunicação diversas (no caso da televisão há o cenário, a expressão facial, a entonação utilizada pelo “âncora” no momento de dar a notícia, etc.) possuem formatos, espaços, tempos, e possibilidades diferenciados.

Dialogando sobre estas questões, MacCombs (1976) define que o impacto dos *mass media*, isoladamente, se dá na construção da agenda pública de forma diferente, como apresenta Wolf (2001) neste trecho de sua obra *Teorias da comunicação*

os jornais são os principais promotores da agenda do público. Definem amplamente o âmbito do interesse público, mas os noticiários televisivos não são totalmente desprovidos de influência. A televisão tem certo impacto, a curto prazo, na composição da agenda do público. O melhor modo de descrever e distinguir esta influência será, talvez, chamar <<agenda-setting>> à função dos jornais e <<ênfatisação>> (ou spot-lighting) à da televisão. O caráter fundamental da agenda, parece, frequentemente, ser estruturado pelos jornais, ao passo que a televisão reordena ou ressystematiza os temas principais da agenda. (MacCombs, 1976, apud Wolf, 2001, p161-162)

Esta definição não vale para todos os sistemas de comunicação que funcionam em diferentes países. No Brasil, quando se fala em “agenda do público” há praticamente um consenso de que ela tem relação com a agenda apresentada pelos *mass media* eletrônicos e em especial pela televisão, por conta da dimensão de sua audiência e disseminação no território nacional apesar dos jornais diários brasileiros terem aumentado substancialmente sua circulação no período estudado como demonstra o trecho a seguir:

Os dados do IVC, de janeiro a dezembro de 2007, comprovam crescimento anual de 11,8% na circulação média das publicações filiadas. O aumento foi bem superior aos 6,5% constatados em 2006. Desde 2004, o meio jornal apresenta altas consecutivas nos índices médios de circulação. O expressivo resultado do ano passado foi impulsionado pela competitividade do mercado que gerou reformulações gráficas e de conteúdo, segmentação com novos cadernos e lançamentos de promoções. Outros fatores como a consolidação de jornais com preços mais acessíveis à população, além do aumento da renda média e do consumo no País contribuíram para o bom resultado. (IVC - 2008)⁶

A informação sobre o aumento da circulação dos jornais diários (entre 2003 e 2006) também foi destaque em matéria no sítio “Direito a Comunicação”, que apresenta a recuperação da circulação dos jornais diários em perspectiva de 2004 em diante, sendo consolidada no ano seguinte.

⁶ Disponível em: <http://www.circulacao.org.br/pressrelease_marco_2008.html> Acesso em: 29/08/09

A recuperação de mercado dos jornais diários foi iniciada em 2004, depois de três anos de declínio, e consolidou-se em 2005, quando atingiu a média diária de 6,789 milhões de exemplares. (Direito a Comunicação)⁷

No entanto, importa ressaltar que dados mais recentes demonstram uma tendência inversa daquela apresentada para o período de 2004 a 2006. Os jornais de circulação nacional apresentaram queda de leitores, circulando de maneira reduzida entre a elite letrada brasileira. Os dados são do mesmo Instituto que demonstrou aumento da circulação no período anterior.

Dados do IVC revelam que a Folha de S. Paulo, O Globo e O Estado de S. Paulo perderam, respectivamente, 10,84%, 7,75% e 16,93% de circulação média diária em abril de 2009, se comparada aos números de abril de 2008. Nenhum deles atinge a circulação de 300 mil exemplares diários. Os números arredondados são, respectivamente, 289 mil, 259 mil e 214 mil exemplares. (LIMA, 2009)⁸

Em contrapartida, a televisão está em quase todo o território nacional e é amplamente assistida pela população brasileira, conforme atestam os dados de Lima, coletados pelo Grupo de Mídia de São Paulo, os quais definem que:

As redes de televisão estão presentes em 89,8 % dos domicílios e é vista por 98% da população com 10 anos ou mais, pelo menos uma vez por semana (Grupo de Mídia de São Paulo). Somente o programa “Jornal Nacional” da Rede Globo, apesar das oscilações de audiências que tem tido nos últimos anos, mantém uma audiência média entre 35% e 40% dos aparelhos ligados. (LIMA, 2006, p.170)

Esta visibilidade que tem a televisão no Brasil, associada à algumas características da população brasileira, como baixo nível de escolaridade, muito tempo dedicado ao trabalho e menos ao lazer,

⁷ Disponível em: <http://www.direitoacomunicacao.org.br/novo/content.php?option=com_content&task=view&id=144> Acesso em 29/08/09

⁸ Disponível em: <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=541JDB002>> LIMA, Venício A. Imprensa de Insinuação: Quem você pensa estar enganando? Observatório da Imprensa, Acesso em: 09/06/09

entre outras, trazem à tona elementos que contribuem para que a televisão seja escolhida por um público amplo, em contraponto à escolha dos *mass media* que necessitam de leitura. Neste caso, emerge aqui mais uma questão relevante na sociedade brasileira e presente em muitas pesquisas na área da comunicação, pedagogia e educação, a do analfabetismo funcional.

Pesquisa realizada pelo Instituto Paulo Montenegro a cada dois anos, sobre analfabetismo funcional, divulgada em setembro de 2005, (http://www.ipm.org.br/an_ind.php), dava conta de que apenas 26% dos brasileiros entre 15 e 64 anos tem domínio pleno das habilidades de leitura e escrita, vale dizer, somente um em cada quatro consegue entender as informações de textos mais longos e relacioná-las com outros dados. (LIMA, 2006, p. 61)

Característica a ser levada em conta sobre o papel das empresas de jornais impressos na construção da agenda é o fato de que as agências de notícias que os grandes jornais mantêm alimentam os veículos de mídia eletrônica (TV e rádio) com informações. No entanto, este aspecto não influi diretamente na capacidade de visibilidade que o *mass media* tem de comunicar e sim no seu conteúdo. Estes quesitos, escolha do conteúdo, ênfase, relevância, entre outros, continuam sendo elementos de um complexo sistema que envolve diversos sujeitos na produção da pauta dos *mass media* separadamente.

Portanto, a afirmação de que jornais são mais eficientes para a análise sobre a hipótese de *agenda-setting*, em especial no Brasil, não pode ser considerada em absoluto, a não ser na constatação de que o jornalismo impresso participa da consolidação da agenda pública através da análise que jornais (e revistas) podem expor de forma mais extensa, minuciosa, detalhada, aquilo pelo qual a agenda quer que o público “se ocupe em pensar”, e neste caso, apresenta especificamente enquadramentos que sugerem o que ele (o público) deve pensar sobre os fenômenos e fatos sociais.

1.4 Sobre enquadramento (*framing*)

Não existe um consenso sobre o que se pode chamar, de fato, de “*enquadramentos*” da mídia. Utilizando Porto, apresentarei alguns dos aspectos principais que correspondem a trabalhos já realizados que se utilizaram deste conceito.

Como citado anteriormente, a noção de *enquadramento* colabora como alternativa para dar conta das limitações do paradigma da *objetividade e imparcialidade*. O conceito de enquadramento na análise da comunicação tem origem em matizes advindas da tradição da psicologia e da teoria das interações sociais. No primeiro caso, Porto demonstra os elementos constitutivos da noção de enquadramento como categoria de análise da comunicação, revelados no campo da psicologia cognitiva, através dos estudos de Kahneman e Tverky (1984 e 1986). Estes estudos demonstram que, dependendo da abordagem utilizada para apresentar um problema, pode haver variações expressivas nas preferências expressas pelas pessoas em suas escolhas. O autor relata um dos experimentos de Kahneman e Tverky em que,

pedem aos participantes para imaginar que os Estados Unidos estavam se preparando para a eclosão da epidemia de uma doença estranha, proveniente da Ásia, que deveria matar 600 pessoas. Os autores pedem às pessoas para optarem entre dois programas que teriam sido propostos para combater a doença. Para um grupo de pessoas o programa é apresentado como o que salva 200 pessoas, enquanto que para outro grupo, o mesmo programa é apresentado como provocando a morte de 400 pessoas. Apesar do fato de que as alternativas são idênticas (num universo de 600 possíveis mortes, salvar 200 pessoas e provocar a morte de 400 é a mesma coisa) o primeiro programa foi escolhido por 72% das pessoas do primeiro grupo e somente 22% do segundo. O experimento demonstra que apesar dos problemas serem idênticos, as pessoas freqüentemente decidem de acordo com a forma como os temas são enquadrados. (KAHNEMAN e TVERKY, 1984, p. 124)

No campo das interações sociais, Porto expõe a teoria do sociólogo Erving Goffman (1986), que desenvolve uma articulação teórica sobre este tipo de intercâmbios no interior da sociedade dando sentido ao papel que exerce o enquadramento no processo de escolhas e preferências das pessoas.

Goffman define enquadramentos como os princípios de organização que governam os eventos sociais e nosso envolvimento nestes eventos. Segundo o autor, tendemos a perceber os eventos e situações de acordo com o enquadramento que nos permite fazer a pergunta: ‘O que está ocorrendo aqui?’. Neste enfoque, enquadramentos são entendidos como marcos interpretativos gerais, construídos socialmente, que permitem as pessoas dar sentido aos eventos e às situações sociais.(KAHNEMAN e TVERKY, 1984,p.79)

É possível afirmar que o enquadramento realizado pelos profissionais de comunicação resulta numa seleção de elementos e aspectos da notícia, artigo ou editoriais, entre outros produtos comunicativos, e que ao selecionar uns, exclui outros. Os enquadramentos apresentados organizam o discurso social para sujeitos que dele se utilizam constantemente, como os próprios profissionais da comunicação, e a opinião pública que busca, nos *mass media*, saber o que se está falando na atualidade, o que equivale a dizer manter-se atualizado.

A seleção, ênfase e exclusão de elementos acabam por construir uma determinada versão da realidade. A exclusão de ênfases distintas, em alguns casos, pode ser justificada pelo fato de alguns discursos sociais não serem considerados válidos dentro de determinados contextos. Por exemplo, no ambiente da política, discursos que se filiam a valores de uma “esquerda revolucionária” ficam de fora do contexto hegemônico de democracia burguesa.

Esta seleção também é um dos potenciais mecanismos de construção das representações da realidade. O que Lima denomina de *Cenários de Representação – CR*, são aqueles produzidos no processo de comunicação *unidirecional*, a partir de agendas e enquadramentos específicos, além dos mecanismos inerentes a “construção da notícia” (*newsmeking*), que atuam como aliados de certa hegemonia de valores e representações que as pessoas possam ter da realidade.

Se a hegemonia⁹ é ‘um sistema vivido de significados e valores (...), um senso da realidade’, podemos afirmar que ela se constitui e se realiza no espaço onde o sentido da vida e das coisas é construído, isto é, no espaço das

⁹ No sentido *gramsciano*, aquilo que sustenta o consenso, a partir da base material de uma sociedade, ao lado da coerção, para a manutenção do poder.

representações. Desta forma podemos também afirmar que estes 'cenários' são, de fato, 'cenários de representação'. (LIMA, 2003, p. 4)

As noções de *agenda-setting*, enquadramentos e cenários de representação, compõem em cada campo de análise, instrumentos para verificar até que ponto os *mass media* incidem objetivamente sobre o que as pessoas pensam e sobre o que não se ocupam em pensar, quais valores hegemônicos e representações estão atuando no ato comunicativo de massa. Como definiu Lima, discorrendo sobre cenários de representação, um dos panoramas importantes de atuação dos *mass media* é o campo da política, a qual é construída simbolicamente e adquire significado, em especial, pelo seu caráter público na contemporaneidade.

1.5 Sobre a Produção integrada

A capacidade de integração da mídia está para além da disseminação de agendas e enquadramentos. Os meios de comunicação inseridos no sistema midiático se configuram como empresas inseridas num sistema de produção e reprodução do capital. Entretanto, seu potencial de incidência nos comportamentos sociais só se viabiliza a partir da consolidação dos sistemas nacionais de comunicação, os chamados *Networks*.

No Brasil, apesar de ter existido uma expressiva comunicação de caráter nacional através de jornais e revistas (nos principais centros urbanos) e pelo sistema de radiodifusão, somente com o advento das redes de televisão é que podemos considerar o surgimento de uma verdadeira mídia nacional. Isto equivale a dizer que temos uma integração em termos de comunicação de massa há pouco mais de trinta anos, constituída no período dos governos autoritários oriundos do golpe militar de 1964, que vigiaram sobre forte censura a produção e divulgação daquilo que era veiculado pelos jornais, revistas, rádio e televisão. Neste contexto é que surgiram e se desenvolveram as principais empresas de comunicação que conhecemos hoje.

Estas empresas de comunicação de massa, detentoras dos aparatos tecnológicos para a produção e reprodução de seus produtos (informativos culturais, esportivos, de entretenimento, entre outros) são, antes de tudo, empreendimentos econômicos que visam, entre outros interesses, o objetivo final do lucro. Este setor econômico tem vivenciado saltos tecnológicos a partir da segunda metade do século passado, capazes de reduzir seus custos e ampliar seu alcance de público alvo com uma velocidade espantosa.

Uma das características dos *mass media* é seu caráter centralizador. Grupos e redes se aglutinam em conglomerados econômicos, incorporando vários segmentos da comunicação e do entretenimento, que se inserem no contexto histórico de desenvolvimento das forças produtivas, típico da sociedade capitalista. Para citar um só exemplo, um dos maiores integrantes deste mercado é Steven Spielberg que, junto com Jeffrey Katzenberger e David Geffen, criou uma das maiores empresas de comunicações com capacidade de venda de produtos para o mundo inteiro. Sobre ela, afirma-se que:

forneecedora de conteúdos de alta tecnologia, a Dream Works SKG, criada em 1984 por Steven Spielberg, Jeffrey Katzenberger e David Geffen, não pára de galgar posições na economia do entretenimento. As suas linhas de produção cobrem um vasto leque setorial: DVD, CD-ROM, filmes, seriados, shows para a TV, vídeos, jogos, softwares de animação, banco de imagens e brinquedos eletrônicos. A empresa não precisa de ativos pesados nem de malhas de distribuição, já que sua especialidade é promover gigantes empresariais como a AOL-Time Warner, Disney, Vivendi, Universal, Viacom, Microsoft e IBM. (MORAES, 2003, p. 192)

Como meio de produção, a mídia vende as mercadorias “notícia”, “informação”, “entretenimento”, “cultura”, “conhecimento” e, como parte do pacote há um conjunto de “representações da realidade”. Neste contexto, “*a mídia deve ser compreendida enquanto fonte geradora de sistemas de representação.*” (CHAIA, 2000, p. 13 a 17).

A “mídia” não pode ser caracterizada como simples mecanismo de transmissão de conhecimento, como pretende ela mesma se apresentar à sociedade na particularidade por meio da qual se autodenomina “veículo de comunicação-informação-entretenimento”.

Pelas definições aqui apresentadas, “mídia” corresponde a uma instituição de poder econômico e simbólico, singular, que surge nas sociedades modernas e é definida por muitos autores como um “quarto poder” (termo cunhado na Inglaterra do século XIX) sendo exercido na sociedade, com a capacidade de se colocar diante dos poderes constituídos e exercer um *poder* distinto e acima destes, para vigiá-los e guardá-los, em nome da democracia.

1.6 Sistema de comunicação no Brasil

O sistema de comunicação no Brasil da atualidade é complexo e paradoxalmente simples. Complexo, pois possui uma interligada rede de veículos compostos de mídia eletrônica (rádio e televisão) e mídia impressa (jornais e revistas), além de sítios na rede mundial de comunicação. Simples, porque está sob o controle de cinco famílias: Abravanel (Rede de TV SBT), Civita (Editora Abril), Frias (Jornal Folha de S. Paulo), Marinho (Rede Globo de TV) e Saad (Rede de TV Bandeirantes). Nos anos 90, exercia ainda o controle acionário dos meios de comunicação que ajudaram a fundar, as famílias Block (Manchete), Levy (Gazeta), Nascimento e Brito (Jornal do Brasil) e Mesquita (Jornal O Estado de São Paulo). (LIMA, 2006).

No Brasil o sistema de comunicação tem produção integrada de mídia com propriedade cruzada. A mesma família detém canais de televisão e afiliadas nos Estados, jornais, revistas, concessões de emissoras de rádio e, mais recentemente, sítios de internet (*websites*). Para se ter uma idéia da dimensão da produção e da propriedade cruzada entre os meios de comunicação, uma única rede sob o comando da família Marinho, a Rede Globo, controla sozinha quase a metade do sistema nacional de comunicação, o qual se encontra em expansão no Brasil, como revela o EPCOM.

Pesquisa do Instituto de Estudos e Pesquisas em Comunicação (EPCOM), concluída em 2002, revela que a Rede Globo é líder com 223 veículos próprios ou afiliados – quase o dobro das redes SBT e Record, em segundo e terceiro lugar, respectivamente. Além disso, a Globo detém 33,4% do total de veículos ligados a redes privadas nacionais de TV e controla o maior número de veículos em todas as modalidades: 61,5% das emissoras de TV de UHF, 40,7 %

dos jornais, 31,8% das TV VHF, 30,1% das emissoras de rádio AM e 28% FM (Mídia Com Democracia 2006). (LIMA, 2006, p.101.)

A legislação brasileira não possui marco regulatório que limite a propriedade cruzada e a concentração de veículos de comunicação em mãos de famílias. A Constituição Federal de 1988, no Capítulo 5, Título VIII, introduziu normas que visam inibir a propriedade cruzada e ampliar a valorização regional da programação, mas:

[...] depois da promulgação da Constituição de 1988, nenhuma dessas normas foi regulamentada por lei complementar. Elas, portanto, não estão sendo observadas.

Um caso emblemático, é o que trata da regionalização de produção cultural, artística e jornalística (item III do artigo 221). Ao longo dos últimos anos, vários projetos de lei foram apresentados no Congresso Nacional propondo a regulamentação. Um deles, o PL 256-B/91, da deputada Jandira Feghali (PCdoB), tramita desde 1991. Aprovado na Câmara dos Deputados, depois de mais de 12 anos, encontra-se paralisado na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal desde 2003. (LIMA, 2006 p. 100)

Além da propriedade cruzada e familiar das principais redes de comunicação em atividade no Brasil, existe um peso enorme dos investimentos de mídia vinculados à publicidade, onde há concentração de recursos e forte presença de capital estrangeiro. Só para ilustrar, o *ranking* das agências de comunicação no Brasil em atividade no ano 2008 demonstra que apesar do equilíbrio entre as dez maiores agências (nacionais e estrangeiras) que atuam no Brasil, a soma dos investimentos coloca as empresas multinacionais no topo, concentrando investimentos e interferindo diretamente no *sistema de representação* resultante da mídia veiculada no Brasil.

Tabela I – Ranking das agências de publicidade do ano 2008¹⁰

	Agencia	R\$	origem
1°	Y & R	2.193.285	Multi
2°	JWT	801.777	Multi
3°	ALMAPBBDO	750.331	Bras
4°	DM9DDB	583.585	Bras
5°	MCCANN ERICKSON	568.399	Multi
6°	AFRICA	537.610	Bras
7°	OGILVY E MATHER BRASIL	483.780	Multi
8°	GIOVANNI FCB	481.564	Brás
9°	LEW LARA TBWA	472.907	Multi
10°	NEOGAMABBH	462.909	Bras
	Total	7.336.147	

O capital investido em publicidade pelas dez maiores agências em atividade no Brasil em 2008 foi 7,3 bilhões de reais. Deste montante, 61,6% foram investidos a partir de agências de publicidade multinacionais e somente 38,4 % por parte de empresas de marketing de caráter nacional. Importante lembrar que algumas destas empresas nacionais também possuem parcerias e investimentos de companhias estrangeiras.

Como podemos observar, a publicidade está integrada no mundo como um importante mecanismo de construção simbólica e difusão em escala planetária, em especial na promoção e venda de mercadorias, afinal:

[...]a publicidade é um investimento em negócios feito pelas maiores empresas de economia. O sistema de mídia comercial é a correia de transmissão indispensável para que as empresas comercializem seus produtos em todo o mundo; na verdade a globalização como conhecemos não poderia existir sem ele. Absurdos três quartos da receita global com publicidade terminam nos bolsos de apenas 20 empresas de mídia. (MCCHESENEY, 2003, p. 225-226.)

Pensando na produção integrada, as redes e grupos de comunicação que atuam no Brasil, e que como vimos são controladas por famílias, estão intrinsecamente inseridas no contexto de uma mídia globalizada, estabelecendo parcerias, vendendo produtos (como novelas e seriados) aos

¹⁰ Disponível em: <http://tambem.wordpress.com/2008/08/01/ranking-das-agencias-de-publicidade-2008/> Acesso em: 29/08/09

países de língua portuguesa e latina, e replicando a agenda das principais agências de notícias do mundo.

Esta globalização da mídia é intrínseca ao seu mecanismo de comunicação como *mass media*. Cada vez mais a produção de notícias e entretenimentos é centralizada e distribuída a vários veículos e redes de comunicação em todo o planeta, numa difusão de prismas hegemônicos sobre a concepção de mundo e de modos de viver, como define Moraes:

[...] a Mídia [...] atua tanto por adesão à globalização capitalista quanto por deter a capacidade de interconectar o planeta, através de satélites, cabos de fibra óptica e redes infoeletrônicas. A característica integradora é algo intrínseco aos aparatos de veiculação. Não creio existir outra esfera da vida cotidiana habilitada a interligar povos, países, sociedades, culturas e economias. Pensemos na CNN, que distribui, por satélites e cabos, a partir da matriz em Atlanta, notícias 24 horas por dia, para 160 milhões de lares em 200 países e 81 milhões nos Estados Unidos, além de 890 mil quartos de hotéis conveniados. O mundo em tempo real quase sempre sob o prisma ideológico norte-americano. (MORAES, 2003, p. 189)

Outro exemplo deste mecanismo que se realiza quase em tempo real é o papel que exerce as agências de notícias, em especial as transnacionais como a Agência de notícias Reuters, que coleta, seleciona e distribui um volume enorme de dados sobre os mais variados assuntos da agenda mundial e específica dos países em que atua.

Para termos uma noção demonstrativa, a agência de notícias Reuters, fundada em 1851, tem uma rede de clientes e de fontes de informações que abastece um universo enorme espalhado por boa parte do mundo, orientando ações de seus clientes nos mais diversos temas como economia e política.

Basta consultar o site corporativo (http://about.reuters.com/brazil/sobre_nos) para saber que seus escritórios em 220 cidades de 97 países distribuem eletronicamente, a 53 mil clientes, informações financeiras atualizadas mais de oito mil vezes por segundo. Ao todo, são 30 mil manchetes e oito milhões de palavras diariamente em 26 idiomas. A Reuters armazena e atualiza três bilhões de dados e registros, dos quais 150 milhões sobre 960 mil ações, títulos

e papéis de 40 mil empresas, negociadas em 244 bolsas de valores e mercados de todos os continentes. O sistema On line, é acessado, em média por 511 mil usuários profissionais. (MORAES, 2003 p.195-196)

Este breve esboço sobre as características da mídia que atua no Brasil, relatando resultados de alguns estudos, serve para ilustrar a importância da mídia na modernidade e os parâmetros que desafiam a sociedade a pensá-la, em especial a sociedade brasileira. É em nome desta sociedade moderna que uma determinada mídia hegemônica e globalizada se coloca a serviço e tem por contraposição mídias alternativas que questionam a legitimidade dos sistemas concentrados, de suas agendas e de seus enquadramentos. Pois, são instituições midiáticas, não democráticas, que utilizam tecnologias, que são resultado do acúmulo de conhecimento humano na história, utilizada para mediar a comunicação humana.

CAPÍTULO II

A Política nas sociedades *media center*

Há algum consenso sobre a centralidade exercida pela comunicação na sociedade contemporânea. Este caráter central se faz presente em muitos aspectos da vida em sociedade e tem tido papel fundamental no processo de socialização, que se inicia na infância e prossegue em processo contínuo, internalizando a cultura, costumes, regras e normas sociais para o indivíduo.

Trata-se de um papel crucial na socialização, que já esteve atribuído em outros tempos à família, igreja, escolas e grupos próximos. Hoje, pela exposição permanente dos indivíduos às várias formas de comunicação, estas instâncias têm substancialmente perdido terreno e estão sendo substituídas pela indústria cultural.

Um dos principais elementos desta socialização, no mundo capitalista, é a capacidade de tornar o indivíduo propenso a viver em circunstâncias de pressão e em condições por vezes degradantes, disciplinando-o e guiando-o, como produtor de *valor* e consumidor de mercadorias. Sobre isso, diz Wolf:

[...]a individualidade é substituída pela pseudo-individualidade. O sujeito encontra-se vinculado a uma identidade sem reservas com a sociedade. A ambigüidade, a repetitividade e a estandarização da indústria cultural fazem da moderna cultura de massa um meio de controle psicológico inaudito. <<Se no século XVIII, o próprio conceito de cultura popular, voltado para a emancipação da tradição absolutista e semifeudal, tinha um significado de progresso, acentuando a autonomia do indivíduo como ser capaz de tomar as suas decisões>> (Adorno, 1954, 383), na época atual, a indústria cultural e uma estrutura social cada vez mais hierárquica e autoritária transformam a mensagem de uma obediência irreflexiva em valor dominante avassalador. (WOLF, 2001, p. 87)

Além do espaço de centralidade da mídia na construção da representação cultural dos indivíduos, a mesma exerce uma função crucial no, e para, o exercício da política.

No século XIX, a política como espaço de disputa pelo poder, através da participação em eleições, trouxe à cena, com a progressiva ampliação do sufrágio, os setores das classes trabalhadoras, sendo que, os partidos políticos assumiram um papel preponderante na medida em que agrupavam e representavam interesses de classes sociais distintas.

Este período da história denominado “democracia de partidos”, em que a competição eleitoral se deu por programas, plataformas e fronteiras ideológicas claras, no contexto de uma sociedade tipicamente industrial (AZEVEDO, 2004).

A opinião pública nesse processo buscava informações sobre as propostas e programas dos partidos políticos, através da imprensa partidária, jornais, revistas e livros que expunham e disputavam na sociedade, sua forma de pensar. Tratava-se, portanto, de uma imprensa politicamente orientada. Naquele momento, os meios de comunicação difundidos eram em especial vinculados à leitura, como livros, jornais, panfletos, revistas entre outros.

A popularização dos meios de comunicação eletrônicos, como o rádio e a televisão, já no século XX, com o declínio do “jornalismo partidário” depois da derrocada do chamado “socialismo real” do Leste europeu e do fim da guerra fria, desenvolveu-se gradualmente com uma comunicação de massa organizada pela concorrência comercial orientada pelo mercado e por um processo de busca permanente de anunciantes através da guerra de audiência.

A consequência deste processo foi a profunda alteração na formação de uma “opinião pública” que passou a interferir nos processos eleitorais sem estar necessariamente vinculada à configuração ideológica de partidos e personalidades, naquilo que se convencionou denominar como a base das tendências de volatilidade do voto.

O que ocorre é que numa sociedade cada vez mais complexa e diferenciada socialmente e em que a mídia de massa e o jornalismo em particular desempenham um papel decisivo na estruturação do espaço público e do consenso social, os eleitores tendem a definir suas preferências eleitorais levando em conta questões (issue oriented) colocadas em jogo, de modo contingencial, a cada episódio eleitoral. Diante deste cenário, tornou-se crucial analisar a formação da agenda temática para se tentar compreender

como se estrutura, modernamente a opinião pública e as preferências eleitorais. (AZEVEDO, 2004, p. 46-47)

No Brasil, os estudos sobre mídia e a comunicação, em seu aspecto mais amplo de relação com a política, ocorreram no período recente de nossa democracia. Trabalhos anteriores a estes foram esparsos e buscaram compreender, no momento anterior ao golpe militar de 1964, os perfis de eleitores e suas bases sociais, de partidos políticos e personalidades.

Somente nos anos 70 ganha importância a relação do comportamento eleitoral e do sistema partidário, com as campanhas eleitorais e o marketing político, com destaque para as pesquisas realizadas pela equipe de Bolívar Lamounier, mas sem o enfoque direcionado para o estudo dos meios de comunicação (CHAIA, 2007).

Com o processo de redemocratização política, no final dos anos 1970 e início dos anos 80, se intensificam as pesquisas que buscam desvendar as relações intrínsecas entre comunicação e política, não só nos processos eleitorais, mas no funcionamento das casas legislativas com o advento dos canais de televisão legislativos.

Não é demasiado afirmar que não há possibilidade de ação efetiva na política e, no atual momento da história da humanidade, se não houver visibilidade. Significa dizer que a realização da política se dá pelo modo como ela aparece para o conjunto da sociedade.

Esta visibilidade só é possível através de uma comunicação mediada por aparato tecnológico capaz de difundir em um mesmo tempo e para uma gama de pessoas, o que se pretende tornar visível e audível. Assim, verifica-se que não é possível o exercício da política, de sua difusão, consequência e eficiência, sem a presença dos meios de comunicação de massa, que detêm o monopólio da comunicação humana no atual contexto histórico. Este pressuposto vale ainda mais para os regimes democráticos, onde a atividade política é constantemente transformada em atividade pública, ou seja, visível.

Hoje em dia o exercício da política só é possível de ser conhecido através da mídia, única instituição moderna, capaz de tornar pública a ação política, revelando, ocultando e construindo cenários de representação.

Os “enquadramentos”, as “agendas do público” e da “mídia”, como já exposto anteriormente, são elementos que envolvem escolha, por dar relevo à ação comunicativa através da mídia, para tornar visível ao público o que até o momento estava oculto, e ainda, para ocultar o que não é “conveniente” tornar público. É através da mídia que se constrói a visibilidade de líderes políticos, proporcionando uma exposição pública diante de seus adversários, mesmo antes do processo eleitoral.

Controlar a exposição pública sempre foi preocupação de líderes sociais e políticos, mesmo antes das revoluções tecnológicas que propiciaram o surgimento do rádio e da televisão e, mais recentemente, da internet.

Para o exercício do poder, governantes e líderes buscaram controlar sua imagem diante dos súditos (no caso das monarquias) de seus comandados (no caso de líderes militares) e da base social (no caso de líderes sociais e políticos) nos períodos da história onde a comunicação de massa só era possível praticamente em auditórios, praças públicas, assembléias e outros eventos onde havia o contato visual.

A natureza da exposição pública através da mídia moderna extrapola qualquer possibilidade de visibilidade anterior às revoluções tecnológicas.

Antes, não mais que algumas centenas de pessoas poderiam ter contato, ou estar no mesmo ambiente em que estivessem seus líderes e governantes, e mesmo nestes casos, por vezes só tinham a impressão da presença dos mesmos, visualizando o vulto, ou tendo um contato visual rápido destes diante do tempo de exposição em espaços determinados para este fim, como festas e jantares. Em contrapartida, hoje, para que os políticos e líderes se exponham o contato não necessita mais de um espaço comum, seja ele uma arena, praça, um salão de governo ou um palanque de comício.

A arena mediada da política moderna está aberta e acessível de uma forma que as assembleias tradicionais e as cortes nunca conheceram. Além disso, dada a natureza da mídia, as mensagens produzidas por líderes políticos podem ser recebidas e entendidas de maneira que não se pode monitorar ou controlar diretamente. (THOMPSON, 1998, p.127)

Mesmo assim, não há como controlar as reações do público, isso porque não se sabe de imediato qual é esta reação, pois não há contato real entre o político e seus ouvintes, telespectadores/as ou leitores/as.

No limite, significa dizer que a mensagem elaborada por líderes políticos, em suas aparições diante das lentes dos repórteres fotográficos ou das câmeras de televisão, deve estar sempre sintonizada com as possíveis reações do público, sem que se possa aferi-la no exato instante da comunicação.

Thompson (1998) caracteriza quatro momentos em que a mídia pode jogar contra a visibilidade dos líderes políticos: a) gafe e o acesso explosivo; b) o desempenho de efeito contrário; c) o vazamento; e d) o escândalo.

No Brasil são incontáveis os casos de escândalos, levando-se em conta nosso período recente de democracia e variados estudos que relacionam a visibilidade oferecida pela mídia aos escândalos políticos nesta época.

Destaco a título ilustrativo, o artigo de Chaia e Teixeira¹¹, que reconstrói um apanhado destes estudos sobre corrupção e faz a análise de alguns escândalos políticos tornados públicos no governo Fernando Henrique Cardoso envolvendo a violação do painel de votação do Senado Federal e denúncias de corrupção no Banpará, Sudan e TDAs (Títulos da Dívida Agrária).

A política tornada visível acessa um universo de espectadores quase que de forma imediata. Esta potencialidade da mídia como a única força social capaz de tornar tudo público e visível faz com que seja difícil o exercício da política às escondidas, em especial quando esta atuação se choca

¹¹ Disponível em: <http://www.circulacao.org.br/pressrelease_marco_2008.html> Acesso em: 29/08/09. CHAIA, Vera e TEIXEIRA, Marco Antonio. Democracia e escândalos políticos. *São Paulo Perspec.* [online]. 2001, vol.15, n.4.

com os valores socialmente aceitos ou que confrontem interesses onde os *mass media* se definem como possuidores naturais, em especial na formulação de uma “opinião pública”.

Quando um repórter pergunta a um parlamentar se ele não se preocupa com a opinião pública e este parlamentar responde –“*Estou me lixando para a opinião pública. Até porque parte da opinião pública não acredita no que vocês escrevem. Vocês batem, mas a gente se reelege!*” (Dep. Federal Sérgio Moraes – PTB, RS. *Estadão*, 7 de maio de 2009.)¹² - a mídia se sente atingida, pois significa que o parlamentar está questionando através da própria mídia o poder de influência desta nas escolhas e decisões do público.

O que ocorreu posteriormente ao episódio citado, foi um enquadramento ostensivo de exposição deste parlamentar como alguém que não está preocupado com o juízo que as pessoas, em especial os eleitores, fazem dele, de seu trabalho e de sua representação na Câmara dos Deputados.

Se fizermos uma análise mais fina do que o parlamentar quis dizer, veremos que este não está preocupado com o juízo que os meios de comunicação fazem dele. Apesar do deputado Sérgio Moraes não se preocupar com a opinião dos jornalistas e meios de comunicação, ao que parece, o Conselho de Ética da Câmara dos Deputados tem estes meios mais em conta. O deputado Sergio Moraes foi substituído na relatoria do conselho de ética da câmara, por Nazareno Fonteles, PT-PI.

Quando alguém está constantemente sendo exposto na mídia como “corrupto”, “inadequado”, “antiético”, entre outras coisas, Lima define este comportamento da mídia como sendo “enquadramento adversário”. Este enquadramento adversário não exclui a possibilidade de que o parlamentar em questão tenha espaço nos jornais, emissoras de rádio e revistas, com entrevistas na tentativa de explicar do que se tratava sua polêmica afirmação, mas mesmo que isto ocorra, a predominância da exposição do “enquadramento adversário” anterior é superior a estes espaços formais, conformando assim como exceção.

¹² Dep. federal Sérgio Moraes – PTB, RS questionado sobre seu relatório na Comissão de Ética da Câmara dos Deputados em favor do deputado federal Edmar Moreira (sem partido), acusado de uso irregular de verba indenizatória. O dep. Edmar ficou conhecido como o “deputado do castelo” e por não tê-lo declarado ao Imposto de Renda, já que o imóvel é avaliado em 25 milhões de reais na cidade de São João de Nepomuceno, no Estado do Mato Grosso do Sul.

CAPÍTULO III

A Mídia e os formadores de opinião

Existe uma variada produção teórica sobre “opinião pública”, sendo que a própria existência de uma “opinião pública” não é uma unanimidade nas ciências sociais (BOURDIEU, 1980 *apud* THIOLENTE, 2005).

A mídia tem o potencial de disseminar, além de uma agenda pública (*agenda-setting*) de assuntos, temas, personalidades e fatos sociais (sobre o que as pessoas devem pensar), as abordagens (enquadramentos) sobre cada um destes assuntos e temas que tiveram a visibilidade por ela definida e propiciada. Como já citado, a mídia não tem o potencial de dizer o que as pessoas devem pensar, mas tem uma enorme força para definir a respeito do que as pessoas devem pensar.

É neste contexto que se constroem as teorias sobre formadores de opinião. A que utilizo aqui revela basicamente dois tipos de formadores de opinião: os formadores de opinião “horizontais” e os “verticais”. Rubens Figueiredo, apoiando-se nas teorias tradicionais sobre os chamados formadores de opinião apresenta os “verticais” como sendo pessoas que têm grande poder de verbalização e oportunidade de dizer o que pensam para um grupo expressivo de leitores. Portanto, pessoas que têm acesso aos meios de comunicação para usar a palavra no sentido de comunicar aqueles a quem lhes der crédito e credibilidade, suas opiniões sobre quaisquer temas ou sobre temas específicos.

Estes formadores de opinião verticais são intelectuais, jornalistas, professores, líderes de classes, empresários, lideranças comunitárias, etc (BOURDIEU, 1980 apud THIOLENTE, 2005, p. 20)

Formadores de opinião “verticais” teriam a capacidade de inculcar na massa idéias, valores e informações que o conjunto da população absorveria sem maiores críticas ou decodificações. Posteriormente Paul Lazarsfeld sentiu a necessidade de matizar essas afirmações e propôs a “teoria dos efeitos limitados”. Se for verdade que os meios de comunicação têm grande poder de

determinar a agenda e disseminar massivamente as informações, é igualmente verdadeiro que os indivíduos filtram e processam essas informações (FIGUEIREDO, 2000, p. 30)

No entanto, esta definição se baseia na hipótese de que os formadores de opinião verticais são emissores privilegiados, com a capacidade de encontrar uma massa de receptores sem nenhuma barreira de juízos, valores e identidade capaz de filtrar estas informações. Estes receptores são passivos diante das informações e das idéias que estes “formadores de opinião verticais” lhes oferecem todos os dias sobre várias formas e enquadramentos.

Esta hipótese é bastante contestada. Estudos demonstram que os meios de comunicação, no limite, têm poder para disseminar a agenda, ou, influir **sobre o que** as pessoas devem pensar, mas, têm pouco ou quase nenhum poder de disseminar, sem nenhuma resistência, **o que** as pessoas devem pensar (COHEN, 1963 *apud* AZEVEDO, 2004).

No livro “O marketing político: entre a ciência e a falta de razão”, Figueiredo apresenta um estudo elaborado por Örjan Olsen, onde este autor elenca algumas das razões pelas quais se deve relativizar o potencial de mídia e dos formadores de opinião.

A comunicação unidirecional, em estagio único, onde a mídia encontra um receptor extremamente passível e incrédulo, pode acontecer em situações excepcionais, mas não é a regra. Örjan Olsen enumera as razões para se relativizar a onipotência da mídia e dos formadores de opinião:

- *O tema pode não ser relevante para a audiência no momento, não despertando atenção;*
- *A informação não é útil para o receptor;*
- *A mensagem compete com outras mensagens contraditórias sobre o mesmo tema;*
- *O canal utilizado não atinge a audiência pretendida;*
- *A mensagem entra em choque com a realidade do receptor*
- *A mensagem é formulada de maneira inadequada, fora do contexto ou complexa demais para o receptor (OLSEN, 1997, *apud* FIGUEIREDO, 2000, p. 32)*

Na mesma direção, se há “formadores de opinião verticais”, há também os “formadores de opinião horizontais”. Estes últimos, via de regra, apresentam características menos formais do que o tipo anterior. Podem ou não serem professores, médicos, sacerdotes, empresários ou líderes

comunitários; no entanto, tem no seu traço de personalidade algo que lhes confere esta distinção como formuladores de opinião assimilada e reproduzida por outras pessoas.

Ganham importância os 'formadores de opinião horizontais' que por terem traços de personalidade de liderança e um nível de informação acima da média para o meio em que vivem, têm oportunidade de dizer o que pensam e, mais do que isso, são procuradas para orientar pessoas de suas relações.(OLSEN, 1997, apud FIGUEREDO, 2000, p. 31)

3.1 Sobre o Jornalismo de Opinião

Os *mass media* impressos (e mesmo alguns 'âncoras' de programas da mídia eletrônica) publicam periodicamente artigos de "formadores de opinião verticais". São profissionais da comunicação, colunistas efetivos ou convidados que escrevem em espaços reservados para este fim. No entanto, é raro considerar que estes "disseminadores" de opinião, ao escrever nestes espaços reservados, colocam em questão, pelo menos não de forma sistemática, as opiniões do próprio jornal. Portanto, é possível dizer que os articulistas ou o colunista, pelo menos os efetivos, não entram em confronto com o "pensamento oficial do jornal", no caso, o pensamento de seus proprietários majoritários e controladores, já que o jornal em si, não tem 'pensamento'.

Algumas teorias sobre comunicação defendem que não pode haver democracia sem imprensa livre. Esta afirmação traz embutida a idéia de que a imprensa é a única capaz de vigiar o poder e defender o cidadão, e por extensão, a própria democracia. Desta concepção originou-se a analogia à imprensa como "quarto poder", expressão cunhada na Inglaterra no século XIX.

A idéia da imprensa como um atento "cão de guarda" (e às vezes, motivado pelo jornalismo investigativo, como um verdadeiro "cão de ataque") se materializa por excelência nas páginas de opinião dos jornais, onde os artigos e as colunas assinadas debatem os temas mais candentes do momento e o editorial define a posição do jornal diante das questões públicas. Deste modo, as páginas opinativas constituem fontes importantes para se apreender e analisar o interesse temático e as formas de enquadramento adotadas pelos jornais em suas abordagens sobre o funcionamento das instituições políticas. (CHAIA e AZEVEDO, 2008, p.8)

Freqüentemente os meios de comunicação se consideram a única força capaz de representar os valores da democracia, em especial, por se colocarem como instrumento a serviço dos cidadãos e portanto “isento” e “imparcial” na defesa do regime democrático.

A tese que aqui defendemos parte de dois pressupostos, apresentados por Lima (1998) no artigo “*Sociedade da Informação, comunicações e democracia*”, no qual o autor define que a democracia é freqüentemente confundida com oportunidade de acesso e, neste caso, de acesso a informação. Equivale a dizer que um dos problemas da democracia seria a escassez de informação em especial sobre as ações, fatos e circunstâncias que deveriam ser de conhecimento público. Estes pressupostos juntam dois elementos distintos, informação e conhecimento, como sinônimos, o que não são. No mesmo artigo, Lima faz a distinção entre estes dois elementos, dizendo:

[...] é impossível, também em princípio, para um usuário saber de tudo ou pelo menos ter acesso a todo o conhecimento. Mas esta epistemologia primitiva, reconhecidamente descrita de modo primitivo, não conseguirá executar o trabalho de intelectual ou transportar a carga argumentativa colocada sobre ela. O conhecimento ao final das contas é paradigmático. Ele não surge da experiência em forma de dados. Não existe uma coisa chamada “informação” sobre o mundo fora dos sistemas conceituais que criam e definem o mundo no próprio ato de conhecê-lo. (LIMA, 1998, p. 29)

Além destes elementos, ao final fica evidente que os paradigmas vinculados às noções de conhecimento e informação não são destituídos de propósitos e intenções externas, que buscam a manutenção de valores, regras sociais e mecanismos de convivência.

Um destes paradigmas se revela na tese de que é a comunicação que carrega as condições de construir a representação que as pessoas possuem acerca das coisas, portanto a comunicação é um *locus* de poder. Se os *mass media* têm o potencial de estabelecer uma comunicação *unidirecional*, esta produz uma versão hegemônica de representação do mundo exterior e, portanto, da realidade. Cabe lembrar que se trata de uma representação hegemônica, mas não totalitária, pois

há a “contra hegemonia” de mídias alternativas, ainda que tenham pouca potencialidade de massa.

A centralidade das comunicações nas diferentes esferas da atividade humana faz com que o setor ocupe um espaço ímpar em relação ao efetivo controle de poder, portanto, a [própria] definição da democracia (LIMA, 1998, p. 29).

A partir deste pressuposto, a própria noção do que vem a ser a democracia é construída pela mídia que lhe atribui um papel central. Para legitimar-se como elemento fundamental de democracia, os *mass media* dão visibilidade a um conjunto de atores sociais, políticos, intelectuais, artistas entre outros, e em raros casos, a setores populares, quando estes fazem denúncias ou protestos que mobilizam a necessidade da agenda pública, demonstrando o que podemos chamar de um jornalismo de opinião.

Azevedo (2004) faz referência a obra de Lippmann, (*Public opinion* publicada em 1922), que além de um clássico das ciências políticas é por muitos considerada a obra inaugural de estudos sobre a mídia, na qual o autor examina a teoria da democracia, o papel do cidadão na democracia e o impacto da imprensa na ação do homem comum. No entanto, em uma nota, Azevedo define bem sua consideração sobre opinião pública:

A opinião pública por ser “opinião” (doxa), não coincide necessariamente com a verdade (epsteme), e por ser pública pertence ao universo político, sendo neste caso, mais apropriado falar em opiniões públicas. (AZEVEDO, 2004 p.60)

3.2 A opinião pessoal publicada para a opinião Pública.

A opinião que um indivíduo venha a ter sobre sua realidade social tende a ser apresentada carregada de juízos e valores sociais, julgando, validando e reproduzindo esta realidade dada.

É certo que os indivíduos através da ação comunicacional, manifestaram uma visão de mundo, uma explicação sobre sua realidade social. Podemos chamar esta explicação de “opinião pessoal”, aquilo que o indivíduo expressa pessoalmente, mas que está carregado de sentidos sociais a partir de seu *ethos* social, sua classe social, do lugar que ocupa na sociedade (BOURDIEU, 2007).

Mesmo no período da história em que a Igreja deteve o monopólio da produção legítima dos julgamentos, da produção intelectual, da versão sobre a história pregressa e o domínio da língua escrita, é inimaginável pensar que as pessoas não manifestassem sua visão de mundo, mesmo que esta visão representasse a única visão aceitável, possível, reconhecível pela sociedade. Não fosse assim, estaríamos objetando que os indivíduos vivem robotizados na sociedade e que suas visões de mundo não são suas, mas, de outro que o comanda, o que não é real, pois todos têm uma consciência de sua realidade social têm uma opinião a dar sobre o mundo em que vivem e mesmo que não o façam, atuam sobre ela, contestando ou servindo-a (BOÉTIE, 1982).

Apesar de todos terem uma opinião sobre sua realidade social, nem sempre foi possível manifestá-la, quando esta opinião questionava, denunciava ou organizava a resistência. A isto que a ciência política denomina de “liberdades civis”. Quando o posicionamento opinativo de um sujeito sobre a sua realidade se caracteriza pelo questionamento, pela denúncia, pela organização da resistência, temos um posicionamento político.

Tomando somente o século XX, esta liberdade de comunicar, denunciar, questionar com a força das idéias a “idéia da força”, através de um juízo sobre sua condição social, teve como resultado a violenta repressão por governos totalitários. Hoje, muitos reconhecem que sem liberdade não há sentido para a política (ARENDDT, 2002).

A idéia de ‘opinião pessoal’ deve, talvez, em parte, sua evidência ao fato de que, construída contra a pretensão da Igreja ao monopólio da produção legítima dos julgamentos, dos instrumentos de produção dos julgamentos e dos produtores de julgamentos, e inseparáveis da idéia de tolerância – ou seja, da contestação de toda a autoridade em nome da convicção de que, nessas matérias, todas as opiniões, seja qual for seu produtor, são equivalentes – ela exprime desde a origem os interesses dos intelectuais, pequenos produtores de

opiniões, cujo papel se desenvolve paralelamente a constituição de um campo de produção especializado e de um mercado para os produtos culturais e, em seguida, de um subcampo especializado na produção das opiniões políticas (com a imprensa, os partidos e todas as instâncias representativas) (BOURDIEU, 2007, p. 372).

Encontramos aí, a valorização que se faz hoje em dia da opinião pessoal. O germe inicial da “opinião pessoal” como possibilidade de apresentar aos demais nos espaços sociais da comunicação humana, o julgamento, o juízo, ou o simples comunicar de um evento que se coloca aliado do *poder vigente* ou contra este, ou simplesmente enunciar fatos sociais cotidianos.

Ao se libertar do pressuposto de legitimação de um único foro legítimo e socialmente aceito para fazê-lo, e ao se libertar do julgo do poder totalitário, o homem e a mulher de hoje, tem condições de manifestar suas opiniões e posicionamentos sociais, culturais e políticos, mesmo que, por vezes, muito acima da média, se abstenha de fazê-lo.

É fato reconhecido pela ciência política que uma parcela significativa das pessoas entrevistadas em *survei* “se abstenham”, por exemplo, de responder sobre temas políticos. Também é comum debitar esta abstenção aos segmentos menos instruídos da sociedade, como se o silêncio não fosse parte do ato de comunicar.

A competência técnica é para o social, o que a capacidade de falar é para o direito a palavra, ou seja, uma condição de exercício e, ao mesmo tempo, um efeito (BOURDIEU, 2007, p. 383)

A modernidade consolida a “opinião pessoal” no momento posterior ou concomitante ao culto e a cultura da “pessoa” e do “indivíduo”. Isto significa que os indivíduos têm, ou podem ter algo de “original”, “exclusivo”, “pessoal”, como: “idéias originais”, “estilos pessoais”, uma “opinião pessoal”.

Não falamos de qualquer indivíduo, mas daquele que detém “méritos”, “capacidades”, “virtudes”, “dons” e “características pessoais” que são valores sociais agregados a sua pessoa/indivíduo. No entanto, necessitam, para se destacar na sociedade, daquelas pessoas/indivíduos que são destituídos de tais atributos, ou que, a sociedade não lhes confere capacidade ao “original”, “exclusivo” ou “pessoal”. O que significa que estes últimos não estão autorizados a estas características.

A palavra autorizada da competência estatutária, palavra poderosa, que contribui para fazer o que ela diz, responde o silêncio da incompetência não menos estatutária que, vivenciada como incapacidade técnica, condena à delegação, o desapossamento irreconhecido e reconhecido dos menos competentes em favor dos mais competentes, das mulheres em favor dos homens, dos menos instruídos em favor dos mais instruídos, daqueles ‘que não sabem falar’ em favor daqueles ‘que falam bem’. (BOURDIEU, 2007, p. 387)

É neste contexto que se inscreve a inclusão ou exclusão entre aqueles e aquelas que utilizam os *mass media* para manifestar suas opiniões a um contingente amplo de pessoas na sociedade.

Quem assina um artigo em um jornal, participa de um programa de entrevistas no rádio ou na televisão, tem de estar autorizado socialmente ao uso da palavra. E mesmo alguns, que tem capacidade técnica reconhecida ao uso da palavra (como intelectuais, artistas, pessoas de formação em nível superior), são excluídos dos espaços midiáticos e desautorizados pelo conteúdo de suas “opiniões pessoais”, ou pela filiação aos ideais que buscam afirmar sobre temas socialmente conflitantes, como o direito ao aborto, os direitos civis de pessoas do mesmo sexo que constituem relação afetiva, o papel do Estado na regulação do desenvolvimento econômico e social, a distribuição de riquezas, a Reforma agrária, os direitos econômicos sociais e culturais, e as diferenças entre a Igualdade e a Liberdade.

Isto significa dizer que entre os procedimentos de exclusão da sociedade atual, está a interdição à teses, opiniões, posicionamentos, defesas e denúncias que se faz o máximo esforço para não se tornar público entre milhões de ouvintes, leitores e expectadores como bem definiu Foucault:

[...] por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso – como a psicanálise nos mostrou- não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é objeto de desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.” (FOUCAUT, 1996 p.10).

CAPÍTULO IV

Folha de S. Paulo: Jornal e Jornalismo

A empresa jornalística é como qualquer empresa inserida no sistema de desenvolvimento do capitalismo. Visa o lucro. Uma empresa jornalística sobrevive economicamente de anunciantes, mas também, das relações sociais que estabelece com setores econômicos, em especial com os valores que estes setores representam em determinados períodos na sociedade.

Assim, verifica-se que há setores econômicos que definem suas estratégias de comunicação imantando sua imagem a determinados veículos de comunicação, que além de sua circulação entre os formadores de opinião, têm uma linha editorial, e posturas “socialmente aceitáveis” perante a média da compreensão da sociedade em determinado momento histórico. Ou seja, a decisão de anunciar em um veículo de imprensa, não se faz somente por quantificar sua tiragem, pela amplitude de sua circulação.

A empresa jornalística, aquela que imprime e faz circular seus jornais, também atua dentro de uma rede de fornecedores, neste caso de dois tipos: fornecedores de bens de capital e matéria prima bruta (papel, tinta, máquinas, tecnologias, etc.) que movimenta bilhões de reais na economia mundial; e fornecedores de matéria prima “fonte”, que fornece os elementos para aquilo que se vai publicar no jornal. Neste momento inicia o jornalismo.

O jornalismo é distinto da empresa jornalística, e com ela guarda tensões permanentes, cotidianas, de certa forma intrínsecas à atividade da comunicação de massa no período da modernidade. Sendo um instrumento de comunicação de massa, está em permanente conflito. O jornalismo é a ação do homem dentro da empresa jornalística, que atua com seus valores, princípios, personalidades e paixões.

O termo jornalismo possui também um significado absolutamente romântico. É próprio de sua natureza despertar polêmicas apaixonadas: palco das diversas

lutas por transformações sociais no capitalismo desde seu surgimento, a imprensa é idealizada. Não raro dá-se a conotação de um sacerdócio, de uma missão. (MELO, 1996, p.13)

O jornal representou durante o período militar no Brasil e no período de sua redemocratização, esta tensão entre empresa jornalística e jornalismo. Observando este período, Melo define da seguinte forma o jornal Folha de São Paulo.

A FSP, enquanto empresa capitalista percebe o espírito daquela época e politicamente oscila entre o apoio – quase unânime dentre os jornalistas brasileiros – ao golpe de 1964, e um breve intervalo de envolvimento com as manifestações políticas de 1968, logo encerradas em virtude do maior fechamento do regime com a edição do AI-5. (MELO, 1996, p. 91-92.)

Durante o primeiro período do golpe, que vai de 1964 a 1968 estiveram entre os quadros profissionais da Folha da Manhã S/A (que publicava também a Folha de S. Paulo e a Folha da Tarde) integrantes da esquerda, como Alípio Freire, Frei Beto e Claudio Abramo. Neste período a Folha da Tarde dava espaço às manifestações estudantis e às lutas para o restabelecimento das liberdades democráticas, como demonstrou Gisela Taschner citando alguns exemplos de manchetes de capa como:

'bomba contra Vandrê no Rio' e 'padres fazem greve em Minas' (...) 'Continua o cassã não cassã' (no caso Mario Moreira Alves), (...) 'Estude, custa mais de dois milhões' (...) 'CCC, terror que não deixa pistas'. (TASCHNER, 1992, 187-8)

Ainda no mesmo trabalho, para melhor ilustrar, mesmo que extenso vale apresentar o trecho em que a autora traz a definição sobre a Folha de S. Paulo neste período.

A Folha de S. Paulo era o jornal maior e mais completo de todos, além de ser, junto com a Última Hora, explicitamente politizado (...). Do ponto de vista da

orientação política, apoiou o Golpe de 1964 como quase toda a grande imprensa. (...) deu cobertura as manifestações estudantis de 1968, apoiando-as discretamente enquanto não surgiu a luta armada. Seus editoriais, no entanto, eram extremamente 'inócuos' e 'anódinos' e foram suspensos com a escalada da censura. O jornal fez autocensura, mantendo-se em low profile durante todo o período do 'milagre'. (...) em função de suas dívidas, a empresa estava atrelada ao governo neste período. Com o fim dessas e a emergência do projeto Golbery-Gaisel de 'distensão' (e depois de abertura), (...) procurou cooptar a grande imprensa de um modo geral, a Folha de S. Paulo, percebendo a direção dos novos rumos [citando o encontro de Frias com Golbery]¹³ reformulou sua linha editorial. Com isso começou a caminhar mais para a esquerda, não obviamente no sentido de se tornar socialista, mas no de passar a defender, primeiro timidamente e depois com mais ousadia, um capitalismo moderno e não selvagem e a redemocratização do regime político. (...) A partir de então, os editoriais que tinham sido suspensos, votaram as suas páginas, assim como os jornalistas que tinham sido delas afastados. A 'página 3', que tinha surgido com a reforma editorial de 1975, dedicada ao debate entre diferentes correntes de opinião, segundo o jornal, ganhou novo alento e, em certos momentos a Folha de S. Paulo chegou a colocar-se na vanguarda dos meios de comunicação de massa, na defesa de movimentos redemocratizantes que pululavam pelo país, atingindo seu ápice, a nosso ver, na campanha pelas "diretas-já" em 1984 (TASCHNER, 1992, p186).

Já no período de redemocratização Fonseca defende que a Folha de S. Paulo mostrou-se volátil, no sentido ideológico, quanto aos seus posicionamentos a temas candentes para a época e apresentou como exemplo marcante, a *agenda* das privatizações.

A Folha de S. Paulo apresentou o tema das privatizações aos seus leitores, abrindo espaço através das colunas de opinião, Cadernos de Economia além do espaço no caderno "Tendências & Debates" aos defensores da retirada do Estado da economia. Ao mesmo tempo, quando tratava do tema das privatizações em seus editoriais, manifestava posicionamento moderado e preocupação com as privatizações, ou seja, com retirada do Estado do papel de indutor da economia. Estes

[...] posicionamentos ponderados da FSP, [fizeram com que]¹⁴ se aproximasse em boa medida de setores considerados (pelo jargão político) 'progressistas' da sociedade pós-redemocratização (FONSECA, 2005, p. 158)

¹³ Destaque do autor.

¹⁴ Destaque do autor.

De acordo com Fonseca, a Folha de S. Paulo no primeiro semestre de 1985, quase não toca no tema das privatizações em seus editoriais, preocupando-se com temas dos quais julga serem mais recorrentes na política e na economia. São nos artigos e no caderno de debates em que o tema aparece assinado por intelectuais liberais mesmo sem o apoio formal da direção do jornal. No entanto, este não é um tema qualquer da agenda de governo e de Estado, é crucial para as reformas defendidas pelo Fundo Monetário Internacional para os países de América Latina a partir do chamado *Consenso de Washington*, portanto, a Folha de S. Paulo inicia a visibilidade ao tema a partir de artigos assinados.

Além do referido fato de os ministros “liberais” da “Nova Republica” quererem privatizar algumas empresas, nota-se a presença dos temas “privatização” e “liberalismo”, em debates entre intelectuais, empresários, políticos e outros em artigos na sessão Tendência e Debates, nos editoriais de opinião e especialmente de Economia (opinião econômica). A folha de SP abre espaço, mas não apóia nesses primeiros meses, mas mudará aos poucos, e relativamente, de perspectiva. Uma série de temas e questões radicalmente combatidas pela FSP torna-se secundária a partir desse segundo momento, notadamente o peso da dívida externa e da assimetria internacional no que tange as relações ente o centro e a periferia. (FONSECA, 2005, p.151)

Os artigos de opinião, em especial de economia, acabam por contextualizar o futuro posicionamento da Folha de S. Paulo quanto às privatizações. Tornam-se uma espécie de “balão de ensaio” do jornal para checar em que medida o tema teria “aderência” na opinião pública, apesar de a agenda pública já estar tomada pelo debate sobre o enxugamento do Estado.

As opiniões de intelectuais, empresários, políticos, juristas que defendem abertamente as privatizações e a de personalidades públicas em artigos, contribuíram para um reposicionamento do jornal sobre o assunto, demonstrando que o mesmo pode ter em seus colunistas, subsídios importantes para o que se pode chamar de “opinião oficial do jornal”, em momentos específicos.

Neste sentido, os argumentos, juízos e sugestões apresentadas pelos colunistas, convidados ou profissionais, que tiveram espaço para publicar seus artigos em defesa das privatizações e da

desestatização da economia, contribuíram para a fase posterior dos editoriais, orientando a própria direção e edição da Folha.

Uma vez definido o posicionamento da Folha de S. Paulo quanto ao tema das privatizações, o jornal tratou de se colocar a serviço desta “construção simbólica”. Fonseca observa que no ano de 1985, este jornal constitui estratégia de dar visibilidade à interpretação sobre a situação pela qual o Estado brasileiro havia se transformado, o jornal publica então

*[...] uma série de **reportagens** (que formarão uma espécie de **minissérie**) demonstrativas (aos olhos do jornal) das mazelas do setor público, notadamente o “empreguismo”. Este ocorreria em virtude da abundância de órgãos estatais (FONSECA, 2005, p.162).*

Em seguida, o autor desvenda o significado destas reportagens, como uma estratégia comunicativa, tendo objetivo muito claro, combinar “informação” com “opinião”, onde as “informações” e o enquadramento dado a notícia teriam um papel de validar o conteúdo dos editoriais.

Deve-se ressaltar este instrumento das reportagens como uma estratégia, tendo em vista que confere à opinião, expressa nos editoriais, um tom de verdade incontestável (FONSECA, 2005, p.162).

Esta estratégia se estende por longo tempo na discussão deste tema, como observamos no editorial denominado “No rumo da privatização”, criticando a inoperância do governo Sarney (1985 – 1984) para com o programa de desestatização da economia

O Brasil não segue, assim, no caminho trilhado por algumas das mais avantajadas democracias européias. Como demonstrado pela reportagem de ontem desta Folha, o retraimento do Estado como produtor de bens e serviços

considerados não típicos de governos é a tendência dominante na Europa. (FONSECA, 2005, p. 234)

A Folha de S. Paulo naquele momento cumpria um papel relevante na formação da opinião pública em favor da desestatização da economia, no caso, importa apresentar o sentido de uma imprensa com objetivos claros a atingir para a construção de determinada agenda pública, como demonstra Fonseca:

[...] importa-nos menos saber se realmente houve empreguismo (possivelmente havia, mas em razão da estrutura da administração pública e da falta de transparência do Estado), e sim descortinar os mecanismos retóricos e imagéticos no interior de uma estratégia objetiva de alcançar certos fins. (FONSECA, 2005, p.162)

A conclusão do autor evidencia que os valores apresentados pelo jornal como um veículo que expressa somente os fatos que estão postos pela sociedade de forma simplesmente comunicativa, não sustenta a análise do conteúdo e das estratégias de comunicação da Folha de S. Paulo no período analisado.

[...] o argumento, transformado em mote pela FSP, de seu pretenso apartidarismo, neutralidade e independência em relação aos grupos sociais vinculando-se apenas ao leitor [...] é totalmente desprovido de sentido, até porque há uma impossibilidade sociológica nesta tríade auto-requerida pelo jornal. (FONSECA, 2005, p. 163).

Uma vez definido o posicionamento da Folha sobre as privatizações, também se verificou um tensionamento entre a posição oficial do jornal e alguns de seus colunistas, Fonseca nos apresenta um caso ilustrativo em uma nota de página:

“Joelmir Beting discordou da FSP em muitos casos. Entre outros exemplos, está o caso da encampação pelo governo federal do falido Banco Sulbrasileiro – criticada veementemente pela FSP como “socialização das perdas” -, o colunista mostrou-se favorável a tal encampação, com o argumento de que “este banco não tinha saída técnica ou física, teria de contar com uma solução social ou política. No aspecto social, pela abrangência do problema econômico centrado no banco quebrado, com centenas de empresas e trabalhadores [...] colocados contra o paredão da moratória, da falência e do desemprego (20/03/1985) (FONSECA 2005, Nota p.155)

De uma postura próxima ao *Keynesianismo* no início do processo de redemocratização de política brasileira, a Folha de S. Paulo passa a ter uma postura de ação comunicativa auxiliar no processo de consolidação do neoliberalismo no Brasil.

As pesquisas do autor seguem durante uma boa parte do período inicial da redemocratização da política brasileira, Fonseca, define como resultado destes estudos, que a Folha de S. Paulo continuará em quase todo o período que corresponde ao governo Sarney, em sua cruzada neoliberal, defendendo a livre iniciativa como solução para as mazelas do capitalismo tardio. (FONSECA, 2005)

Por certo a Folha de S. Paulo não deseja ver sua imagem imantada a valores ultra-liberais ou conservadores do período. Prefere ver-se associada a valores progressistas através de uma retórica social.

Procura incansavelmente postar-se ao que o discurso político identificaria como “centro”, com leve inclinação à esquerda, por conta de sua retórica social. (FONSECA, 2005, p. 243)

O papel ideológico da Folha de S. Paulo no que concerne à consolidação do neoliberalismo no Brasil é evidenciado por Fonseca, que critica o pouco ou nenhum engajamento das elites empresariais naquele momento, na seguinte passagem de sua obra se referindo ao editorial publicado em 8 de agosto de 1988 intitulado “triste liberalismo”: no qual :

O que aparentemente demonstra que a FSP, ao requerer um liberalismo coerente, com substância, do empresariado, considera-se liberal. Não necessariamente ultraliberal – que implica, como vimos, numa radicalidade -, mas possuidora de uma visão de mundo informada por valores provenientes do liberalismo, no que tange particularmente ao papel e a função da empresa privada. Este papel parece dizer respeito, como já aludimos, não apenas ao caráter produtivo, em sentido estrito, mas principalmente político-ideológico, isto é, ao papel dirigente, além portanto de dominante. (FONSECA, 2005, p. 246).

Não busquei compreender se a Folha de S. Paulo do período estudado confirma as afirmações de Fonseca sobre seu posicionamento diante dos valores liberais (ou denominados de neoliberais). Procurei tão somente demonstrar pela bibliografia escolhida, que existe uma conexão entre as matérias de cunho jornalístico, editoriais e artigos assinados. Mesmo que entre eles haja manifestações contrárias, mesmo que o jornal não tenha de ter posicionamento oficial sobre tudo que os colunistas (e jornalistas profissionais) se debruçam a dar visibilidade, pode haver nesta contrariedade objetivos a serem atingidos pela empresa jornalística.

4.1 Os colunistas da Folha de São Paulo no período 2003 a 2006

Por certo, quem lê as colunas de opinião é também formador de opinião. Alguns poderão objetar ainda que todos que lêem constantemente jornais, mesmo que não os editoriais e as colunas de opinião, são formadores de opinião, da mesma forma que Antonio Gramsci definiu que:

[...] todos são filósofos, ainda que a seu modo, inconscientemente – já que, até mesmo na mais simples manifestação de uma atividade intelectual qualquer, na ‘linguagem’ esta contida uma determinada concepção de mundo. (GRAMSCI, 1932-1933, p. 93).

No entanto, não é demasiado supor que o público alvo dos articulistas, editorialistas e colunistas são aqueles e aquelas, formadores e formadoras de opinião que buscam melhor qualificar sua

intervenção no contexto em que estão inseridos, concordando, discordando ou simplesmente agregando juízos novos, aos que já possuíam advindos destes espaços de opinião.

Na mesma direção, significa dizer que alguns dos leitores e leitoras de jornal se preocupam em se informar para que tenham eles mesmos uma opinião sobre os assuntos do momento, ou porque há audiência para esta atividade ou porque lhes é conferida esta função.

Não pretendo estudar a incidência do Jornal Folha de S. Paulo sobre a opinião pública, nem seria possível. Neste trabalho, meu objeto de estudo está focado no que determinados formadores de opinião, ao se utilizarem de espaço jornalístico de forma freqüente, comunicam a estes leitores ou a determinada “opinião pública”. Em especial, o que pensam sobre determinadas categorias de análise que apresentarei logo à frente. Para tanto, busquei pesquisar artigos publicados em um jornal de circulação nacional, assinados por colunistas efetivos.

Os principais jornais de circulação nacional - *O Globo*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de São Paulo* – possuem caderno de opinião e colunistas que escrevem por longo período de tempo, na sua maioria políticos, artistas, intelectuais, personalidades e profissionais de comunicação.

Como não pretendo fazer análise comparativa entre os colunistas de diversos jornais, busquei definir qual dos veículos de circulação nacional utilizaria para coletar o material necessário à análise. O critério de escolha utilizado foi a maior média de circulação diária no período analisado, entre 2003 e 2006. Conforme dados auditados pelo IVC (Instituto de Verificação de Circulação) e divulgados pela Folha de S. Paulo, este veículo circulou com a maior media diária no período, conforme quadro 1 anexo 1, e anexos 2 e 3).¹⁵

Entre 1º de jan. 2003 e 31 de dez. 2006, a Folha de S. Paulo publicou 1.462 edições do jornal Folha de S. Paulo. O Caderno Opinião é um caderno diário, publicado em todas as edições nas páginas A-2 e A3.

Constam na página A2: dois a três editoriais ao lado esquerdo da página, uma charge central no topo da página, três colunas centrais assinadas por articulistas profissionalizados pelo jornal, uma

¹⁵ Dados do IVC divulgados para o Autor pela Folha de S. Paulo por e-mail. (Anexo III).

coluna semanal, ao lado direito da página, de artigo de um colunista convidado, além de um *Box* com frases da semana.

Já na página A3 constam: artigos encomendados na coluna “Tendências e Debates”, que ocupa dois terços da página ao lado esquerdo, as opiniões de leitores ao lado direito e um *Box* de “erramos”, logo abaixo da coluna de leitores.

Na Folha de S. Paulo, quase todos os cadernos contam com articulistas e colunistas. No entanto, o Caderno Opinião ocupa um espaço privilegiado no conjunto do jornal, sendo as páginas A2 e A3. Analisei os artigos situados ao lado direito da página A2, onde assinam colunistas convidados a escrevem uma vez por semana num dia fixo, ordinariamente, de domingo a domingo. Quando o colunista por algum motivo não pode publicar sua coluna, repórteres ou editores do jornal o substituem naquela edição. Para se ter uma idéia de quais são os colunistas efetivos e quem os substituiu em cada período, apresento algumas informações acrescidas ilustradas nos anexos.

Em correio eletrônico encaminhado a Sra. Eleonora de Lucena, Diretora Executiva do jornal Folha de S. Paulo, fiz alguns questionamentos sobre a escolha e remuneração dos colunistas, perguntei como os colunistas eram escolhidos para aquela coluna específica. A resposta me veio da seguinte forma:

A Folha busca reunir um grupo de colunistas que expresse diferentes formas de pensar. Ser plural é o objetivo da Folha e é isso que norteia a escolha dos colunistas. Os colunistas que não fazem parte o corpo de profissionais do jornal recebem uma remuneração específica pela sua contribuição. É natural que, no transcorrer do tempo, ocorram mudanças. Elas podem ser provocadas pela iniciativa do colunista ou do jornal. O importante a ressaltar é a multiplicidade de visões de mundo que o conjunto dos colunistas (em todos os cadernos do jornal) representa. Reunido empresários, intelectuais, artistas, políticos e personalidades de várias tendências ideológicas a Folha tenta levar ao seu leitor diferentes interpretações e análises sobre os fatos.¹⁶

Não consegui obter a resposta sobre o que significava “remuneração específica”, no caso dos colunistas estudados já que estes notoriamente não fazem parte dos quadros de funcionários da

¹⁶ Resposta do grupo folha enviada por e-mail no dia 3 de agosto de 2009, às perguntas elaboradas pelo autor no dia 13 de julho do mesmo ano e encaminhada a Sra. Eleonora de Lucena, secretaria executiva do Jornal Folha de S. Paulo - Ver anexo IV

Folha de S. Paulo. Pela resposta, veremos como se configuraram estas escolhas e de que forma representam “diferentes formas de análise” ou de “visões de mundo” ali expressas.

No ano de 2003, os colunistas efetivos foram respectivamente, Antonio Delfim Netto, Antonio Ermírio de Moraes, Boris Fausto, José Sarney, Dom Luciano Mendes de Almeida, Otavio Frias Filho e Roberto Mangabeira Unger [anexo V]. Os demais artigos assinados substituíram aqueles colunistas efetivos que porventura não puderam publicar seus artigos semanais. A substituição nestes casos foi publicar artigos de diretores e diretoras que ocupavam cargos executivos, jornalistas e editores, mas na imensa maioria das vezes a substituição das colunas foi assinada pelo mesmo profissional.

Como exemplos temos o caso de Valdo Cruz, diretor-executivo da Sucursal de Brasília, que no ano de 2003 substituiu Antonio Delfim Netto nas edições de 01/jan, 03/out e 24/dez e ainda o caso de Fernando de Barros e Silva editora de Brasil da Folha, que no mesmo ano, substituiu os artigos que deveriam ser publicados por Otavio Frias Filho nas edições de 23/jan, 03/abr, 04/set e 18/set. Ao todo, 28 colunistas assinaram a coluna localizada ao lado direito da pagina A-2, no ano de 2003, sendo que sete destes eram colunistas efetivos.

No ano de 2004, os colunistas efetivos foram Antonio Delfim Netto, Antonio Ermírio de Moraes, José Serra, José Sarney, Dom Luciano Mendes de Almeida, Otavio Frias Filho e Roberto Mangabeira Unger [anexo VI].

Otavio Frias deixa de escrever nas quintas-feiras com uma nota de rodapé ao final de seu último artigo:

Depois de dez anos escrevendo esta coluna semanal, desde junho de 1994, creio que chegou a hora de uma pausa para renovar idéias e opiniões: minhas e dos eventuais leitores. Agradeço os estímulos, críticas e comentários recebidos ao longo desse tempo. Devo continuar a escrever de forma esporádica em outras seções do jornal. (FRIAS, Otávio. Recurso ao nacional Folha de S. Paulo, São Paulo, 02/09/2004, Opinião, p. A2)

Demetrio Magnoli substitui Otavio Frias Filho. O ex-ministro da saúde na gestão de Fernando Henrique Cardoso e candidato derrotado em 2002 à Presidência da República, José Serra (PSDB)

passa a escrever nas segundas-feiras no lugar de Boris Fausto. Apesar de escrever por vinte e quatro semanas entre 12 de janeiro de 2004 a 21 de junho do mesmo ano, no seu primeiro artigo revela já ser um assíduo colunista do Jornal Folha de S. Paulo: *“reassumo pela terceira vez esta coluna. Desde 1987, dela estive ausente apenas quando ocupei cargos no Executivo ou em razão de campanhas eleitorais. Devo ter publicado neste espaço mais de quatro centenas de artigos.”* (SERRA, José. *Folha de S. Paulo, São Paulo, 12/01/2004, Opinião, p. A2*).

No último artigo que encerra sua seqüência, Serra declara que a coluna que escreve e escreveu no jornal Folha de S. Paulo tem singular importância em sua trajetória, e que em suas palavras *“é o principal veículo de expressão de meu pensamento e de minha visão sobre o Brasil.”* (SERRA, José. *Folha de S. Paulo, São Paulo, 21/06/2004, Opinião, p. A2*).

A coluna de artigo do caderno Opinião, nas segundas-feiras foi a menos constante do ano de 2004, apesar de ter um substituto à José Serra, o colunista João Sayad, que escreveu nas segundas-feiras de 23/ago a 27/dez. Entre os dois, mais de um colunista se revezou para a manutenção deste espaço.

O ano de 2005 teve como colunistas efetivos Antonio Delfim Netto, Antonio Ermírio de Moraes, João Sayad, José Sarney, Dom Luciano Mendes de Almeida, Demetrio Magnoli e Roberto Mangabeira Unger [anexo VII].

As segundas-feiras continuaram sendo o dia de menor regularidade entre os colunistas. João Sayad deixou de escrever duas edições no mês de abril e duas no mês de maio. Não publicou nenhuma coluna entre os meses de junho e julho, retornou somente no mês de agosto, a partir do qual escreveu até o final do ano com certa regularidade.

Nos períodos em que deixou de publicar suas colunas ordinárias, João Sayad foi substituído por mais de uma dezena de profissionais da Folha de S. Paulo, entre eles, Renata Lo Prete, editora do "Painel" (18/04), Rogério Gentile, editor de Cotidiano (23/05), Mario César Carvalho, repórter especial da Folha (13/06) e Sérgio Dávila, também repórter especial da Folha (11/07). Nos períodos que deixou de publicar, não há nenhuma justificativa registrada.

No último período da pesquisa, o ano de 2006, os colunistas efetivos que iniciam o ano foram os mesmos do ano anterior; Antonio Delfim Netto, Antonio Ermírio de Moraes, João Sayad, José

Sarney, Dom Luciano Mendes de Almeida, Demetrio Magnoli e Roberto Mangabeira Unger [anexo VIII]. No entanto duas alterações ocorreram no período:

Demetrio Magnoli se despediu depois de 108 edições e foi substituído por Maria Silvia Carvalho Franco, única mulher a assumir uma coluna efetiva no período analisado, e Dom Luciano Mendes de Almeida, faleceu aos 75 anos, no dia 27 de agosto de 2008, ao lado da família e dos amigos, por falência múltipla de órgãos, em São Paulo, consequência de um câncer no fígado, após ficar internado por 40 dias no Instituto Central do Hospital das Clínicas, da Faculdade de Medicina de São Paulo.

Dom Luciano escrevia todas as semanas no Jornal Folha de S. Paulo, deixando pronto vários artigos para serem publicados durante sua internação hospitalar, de maneira que no dia anterior de sua morte foi publicado ordinariamente, seu último artigo naquele jornal. A coluna publicada no caderno Opinião nos sábados, que fora reservada para colunista efetivo, não encontrou um substituto/a até o final do período estudado sendo assinada por vários profissionais do referido jornal.

Ao todo, assinaram a coluna à direita da página A-2 do caderno Opinião da Folha de S. Paulo 49 pessoas, entre os colunistas efetivos e profissionais de comunicação, do dia 1º de janeiro de 2003 e 31 de dezembro de 2006. Não pretendo analisar todos os artigos publicados no espaço reservado pelo jornal na seção indicada e, conseqüentemente, não farei a análise de todos os colunistas.

4.2 Método de escolha dos colunistas a serem analisados

O método usado na seleção dos artigos baseou-se em duas etapas. A primeira, selecionando os colunistas, a segunda, os artigos a serem analisados.

Para a escolha dos colunistas, o método adotado foi de frequência entre o período de análise, tomando como ponto de partida aqueles que escreveram nos quatro anos do primeiro governo Lula, de 1º de janeiro de 2003 a 31 de dezembro de 2006, com a frequência indicada na tabela I.

Como demonstram os dados, foi levado em conta os colunistas que assinaram artigos na página A-2 do caderno Opinião da Folha de S. Paulo com uma frequência superior a 90% e que tiveram publicados seus artigos nos quatro anos, entre 2003 e 2006

Tabela 1: Frequência de publicação de artigos por colunista com mais de cem artigos publicados entre 2003 e 2006.

Colunistas efetivos	Quant. de artigos publicados em 2003	Quant. de artigos publicados em 2004	Quant. de artigos publicados em 2005	Quant. de artigos publicados em 2006	Dias da semana	Soma dos dias entre 03 e 06	Total de colunas publicadas	FREQ. %
ANTONIO ERMINIO DE MORAES	52	52	52	53	Domingo	209	209	100%
JOÃO SAYAD		19	36	51	Segunda	208	106	50,96%
ROBERTO MANGABEIRA UNGER	47	48	48	49	Terça	208	192	92,30%
ANTONIO DELFIM NETTO	50	51	49	48	Quarta	210	198	94,20%
DEMÉTRIO MAGNOLI		15	52	37	Quinta	209	104	49,70%
JOSÉ SARNEY	51	52	52	52	Sexta	209	207	99,04%
LUCIANO MENDES DE ALMEIDA	52	52	53	33	Sábado	209	190	90,90%

Os colunistas que tiveram frequência superior a 90% de publicação de artigos na página A-2 do caderno Opinião da Folha de S. Paulo foram respectivamente: Antonio Ermírio de Moraes (100% de frequência), José Sarney (99,4%), Antonio Delfim Netto (94,2%), Roberto Mangabeira Unger (92,3%) e Dom Luciano Mendes de Almeida (90,9%) sendo que, este último, até o dia anterior à sua morte teve a frequência de 100% em suas publicações.

A segunda tarefa foi a escolha dos artigos para análise. Optei por fazer uma coleta de textos por amostragem, no sistema de semana casada, tomando um artigo por mês de cada um dos colunistas, tendo ao final, doze artigos por ano. Em alguns casos, na semana em que o artigo fora escolhido, o colunista havia sido substituído, nestes casos, o artigo foi descartado, visando manter a autenticidade do autor [anexo IX].

Durante o período analisado foram publicados 1.462 artigos ao lado direito da página A-2 do Caderno Opinião da Folha de S. Paulo, sendo que a soma dos artigos publicados com frequência acima de 90%, totalizam 996 artigos.

A amostragem que resultou do processo de semana casada (227 artigos) corresponde a 15,45% do total de artigos dos quatro anos e 22,6% do total de artigos publicados entre aqueles que tiveram

frequência superior a 90%. É esta amostra que irei analisar, tendo como autores dos artigos, aqueles que com maior frequência e regularidade publicaram artigos no caderno A-2 da Folha de S. Paulo.

4.3 Breve biografia dos colunistas a serem analisados

Antonio Ermírio de Moraes

Antonio Ermírio de Moraes nasceu em 4 de junho de 1928, em São Paulo. Alfabetizado no tradicional Colégio Rio Branco decidiu seguir a trilha do pai, José Ermírio de Moraes.

Aos 17 anos partiu para o Colorado, nos EUA, formou-se engenheiro metalúrgico na mesma faculdade do patriarca, a *Colorado School of Mines*. Diplomou-se engenheiro metalúrgico em 1949 e quarenta anos depois recebeu daquela escola o título de "Doutor em Metalurgia".

Preside o Conselho de Administração do Grupo Votorantim que completou 90 anos em 2008. Uma das mais importantes empresas de bens de capital do Brasil tem faturado cerca de 30 bilhões de reais ao ano, dos quais, 8 bilhões são lucro líquido já descontados os impostos.

Ermírio dirige pessoalmente a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), que herdou do pai, o senador José Ermírio de Moraes. Em 2008, a CBA transformou-se na maior fábrica de alumínio primário da América Latina. É um complexo industrial completo, desde a extração da bauxita, matéria-prima do alumínio, até a fabricação do produto acabado. O Grupo Votorantim fez estradas de ferro para o transporte da produção e possui dezoito hidrelétricas, que fornecem 60% da energia necessária nas fábricas do grupo.

Antonio Ermírio de Moraes preside também o hospital Beneficência Portuguesa na cidade de São Paulo, que mantém cerca de 60% dos seus serviços à disposição dos pacientes carentes e conveniados com o Sistema Único de Saúde - SUS.

Em 1986, foi candidato ao governo do estado de São Paulo pelo PTB, obteve 1,1 milhão de votos perdendo para Orestes Quécia. Em algumas biografias é acentuado o tom como ojeriza a política.

Antes de concorrer para o governo de São Paulo sua atuação na política tinha sido discreta, engajou-se direta e pessoalmente em campanhas voltadas para a melhoria da educação e da saúde.

Antônio Ermírio de Moraes tem atividade de escritor de artigos que são publicados em jornais e revistas de âmbito nacional, destacando os artigos semanais no caderno opinião do Jornal Folha de S. Paulo. É membro da Academia Paulista de Letras.

Biografia de Antonio Delfim Netto

Antonio Delfim Netto nasceu em São Paulo em 1/5/1928 em uma família de origem italiana. Aos 20 anos de idade, entrou no curso de economia da Universidade de São Paulo (USP). Depois de formado, a partir de 1952 começou a exercer a carreira de professor assistente de Estatística Econômica e Econometria sob orientações do Professor Emérito Luiz de Freitas Bueno.

Em 1959, tornou-se Professor Livre-Docente com a tese “O Problema do Café no Brasil”. Ainda no governo Goulart, em 1963, recebeu o título de “Professor Catedrático de Teoria do Desenvolvimento Econômico” com o estudo “Alguns Problemas do Planejamento para o Desenvolvimento Econômico”.

Neste período, Delfim estava preocupado com os estudos dos problemas da economia brasileira. Voltou-se para o planejamento governamental e para a teoria do desenvolvimento econômico. Suas idéias estavam orientadas por um pensamento essencialmente calcado na aplicação da teoria neo-clássica e idéias *keynesianas* ou *monetaristas*, ambas no plano macroeconômico.

Exercia atividades extra-acadêmicas, entre as quais, participava da Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai, política do Estado para o planejamento regional e realizava estudos para a Associação Nacional de Programação Econômica e Social, entidade financiada por banqueiros paulistas que publicou em 1964 seu importante trabalho intitulado *Alguns Aspectos na Inflação Brasileira*.

Ingressou na vida pública em 1959, participando da equipe de planejamento do governador paulista Carvalho Pinto, foi indicado também para integrar o CONSPLAN, um conselho de planejamento em âmbito federal do governo de João Goulart, em 1964, que não chegou a ser executado devido ao golpe de estado.

Dois anos mais tarde (1966) foi nomeado exatamente pelo governo dos militares, Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo. No ano seguinte, foi convocado pelo mesmo governo a assumir a função de ministro da Fazenda, com a tarefa de dirigir o que a literatura da época denominava de o “milagre brasileiro”. Ficou no Ministério da Fazenda entre 1967 e 1974, nos governos de Costa e Silva e Médici.

Neste período o Brasil assistiu a um crescimento econômico de 10% a.a. e uma concentração de renda sem precedentes depois do período de industrialização. Criticado, Delfim definiu a economia como um bolo que primeiro “*era preciso crescer para, depois, reparti-lo*”. O bolo crescia e nunca era repartido.

Entre 1974 e 1985, Delfim foi Embaixador na França (1975 a 1978) Ministro da Agricultura (1979) e cinco meses depois foi transferido para a Secretaria de Planejamento da Presidência, órgão que chefiou até 1985.

De 1987 até 2006, Delfim Netto desempenhou o cargo eletivo pelo estado de São Paulo de Deputado Federal, sempre pelo mesmo grupo político, embora o partido tenha mudado de sigla várias vezes (PDS, 1980-1993; PPR, 1993-1995; PPB, 1995-2003; PP, de 2003-2006).

Biografia de José Sarney

José Ribamar Ferreira de Araújo Costa nasceu em Pinheiro, cidade do Maranhão, no dia 24 de abril de 1930. Aos 35 anos, adotou o nome Sarney, com fins eleitorais por ser conhecido como “Zé do Sarney”, alusão a “José, filho do Sarney”, em homenagem ao pai, Sarney de Araújo Costa.

Formado em direito em 1954, ingressou na política como suplente do deputado federal pela UDN (União Democrática Nacional). É jornalista, pintor, poeta e ficcionista, integrante da Academia Brasileira de Letras e da Academia de Ciências de Lisboa.

Participou ao lado de Bandeira Tribuzi, Lago Burnet, José Bento, Ferreira Gullar entre outros escritores, no movimento literário difundido através da revista que lançou o pós-modernismo no Maranhão, *A Ilha*, da qual foi um dos fundadores.

Sarney exerceu mais mandatos eletivos no período republicano que Ruy Barbosa, que teve 33 anos de mandatos. Sarney se elegeu há 50 anos: em primeiro de janeiro de 1959, assumiu uma cadeira na Câmara dos deputados para seu primeiro mandato.

Em 1965, depois do golpe militar, aderiu ao partido governista, a Arena (Aliança Renovadora Nacional). Governou o Maranhão (1966-1971) e cumpriu dois mandatos como senador (1971-1985), tornando-se um dos principais representantes políticos do regime militar.

Em 1979, após o fim do bipartidarismo, participou da fundação do PDS (Partido Democrático Social). Deixou o partido em 1984, por ser contrário à escolha de Paulo Maluf para disputar a eleição indireta à presidência da República.

Ingressou no PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e foi indicado como vice-presidente na chapa de Tancredo Neves, para a mesma eleição indireta pela Frente Liberal, chapa que seria vencedora na última eleição indireta à Presidência da República. Em virtude do falecimento de Tancredo, assumiu a presidência no dia 15 de abril de 1985.

No ano seguinte, foram realizadas as eleições para a Assembléia Nacional Constituinte, a qual promulgou uma nova constituição três anos depois, em 5 de outubro em de 1988. Legalizados todos os partidos políticos até então clandestinos e extinta a censura prévia, estabeleceu eleições diretas em dois turnos para presidente, governador e prefeito.

O período de governo do Sarney foi marcado por quatro planos econômicos de combate à inflação, não tendo nenhum êxito, deixou o governo com a pior aprovação no dos últimos 30 anos.

Passou a faixa presidencial a Fernando Collor de Mello (PRN), após este ter vencido as primeiras eleições diretas à Presidência da República depois de 29 anos de ditadura. Deixando a presidência da república, Sarney trocou de domicílio eleitoral do Maranhão, candidatando-se ao Senado pelo recém-criado estado do Amapá, vencendo todas as eleições para o Senado nas quais concorreu (1990,1998 e 2006).

Nas últimas eleições, no entanto, enfrentou concorrência acirrada de Cristina Almeida (PSB), e registrou o maior índice de rejeição de sua carreira, chegando às pesquisas em situação próxima a empate técnico com Almeida.

Sarney elegeu-se para o terceiro mandato consecutivo no Senado, mas assistiu sua filha Roseana Sarney perder a eleição para governo do estado do Maranhão, dando fim pela via do voto, a uma das mais duradouras oligarquias do Brasil, a oligarquia Sarney, iniciada por ele próprio, em 1966.¹⁷ Roseana foi empossada no dia 17 de abril de 2009, no cargo de governadora do estado do Maranhão por decisão do STF, que caçou o mandato de Jackson Lago do PDT, eleito nas eleições de 2006, dando à segunda colocada o direito de assumir a cadeira do governo do Estado.

Sarney é conhecido por estar sempre ao lado do poder: apoiou o presidente João Goulart, antes do golpe militar de 1964, mas integrou-se imediatamente à Aliança Renovadora Nacional após o Golpe.

Quando o povo pressionou o governo João Figueiredo por anistia e democracia, Sarney, juntamente com políticos do PDS como Antonio Carlos Magalhães e Marco Maciel, deixou o governo para fundar a Frente Liberal, que se tornaria o PFL (hoje Democratas), partido pelo qual foi candidato a vice-presidente na chapa de Tancredo Neves.

Após o impeachment do presidente Fernando Collor de Mello, Sarney aliou-se ao vice-presidente empossado Itamar Franco. Da mesma forma, compôs a base de “governança” do presidente

¹⁷ Roseana foi empossada no dia 17 de abril de 2009, no cargo de governadora do estado do Maranhão por decisão do STF, que caçou o mandato de Jackson Lago do PDT, eleito nas eleições de 2006, dando à segunda colocada o direito de assumir a cadeira do governo do Estado.

Fernando Henrique Cardoso (PSDB), e no atual momento, é aliado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Assumiu a presidência do Senado nos primeiros dois anos do primeiro mandato (2003-2004), e recentemente foi reconduzido à presidência do Senado nos últimos dois anos do segundo mandato (2009-2010) desta vez concorrendo contra o senador petista Tião Viana, que não teve a seu favor o peso de articulação do governo federal, vivendo neste segundo mandato de presidente do Senado o pior momento de sua carreira como político, sendo acusado de inúmeras irregularidades no uso do exercício da presidência por ter beneficiado parentes e amigos com cargos e benefícios advindos de dinheiro público.

Junto às atividades políticas, o patriarca José Sarney, construiu um império de comunicações no Maranhão com um poder sem precedentes no estado. A família do ex-presidente José Sarney controla as notícias e uma fatia considerável das verbas publicitárias. O mais notável exemplo da gestão da informação como instrumento político está no Sistema Mirante de Comunicação, que além de um jornal e 14 emissoras de rádio possui cinco canais de televisão.

Paralelamente à sua carreira política, Sarney é autor de contos, crônicas, ensaios e de três romances: *O dono do mar*, *Saraminda* e *A duquesa vale uma missa*. É também colunista do jornal Folha de S.Paulo.

Biografia de Mangabeira Unger

Mangabeira é descendente de uma família de importantes políticos baianos. Seu avô materno, Octávio Mangabeira, foi ministro das Relações Exteriores no governo Washington Luís (1926-1930), governador da Bahia e senador. Seu tio-avô João Mangabeira foi senador e ministro das Minas e Energia no governo João Goulart. Filho da brasileira, a poeta e jornalista Edyla Mangabeira, e de pai alemão, o advogado Artur Unger, naturalizado estadunidense, nasceu no Rio de Janeiro, em 1947. Foi morar nos Estados Unidos quando tinha dois anos. Voltou ao Brasil em 1959 e, dez anos depois, formou-se em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Tornou-se o mais jovem professor contratado pela Universidade *Harvard* e em 1974, o mais jovem professor titular da história da universidade onde leciona Filosofia do Direito. É casado com Tâmara Unger, analista de investimento do banco *Crédit Suisse First Boston*, com quem tem quatro filhos. Colaborou na elaboração do programa de governo da primeira eleição de Tony Blair como primeiro-ministro do Reino Unido. Costuma dizer aos amigos que "fala com sotaque, mas não pensa com sotaque, como muitos políticos brasileiros".

Nos últimos 30 anos, colaborou com algumas das figuras mais influentes da política brasileira, de diferentes correntes de pensamento. Aconselhou Ulysses Guimarães e nesta condição ajudou a redigir o manifesto de fundação do PMDB em final dos anos 70. Transformou-se numa espécie de guru de Leonel Brizola durante seu primeiro governo no Rio de Janeiro, entre 1983 e 1987. No final dos anos 90, emprestou seu *staf* intelectual às duas candidaturas de Ciro Gomes à Presidência da República (1998 e 2002).

Em 2005, viajou pelo país para tentar se lançar candidato pelo PDT e, depois, pelo nanico PHS. Membro da Academia Americana de Artes e Ciências e professor titular de uma das mais renomadas universidades do mundo e autor de 17 livros, Mangabeira tem o melhor currículo acadêmico entre os ministros do segundo mandato de Lula, apesar de ter formado críticas absolutamente contundentes sobre seu primeiro, chegando a mencionar o pedido de *impedimento* do presidente em artigo no jornal.

Sua relação com a iniciativa privada também foi controversa, durante os anos 90, assessorou Arthur Falk, do banco *Interunion*, condenado a nove anos de prisão por fraude na loteria Papa-Tudo. Depois, foi consultor de Daniel Dantas, dono do banco Opportunity, durante a briga societária com o Citigroup em torno do comando da Brasil Telecom.

Biografia de Dom Luciano Mendes

Religioso jesuíta e bispo católico brasileiro nascido no Rio de Janeiro, quando era bispo auxiliar de São Paulo criou a Pastoral do Menor e promoveu obras sociais para ajudar viciados em drogas e idosos.

Filho de Cândido Mendes de Almeida e de Emília Mello Vieira Mendes de Almeida, quando menino sonhou ser aviador por influência de um tio, piloto de aeronave, mas logo optou pelo sacerdócio, uma a tradição da família. Foi educado em uma escola católica, a Coração Eucarístico de Jesus, onde era bom aluno em matemática e foi escoteiro por dez anos.

Aos 16 anos, matriculou-se no colégio das elites cariocas, o Santo Ignácio de Loyola, dirigido pelos jesuítas. Fez seus estudos de filosofia em Nova Friburgo (1951-1953) e partiu para a Itália pra complementar seus estudos em teologia (1955-1958).

Ordenou-se padre em Roma aos 28 anos, cidade onde também doutorou-se em Filosofia (1965). Foi professor de Filosofia (1965-1972), instrutor da terceira provação na Companhia de Jesus (1970-1975) e membro da diretoria da Conferência dos Religiosos do Brasil (1974-1975). Conhecido por suas teses progressistas e adepto da Teologia da Libertação, foi o primeiro jesuíta a sagrar-se bispo no Brasil ao ser nomeado (1976) pelo papa Paulo VI, tornando-se, então, bispo auxiliar na Arquidiocese de São Paulo, na região Leste I.

Durante os 12 anos seguintes na diocese paulista, auxiliou o cardeal-arcebispo dom Paulo Evaristo Arns em São Paulo, organizando centenas de abrigos para menores abandonados. Assumiu a secretaria geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a CNBB (1979), da qual se tornou presidente (1987-1994), cumprindo dois mandatos consecutivos e rompendo o domínio dos bispos da ala progressista passando a intermediar os interesses da Igreja com o governo federal e o Congresso.

Tornou-se membro do conselho permanente do Sínodo Episcopal (1987) antes de receber a indicação para estar à frente da Igreja particular de Mariana (1988). Foi membro da Pontifícia Comissão Justiça e Paz (1992), vice-presidente do Conselho Episcopal Latino-Americano, o CELAM (1995-1998) e, na Cúria Romana, foi membro da Comissão Pontifícia Justiça e Paz (1996-2000).

Morreu aos 75 anos, no dia 27 de agosto de 2006, ao lado da família e dos amigos, por falência múltipla de órgãos, em São Paulo, consequência de um câncer no fígado, após ficar internado por

40 dias no Instituto Central do Hospital das Clínicas, da Faculdade de Medicina de São Paulo. Era membro do Conselho Estratégico Brasil sem Fome, falava e escrevia fluentemente em inglês, francês, alemão e latim, além de ser um ótimo caricaturista.

Era bisneto do jurista e senador do Império, Cândido Mendes de Almeida, tataraneto de Honório Hermeto Carneiro Leão, Marquês de Paraná e irmão do acadêmico Cândido Antonio Mendes de Almeida, reitor da Universidade Cândido Mendes. Dom Luciano escrevia todas as semanas no Jornal Folha de S. Paulo, deixando pronto, vários artigos por serem publicados durante sua internação hospitalar, de maneira que no dia anterior de sua morte foi publicado ordinariamente seu último artigo naquele jornal.¹⁸

¹⁸ Disponível em: http://biografias.netsaber.com.br/ver_biografia_c_2365.html Acesso em: 29/08/09

CAPÍTULO V

Identificando a agenda dos colonistas e a validação sobre o primeiro mandato do governo Lula.

Existe muita gente, penso eu, com o desejo semelhante de não tarde começar, um desejo de se encontrar, logo de entrada, do outro lado do discurso, sem ter de considerar do exterior o que ele poderia ter de singular, de terrível, talvez de maléfico.(FOUCAUT, 1996, p. 6)

A análise que busco dos colonistas aqui pesquisados tem por consequência, identificar as agendas - e determinados enquadramentos - sobre o primeiro mandato do governo Lula. Não será possível utilizar aqui, o conceito de agenda *setting*, para isto, seria necessário conhecer também a agenda do público, mas buscaremos identificar tão somente a agenda dos colonistas estudados, na repetição, padronização e frequência de temas.

Depois de identificada a agenda não pretendo aprofundar o processo de análise que vise à identificação do enquadramento utilizado pelo colonista, como poderia parecer a partir do que já foi dito sobre a metodologia de Mauro Porto, quando trabalhou com a noção de enquadramento (*framing*) definida como “os princípios de seleção, ênfase e apresentação”, usada pelos jornalistas, para organizar a realidade e o noticiário (PORTO, 2001).

No entanto, após a identificação das principais agendas relativas ao governo Lula, trabalhadas pelos colonistas do caderno Opinião da Folha de S. Paulo, tentarei demonstrar em que possibilidade de enquadramentos a agenda dos colonistas se inserem.

Utilizarei para isto, quatro possibilidades de enquadramentos para a classificação da amostra das colunas: (a) Informativos: quando o colonista relata um fato/tema/evento/ação ou apenas o introduz; (b) Interpretativo: quando o colonista apresenta uma interpretação do fato/tema/evento/ação; (c) Interpretação Indireta: quando o colonista relata a posição ou fala de outra pessoa que interpreta o fato/tema/evento/ação; (d) Avaliativo: quando existe uma intencionalidade na fala do colonista.

Ao final, pretendo demonstrar a “valência” da agenda em relação ao primeiro governo Lula, de cada um dos colunistas analisados, utilizando as categorias de positivo, negativo e neutro.

Também, não farei análise de discurso. Tão somente pretendo expor as agendas de cada colunistas, seus potenciais enquadramentos nas possibilidades já mencionadas e a “valência” do primeiro governo Lula a partir da amostra estudada.

5.1 A agenda de Mangabeira Unger, enquadramento e valência.

O tema central dos artigos do colunista Roberto Mangabeira Unger, que escreveu nas edições das terças-feiras, entre 2003 e 2006 foram as questões de gestão de governo e de Estado, na figura de Chefe de Estado e Chefe de Governo do presidente Lula. Na amostra estudada, não houve um único artigo que não tratasse de temas, mesmo que de forma tangente, ou oculta, como: o que é o povo brasileiro e o Brasil e o que poderia vir a ser, caso determinadas políticas fossem aplicadas, mesmo sem mencionar o governo e seus governantes.

Passados os primeiros meses do primeiro ano de governo, o colunista critica de forma contundente as opções de agenda do governo e a pessoa do presidente. Falando da Reforma da Previdência, afirma que *“Lula e seus ministros são homens e mulheres decentes. Tramam agora indecência que o Brasil deve repelir.”* (UNGER, Mangabeira. *Indecência e imprevidência. Folha de S. Paulo, São Paulo, Terça-feira, 22/04/2003*).

A principal agenda do colunista está voltada para o desenvolvimento do Brasil como Estado-Nação diante do mundo. Para o colunista, esta é a vocação do Brasil como país continental. Ao se referir ao desenvolvimento do Brasil, tem como solução principal o investimento do Estado na educação, sendo a meritocracia, critério de seleção entre aqueles e aquelas que não advêm das elites. Apesar de um crítico da política econômica de Fernando Henrique Cardoso, faz a este um elogio no tema educação.

Nenhuma realização do governo de Fernando Henrique Cardoso foi mais benéfica do que o aumento da escolaridade; especialmente a difusão da escola média. Foi esforço de que participaram governadores, prefeitos e educadores de todos os partidos. Consolidou-se nos quadros dirigentes do país a convicção de que a tarefa prioritária agora é dar salto qualitativo na educação. (UNGER, Mangabeira. Ensino já. Folha de S. Paulo, São Paulo, 18/03/2003, Opinião, p. A2)

No mesmo artigo, apresenta aquilo que definiria seu programa para a educação dos brasileiros e brasileiras em três tarefas essenciais:

A primeira tarefa é assegurar o cumprimento de mínimos de investimento por aluno e de desempenho por escola, primária ou secundária, em todo o Brasil. O meio para fazê-lo é flexibilizar o federalismo, associando os governos federal, estaduais e municipais em órgãos colegiados incumbidos de definir os mínimos, de supervisionar sua execução, de intervir corretivamente quando deixassem de ser satisfeitos e de suplementar os recursos financeiros e humanos dos Estados e dos municípios mais pobres. É caminho que já começamos a percorrer. O ponto decisivo é a negociação de pacto federativo que distinga entre duas situações. Quando as faltas se originarem na incompetência dos governos locais, a solução será sequestrar, sob a vigilância dos tribunais, a parte pertinente do Orçamento estadual ou municipal e usá-la para fazer cumprir os mínimos. Quando as faltas resultarem da pobreza das populações e dos governos locais, a solução será redistribuir recursos dos Estados ou municípios mais ricos para os mais pobres. Seria facilitada pela transformação de um IVA federalizado, repartido entre os Estados, em fonte maior da receita pública. (UNGER, Mangabeira. Ensino já. Folha de S. Paulo, São Paulo, 18/03/2003, Opinião, p. A2)

A segunda obra a realizar é mudar a natureza do ensino. Deve ter por orientação o aprofundamento seletivo em substituição ao enciclopedismo superficial, o cultivo de capacidades analíticas no lugar da memorização de fatos e a cooperação construtiva na aprendizagem em vez da mistura de autoritarismo com individualismo. Que o governo federal ajude a formar professores capazes de praticar essa reorientação pedagógica, fornecendo a eles os materiais e os exemplos de que precisem e condicionando seus ganhos salariais a avanços de qualificação.

A terceira proposta é radicalizar a meritocracia por meio da educação. Temos de identificar, por critérios objetivos, os alunos mais aplicados ou talentosos em todos os níveis do ensino, desde os primeiros anos. E passar a dotá-los de estímulos especiais e de bolsas generosas, que suplementem um programa básico e universal de bolsa-escola. Serão sobretudo os pobres e os negros_ herdeiros da República, em vez de serem herdeiros das famílias ricas que não têm. Formarão contra-elite republicana para competir com a elite de herdeiros que ainda concentra em suas mãos riquezas e oportunidades. (UNGER, Mangabeira. Ensino já. Folha de S. Paulo, São Paulo, 18/03/2003, Opinião, p. A2).

Tendo como exemplo, as partes de uma lança para o “crescimento” do Brasil, termina por definir a educação como a parte fundamental ao desenvolvimento e a constituição de um Estado Nação que valorize a cidadania e o republicanismo.

[...] cabo e força da lança _ é multiplicação de escolas públicas e de professores que saibam desenvolver a capacidade analítica e inovadora dos alunos. E que tenham meios para premiar, com apoio abrangente, os estudantes mais aplicados e talentosos, entusiasmando o país com os exemplos de ambição e de excelência que essa nova contra-elite republicana lhe possa oferecer.

Dar braços e asas à energia frustrada dos brasileiros, na produção e no pensamento, é o cerne desse projeto. De sua realização depende o êxito do Brasil em virar o que ele quer ser. (UNGER, Mangabeira. Crescer. Folha de S. Paulo, São Paulo, 06/05/2003, Opinião, p. A2)

A mais forte declaração do peso da educação nas definições do colunista, está descrita em uma coluna do final do segundo ano de mandato, em que define a necessidade dos setores descontentes com a alternância projetada da política Brasileira entre PSDB e PT.

FALTA AINDA definir com clareza e com audácia o conteúdo do projeto educador capaz de dar braços e asas ao engenho dos brasileiros. Por si só, a perspectiva de cumprir essa tarefa justifica lutar pelo poder.

A primazia da educação entre nossos problemas nacionais repousa sobre dois fundamentos. Uma dessas razões tem a ver com nosso modelo de desenvolvimento: não temos futuro como manancial de trabalho barato. Não podemos ficar imprensados entre nações que acumulam conhecimento e nações que, até chegarem lá, acumulam gente. A outra base diz respeito ao destino de nossa civilização: o Brasil continua a ser o país das energias frustradas. O tipo mais característico do brasileiro hoje é o de um trabalhador subempregado, com auto-imagem pequeno-burguesa e com impulso de auto-ajuda e de

iniciativa. Capacitar esse brasileiro é começar a mudar tudo no Brasil. (UNGER, Mangabeira. O mais importante. Folha de S. Paulo, São Paulo, 09/11/2004, Opinião, p. A2)

Sua crítica é ácida quando fala da política econômica do governo e as alternativas frustradas com a eleição de Lula contra o candidato do PSDB José Serra em 2002. Antes do final do primeiro ano de governo o colunista define o Brasil como um país estagnado.

O BRASIL, caldeirão de energia frustrada, está parado. A retração dos investimentos, a persistência do desemprego e as perdas salariais acumuladas perpetuam mais de duas décadas de estagnação econômica. (UNGER, Mangabeira. Parado. Folha de S. Paulo, São Paulo, 30/09/2003, Opinião, p. A2)

Para o Brasil sair do imobilismo propõe uma saída na produção e no consumo. Para a produção mais crédito e para o consumo mais salários. Insiste que a médio e longo prazo deve-se investir na educação, fruto que o Brasil colherá no futuro.

O que falta? Enfrentar o impasse das finanças públicas _se necessário, por renegociação das dívidas interna e externa_ para assegurar que o juro fique abaixo da taxa média de retorno dos negócios e para evitar que o dinheiro público vá para os rentistas em vez de ser investido em gente e em condições de produção. [...] Colocar dinheiro no bolso do trabalhador para que ele possa comprar o que se produz. E dar salto de qualidade no ensino público, oferecendo estímulos especiais aos alunos pobres mais talentosos e aplicados. (UNGER, Mangabeira. Parado. Folha de S. Paulo, São Paulo, 30/09/2003, Opinião, p. A2)

Mangabeira é crítico daqueles que crêem que o mercado tem humores e capacidade de resolver as questões de desenvolvimento, neste sentido, se afastou do neoliberalismo. Critica o fiscalismo e os juros altos como alguns dos elementos que inibem o crescimento econômico e não vê saída para o investimento na produção com altas taxas de retorno aos rentistas, que inibem os investimentos na produção.

O país faz sacrifício fiscal acachapante, mas só consegue pagar metade dos juros da dívida pública interna. A outra metade engrossa a dívida, sustentando

juros sem precedente na história das finanças públicas modernas. Não há país que prospere quando o custo do capital é bem superior à taxa média de retorno dos negócios. (UNGER, Mangabeira. Emergência. Folha de S. Paulo, São Paulo, 07/10/2003, Opinião, p. A2)

No mesmo artigo, mantém sua fé de que o Brasil tem propensão para o desenvolvimento, reprimido pelas políticas econômicas do governo de Lula e antes dele, de Fernando Henrique Cardoso. Os beneficiários da política do governo são para o colunista, os detentores de bens de capital e os bancos.

O agronegócio, a mineração e os bancos vão bem. Tudo o mais vai mal. Há grande dinamismo reprimido na economia brasileira: centenas de empresas que se renovaram nos melhores padrões internacionais e milhões de pessoas com ânimo empreendedor. Bloqueados todos. (UNGER, Mangabeira. Emergência. Folha de S. Paulo, São Paulo, 07/10/2003, Opinião, p. A2)

No início do segundo ano de mandato, Mangabeira não vê a mínima possibilidade de que o governo mude sua rota econômica, como alguns mais otimistas ainda se diziam confiantes. Vê no governo Lula a continuidade da política econômica e as características do fiscalismo e da concentração de renda aos rentistas.

DISSIPAR-SE A ILUSÃO de que a política de dar tudo para a confiança financeira era só tática de transição. Agora sabemos que é para valer. E que nada será feito para estancar a transferência maciça de riqueza das mãos de trabalhadores e produtores para os bolsos de rentistas. (UNGER, Mangabeira. A política do vazio. Folha de S. Paulo, São Paulo, 10/02/2004, Opinião, p. A2)

O autor inicia a construção de uma plataforma que considera mínima para que o governo atue na economia e no desenvolvimento. Passa a oferecer sem grande entusiasmo e como um crítico ácido dos agentes do governo, aquilo que considera possível e necessário de ser realizado para que o Brasil saia do que havia classificado como “estagnação econômica” e uma “ausência de rumo” que fosse possível identificar um projeto nacional.

MUITOS ANOS de falta de imaginação e de excesso de intimidação difundiram no país a idéia de que qualquer mudança de rumo significaria aventureirismo. Agora é o momento de tirar a camisa-de-força, por amor a sobrevivência, não por gosto de aventura.

A sensatez libertadora começa com duas séries de ações simultâneas: uma para nos dar margem de manobra; a outra para definir o ponto de partida e a direção de uma trajetória. Ambas exigem a continuação do sacrifício fiscal, mesmo à custa de renúncia à política fiscal anticíclica.

A primeira série de iniciativas levanta escudo protetor dos passos iniciais de nossa recuperação. Para isso, temos de substituir a orientação meramente fiscalista da reforma previdenciária por viés capitalizador, exigindo mais poupança e investimento de quem ganhe mais. E promover, sem preconceito ideológico, reconstrução do mercado de capitais que multiplique vínculos, tanto privados quanto públicos, entre a poupança de longo prazo e o investimento de longo prazo. Para aproveitar o capital estrangeiro, é preciso não depender dele. [...] Essa não é, e nunca foi, minha proposta para o Brasil. Sem esse mínimo de soerguimento nacional, porém, nenhuma alternativa transformadora avançará. (UNGER, Mangabeira. Mínimo libertador. Folha de S. Paulo, São Paulo, 16/03/2004, Opinião, p. A2.)

Inicia em 2004, antes do final do segundo semestre, por entender que o governo não tem projeto para o Brasil, a agenda pela sucessão de Lula como a “única forma capaz de colocar o Brasil no rumo do desenvolvimento”, convocando setores organizados da sociedade para tanto. Não defende o retorno dos tucanos, ao contrário, compara o PT e o PSDB como similares daquilo que acredita ser o mesmo mal para o Brasil.

O ELEITORADO votou em 2002 por mudança de rumo. Recebeu em 2003 continuísmo travestido de prudência. Em nome da rejeição de aventuras, aventurou-se o governo a aposta temerária. [...] Se não tomarmos iniciativa para transformar a situação sucessória, o eleitorado terá de escolher entre dois representantes de projeto que não deu e que não pode dar certo: o atual presidente e o presidente anterior, ou algum substituto deste, como o governador de São Paulo. Todos realistas demais para enfrentar a realidade. Todos mundanos demais para mudar o mundo. (UNGER, Mangabeira. A sucessão é a solução. Folha de S. Paulo, São Paulo, 27/04/2004, Opinião, p. A2)

Por fim, vê nos intelectuais e nos setores médios da sociedade, o lugar de onde sairia o nome capaz de colocar em movimento uma alternativa ao governo Lula e às alternâncias entre PT e PSDB. Aquilo que ele acredita ser uma trama bem articulada de sucessão, bi-partidária uma vez que nada mudaria de um para o outro.

Atuando primeiro dentro da classe média e das organizações sociais, lutemos para difundir nossa mensagem. Declaremos que entre nós surgirá candidato à Presidência da República em 2006. E tenhamos fé na capacidade da nação de reconhecer, em meio à escuridão que se lhe impõe, os agentes de seu soerguimento.” (UNGER, Mangabeira. A sucessão é a solução. Folha de S. Paulo, São Paulo, 27/04/2004, Opinião, p. A2)

Lançada a agenda da sucessão, debruçou-se na coluna do caderno opinião da Folha de S. Paulo para apresentar uma seqüência de propostas à agenda de políticas no âmbito da economia, gestão de governo, políticas públicas e ação fiscal, além da educação.

Formula análises da política brasileira e seu processo eleitoral futuro, acreditando insuflar setores intelectuais e médios da sociedade para uma alternativa daquilo que acredita serem as únicas cartas postas para o jogo eleitoral.

As premissas desse jogo [eleitoral] são as seguintes. A primeira é que os partidos são fracos, embora o Congresso seja forte. Seguem o norte do poder e, durante campanhas eleitorais, os movimentos da opinião. A segunda é que candidatos presidenciais devem pertencer ao elenco de políticos já nacionalmente conhecidos. Quando, por exemplo, se diz faltarem nomes para contestar a pseudopolarização entre o PT e o PSDB, o que se quer dizer é que falta quem nessa lista possa, com credibilidade, representar alternativa. (UNGER, Mangabeira. Organizando uma surpresa. Folha de S. Paulo, São Paulo, 08/06/2004, Opinião, A2)

O governo Lula mal inicia o terceiro semestre do primeiro mandato e Mangabeira está dedicado à busca de alternativa para o próximo governo. Mantém acesa uma agenda econômica e social de um novo governo que, para ele, se colocaria como propulsor das potencialidades do Brasil.

Em primeiro lugar, a sempre adiada renegociação das dívidas interna e externa. Tendo como pressuposto a continuação temporária do sacrifício fiscal. [...] juro abaixo da taxa média de proveito dos negócios, pondo fim à eutanásia dos produtores.

Em segundo lugar, acordo emergencial do governo com os grandes empresários para assegurar agenda de investimentos em troca de concessões tributárias ou regulatórias [...]. Em terceiro lugar, esforço para aprofundar o mercado interno e emitir os sinais capazes de levar empresas consolidadas e emergentes a produzir para ele. Outra maneira é aumentar a participação dos salários na renda nacional sem trazer a inflação de volta. [...] Entretanto não o farão os que estão no poder hoje nem os que estavam no poder ontem. Por isso, alguém que defenda essas verdades mezinhas terá de disputar e ganhar a Presidência para que o Brasil consiga o que seus governantes, desorientados e acovardados, lhe negam. (UNGER, Mangabeira. Por onde começa a mudança?. Folha de S. Paulo, São Paulo, 20/07/2004, Opinião, p. A2)

Mangabeira, por motivos distintos, engrossa a tese de setores sociais de que o governo eleito em 2002, não fez as mudanças que propagou como necessárias para as transformações históricas do Brasil.

EM 2002, o eleitorado brasileiro votou para mudar o país. Desenvolvimento com justiça era, e é, a vontade da nação. Por anos a fio, assistimos a campanha para caracterizar qualquer mudança de rumo como aventura irresponsável, de conseqüências calamitosas. Campanha que jamais converteu a maioria. Por isso mesmo, os principais candidatos a presidente em 2002, inclusive o candidato situacionista, apresentaram-se como agentes da reorientação desejada. O novo governo, porém, logo adotou como sua a tentativa de intimidar o desejo mudancista, desmerecendo como mirabolantes todas as propostas para iniciar ciclo de desenvolvimento fundado na democratização das oportunidades econômicas e educativas, por mais modestas e gradualistas que fossem essas propostas e por mais abalizadas pela experiência de outros países. (UNGER, Mangabeira. Oportunidade para mudar. Folha de S. Paulo, São Paulo, 08/02/2005, Opinião, p. A2)

Suas saídas para o desenvolvimento continuam a ser o investimento em educação, a ampliação de crédito através do incentivo ofertados por bancos públicos, o financiamento de direitos trabalhistas desonerando o custo da mão de obra para quem deseja ser investidor na produção, e a

ampliação da participação dos salários na renda nacional, receita concebida desde o início de suas críticas ao governo federal.

Mantendo acesa a chama da agenda a sucessão de Lula, aponta uma das principais pautas que acredita será crucial na disputa eleitoral de 2006: o trabalho e a renda do trabalhador, insinuando que Lula e seu governo são inimigos dos trabalhadores.

Quatro conjuntos de iniciativas, se deflagrados em conjunto, permitiriam iniciar ciclo de desenvolvimento calcado na valorização e na qualificação do trabalho. Sem pagar o preço, inaceitável, da volta da inflação.

O primeiro conjunto de iniciativas tem a ver com a melhora da qualidade do ensino público. O segundo, com o uso de empresas públicas e de bancos públicos para democratizar o acesso ao crédito, à tecnologia e ao conhecimento técnico e para difundir as práticas mais bem-sucedidas. O terceiro, com o financiamento dos direitos trabalhistas por meio dos impostos gerais, suprimidos todos os encargos sobre a folha de salários. O quarto, com medidas destinadas a aumentar a participação dos salários na renda nacional, sem efeito inflacionário, e da maneira mais adequada a cada nível da hierarquia salarial. [...]

A prioridade da campanha de 2006 é defender os interesses do trabalho. E demonstrar que da primazia desses interesses depende hoje o desenvolvimento nacional. Em outubro do ano vindouro, a nação julgará quem são os amigos dos trabalhadores. (UNGER, Mangabeira. Quem defenderá os trabalhadores? Folha de S. Paulo, São Paulo, 26/04/2005, Opinião, p. A2)

Sobre a crise política de 2005, primeira grande crise no período do governo Lula, detonada pelo deputado federal Roberto Jefferson do PTB que denunciou o que acreditava ser um esquema de compra de votos no Congresso Nacional difundido pela mídia como “mensalão”, o colunista se coloca no posicionamento sistêmico da corrupção do Estado brasileiro e no que chama de deslumbramento daqueles e daquelas que chegaram ao poder envolvendo sempre o governo de Lula e o governo anterior.

Primeiro, foi o tráfico de influência e de negócios, feito com cargos distribuídos a políticos como butim de pilhagem. Depois foi a compra de congressistas, sistematizando e radicalizando prática ensaiada para facilitar a reeleição do presidente anterior. Silêncio conivente continua a pairar sobre o

terceiro e mais importante nível da corrupção: os acordos entre governantes (ou seu partido) e grandes empresários.

Não se traz à luz da averiguação o que é voz corrente na alta classe empresarial e profissional brasileira: que todos os grandes negócios no país que dependam, direta ou indiretamente, do beneplácito do governo vem servindo como base para governante exigir dinheiro _muito dinheiro_ de grande empresário. [...]

O foco da corrupção é viverem amasiados o poder central e o dinheiro graúdo dos graúdos. Concubinato agravado pelo deslumbramento, pelo despudor e pela desorientação de homens que confundiram retórica com pensamento e que colocaram projeto de poder em lugar de projeto de país. Vamos ou não vamos acabar com isso agora? (UNGER, Mangabeira. O foco da corrupção. Folha de S. Paulo, São Paulo, 14/06/2005, Opinião, p. A2)

O colunista passa a exercer seus argumentos contra aquilo que parece ser parte da cultura brasileira: a existência de potencial econômico vibrante e entusiasta expectativa de florir que encontra uma barreira enorme nos políticos, naqueles e naquelas que têm no Estado a forma de construir renda e riqueza pessoal.

Para estes setores, Mangabeira defende o capitalismo como valor, e para os demais, o capitalismo como doutrina. Esta formulação perpassa suas afirmações à cerca de economia e desenvolvimento em quase todas as colunas em que fala de economia.

O BRASIL fervilha de energia. Não há país que exceda o nosso no vigor de sua cultura empreendedora. É uma das manifestações da inesgotável vitalidade que, ao lado de nosso culto da ternura, representa a promessa de nossa futura grandeza. Duas culturas empreendedoras, porém, lutam por primazia no Brasil. Uma das maiores tarefas do governo a ser eleito em outubro de 2006 é liderar a luta nacional para matar uma dessas culturas para que a outra possa viver. [...] A essência do projeto de um governo que ponha fim ao ciclo ruinoso e sujo dos governos tucano-petistas é simples: dar oportunidades de trabalho, de produção, de ensino e de representação política a essa gente. E permitir, com isso, que a maioria a siga. [...]

Para isso, é preciso, entre outras iniciativas, travar luta de vida e morte contra a outra cultura empreendedora que sobrevive no país: víbora que ameaça sufocar a vitalidade brasileira, sugando os recursos do país e negando oportunidades aos esforçados. Essa [...] cultura empreendedora é a dos intermediários que reclamam contra o Estado e que vivem à sua sombra; que são sempre os primeiros na fila para receber, na forma de crédito subsidiado, o dinheiro do trabalhador e da nação nos bancos oficiais. (UNGER, Mangabeira. Impor o capitalismo aos capitalistas. Folha de S. Paulo, São Paulo, 19/07/2005, Opinião, p. A2)

Mangabeira engrossa fileiras de rumores no Congresso Nacional de que haveria condições políticas de “responsabilização” do presidente e, portanto, para pedir o impedimento de sua continuidade no cargo, em função das denúncias de corrupção do então deputado Roberto Jeferson - PTB.

Em um dos mais duros artigos que escreve contra o governo e contra o presidente, o colunista defende o Impeachment, num artigo intitulado “Por fim ao governo Lula”, artigo este, que pela importância do tema e por conta do que se segue mais adiante reproduzo na íntegra.

AFIRMO que o governo Lula é o mais corrupto de nossa história nacional. Corrupção tanto mais nefasta por servir à compra de congressistas, à politização da Polícia Federal e das agências reguladoras, ao achincalhamento dos partidos políticos e à tentativa de dobrar qualquer instituição do Estado capaz de se contrapor a seus desmandos.

Afirmo ser obrigação do Congresso Nacional declarar prontamente o impedimento do presidente. As provas acumuladas de seu envolvimento em crimes de responsabilidade podem ainda não bastar para assegurar sua condenação em juízo. Já são, porém, mais do que suficientes para atender ao critério constitucional do impedimento. Desde o primeiro dia de seu mandato o presidente desrespeitou as instituições republicanas. Imiscuiu-se, e deixou que seus mais próximos se imiscuissem, em disputas e negócios privados. E comandou, com um olho fechado e outro aberto, um aparato político que trocou dinheiro por poder e poder por dinheiro e que depois tentou comprar, com a liberação de recursos orçamentários, apoio para interromper a investigação de seus abusos.

Afirmo que a aproximação do fim de seu mandato não é motivo para deixar de declarar o impedimento do presidente, dados a gravidade dos crimes de responsabilidade que ele cometeu e o perigo de que a repetição desses crimes contamine a eleição vindoura. Quem diz que só aos eleitores cabe julgar não compreende as premissas do presidencialismo e não leva a Constituição a sério.

Afirmo que descumpririam seu juramento constitucional e demonstrariam deslealdade para com a República os mandatários que, em nome de lealdade ao presidente, deixassem de exigir seu impedimento. No regime republicano a lealdade às leis se sobrepõe à lealdade aos homens.

Afirmo que o governo Lula fraudou a vontade dos brasileiros ao radicalizar o projeto que foi eleito para substituir, ameaçando a democracia com o veneno do cinismo. Ao transformar o Brasil no país continental em desenvolvimento que menos cresce, esse projeto impôs mediocridade aos que querem pujança.

Afirmo que o presidente, avesso ao trabalho e ao estudo, desatento aos negócios do Estado, fugidio de tudo o que lhe traga dificuldade ou dissabor e

orgulhoso de sua própria ignorância, mostrou-se inapto para o cargo sagrado que o povo brasileiro lhe confiou.

Afirmo que a oposição praticada pelo PSDB é impostura. Acumpliciados nos mesmos crimes e aderentes ao mesmo projeto, o PT e o PSDB são hoje as duas cabeças do mesmo monstro que sufoca o Brasil. As duas cabeças precisam ser esmagadas juntas.

Afirmo que as bases sociais do governo Lula são os rentistas, a quem se transferem os recursos pilhados do trabalho e da produção, e os desesperados, de quem se aproveitam, cruelmente, a subjugação econômica e a desinformação política. E que seu inimigo principal são as classes médias, de cuja capacidade para esclarecer a massa popular depende, mais do que nunca, o futuro da República.

Afirmo que a repetição perseverante dessas verdades em todo o país acabará por acender, nos corações dos brasileiros, uma chama que reduzirá a cinzas um sistema que hoje se julga intocável e perpétuo.

*Afirmo que, nesse 15 de novembro, o dever de todos os cidadãos é negar o direito de presidir as comemorações da proclamação da República aos que corromperam e esvaziaram as instituições republicanas. (UNGER, Mangabeira. *Pôr fim ao governo Lula. Folha de S. Paulo, São Paulo, 15/11/2005, Opinião, p. A2.*)*

Depois da conclusão a que chega, retoma à agenda da sucessão presidencial. Busca ser porta voz daquilo que imagina ser a vontade geral do povo brasileiro por mudança do governo e de sua condução, apesar de não ver nas alternativas existentes entre os partidos, uma saída para a sucessão de Lula que encarne suas aspirações.

*Difícil é conseguir que nossa vida partidária permita candidatura que encarne o que a nação busca: aquilo pelo qual ela votou em vão em 2002. [...] Por isso, enganam-se os comentaristas quando apresentam a sucessão presidencial vindoura como predestinada a ficar encurralada em falsa escolha entre tucanos e petistas _os dois lados da camisa-de-força que a nação tenta romper. [...] Há de fato imenso perigo de que a política brasileira deixe de oferecer ao país a opção que ela procura: que o PMDB se perca em suas vacilações e divisões; que, mantida a verticalização, os partidos médios abdicuem de candidaturas presidenciais; e que o PSDB se limite a escolher entre um candidato comprometido em persistir no rumo ruinoso e outro interessado apenas em aplainá-lo com menos arrocho. Vejam, porém, como esse deserto pode de repente ficar verde: basta que comece a se tornar visível uma alternativa real, de rumo e de candidatura, e que a nação comece a se interessar por ela, para que novas alianças partidárias se viabilizem e a sucessão presidencial fique de cabeça para baixo. É que, na escuridão, o povo brasileiro aguarda, do outro lado da muralha levantada pelos partidos e pelos políticos, a oportunidade para derrubá-la. (UNGER, Mangabeira. *Rebelar-se. Folha de S. Paulo, São Paulo, 27/12/2005, Opinião, p. A2*)*

Já no início do quarto ano do mandato do presidente Lula, o mesmo ano do calendário eleitoral para sua sucessão, Mangabeira reapresenta sua principal tese para que o Brasil entre no *ranking* dos países desenvolvidos: a qualidade e o acesso a educação pública, orientada por um projeto de nação que privilegie a produção em detrimento dos rentistas. Ao mesmo tempo, critica a incapacidade do governo, daqueles e daquelas que ainda esperam dele e de qualquer um, que exerça aquilo que define como republicanismo.

É muito claro o que o novo governo tem de fazer para que o Brasil se possa levantar. 1. Usar a persistência no sacrifício fiscal, a força de pressão do governo e a falta de opção dos rentistas para forçar baixa dramática do juro, sem romper nenhum contrato. 2. Acelerar, por iniciativas pontuais no mercado, a desvalorização cambial que esse rebaixamento do juro provocará. 3. Cercar os meses iniciais de tensionamento com controles mais fortes sobre as entradas e as saídas de dinheiro, deixando, entretanto, claro que, superadas as dificuldades iniciais, o objetivo é caminhar em direção a uma moeda conversível _ liberdade para o dinheiro ir e vir. 4. Eleger como a reforma tributária mais urgente a supressão de todos os encargos e impostos sobre a folha de salários, pagos os direitos trabalhistas com os impostos gerais, para golpear a informalidade a que continuam condenados 60 % de nossos trabalhadores. 5. Usar os órgãos paraestatais existentes, e criar outros, para adaptar e transferir tecnologias e práticas avançadas à multidão empreendedora que surge de baixo, proporcionado-lhe, com isso, meios para dar enorme salto de eficiência, inovação e produtividade. 6. Organizar investimento público e privado em fomento de energia de base hídrica e biológica, usando esse projeto energético para ocupar e soerguer a Amazônia brasileira. 7. Definir como prioridade da política social a melhora da qualidade do ensino público: a começar, pela universalização do segundo ciclo; pela construção de sistema de transferências, de recursos e de quadros, que assegure mínimos de investimento por aluno e de desempenho por escola em todo o país; pela formação dos instrumentos humanos e materiais de um ensino analítico e capacitador e pela multiplicação de oportunidades e de apoios extraordinários em favor dos alunos pobres mais talentosos e esforçados. 8. Acabar com as práticas, de financiamento eleitoral e de entendimento sorrateiro, por meio das quais endinheirados compram governantes e governantes achacam endinheirados. (UNGER, Mangabeira. A obra do próximo presidente. Folha de S. Paulo, São Paulo, 14/02/2006, Opinião, p. A2.)

Alguns meses depois de pedir o impedimento de Lula, trata do tema com mais cautela. Não se torna um adesista à reeleição de Lula, mas vê o impedimento da continuidade de seu governo, uma temeridade no processo democrático.

O colunista continua sua agenda de propostas para a contribuição à economia e as iniciativas sociais. Nas colunas que escreveu foi porta voz entre aqueles e aquelas que acreditavam num novo modelo, sem que este modelo fosse de ruptura com o sistema.

O QUE LEVANTARIA o Brasil do fosso de mediocridade e de tristeza em que se encontra? Há três conjuntos de iniciativas que, combinadas, mudariam radicalmente nosso país, instrumentalizando a energia frustrada dos brasileiros.

A primeira linha de ação é tirar a camisa-de-força de uma política econômica que agrada rentistas e financistas, mas que agride os interesses do trabalho e da produção. E fazê-lo sem abdicar do realismo fiscal. [...] A segunda diretriz é a construção no Brasil de democracia de alta energia. [...] Só o conseguiremos construindo democracia que combine a representação com a participação, que facilite a resolução pronta dos impasses, que assegure aos cidadãos meios para responsabilizar os governantes e que livre a política da sombra do dinheiro. [...] A terceira série de iniciativas é a menos compreendida, porém a que mais se adapta ao que somos. Tem a ver com o desenvolvimento das formas de ensino e de produção que libertem nosso potencial, imenso e reprimido, para construir e para criar.

Mesmo nas escolas consideradas melhores e freqüentadas pelas elites, nosso ensino não presta. [...] Quando se pára de decorar, vem a hora do devaneio. O que falta é o mais importante: aprender a analisar e a reconstruir o conhecimento disponível.

[...]. Onde encontraremos apoios e aliados para projeto nacional com esses fundamentos? Não os encontraremos em classe política apequenada e vidrada em discursos importados. Só o conseguiremos abrindo caminho para falar à nação _para esclarecê-la, para inspirá-la e para convocá-la a levantar-se contra a ordem ruínosa que lhe impuseram. (UNGER, Mangabeira. O que levantaria o Brasil? Folha de S. Paulo, São Paulo, 21/03/2006, Opinião, p. A2)

Na continuidade da agenda sucessória de Lula, o colunista passa a fazer análises de alternativas à eleição que se avizinha, dentre os possíveis candidatos. O surpreendente é que não exclui como possibilidade desejável a reeleição de Lula, desde que este se recomponha com as aspirações de mudanças, que, de acordo com o colunista, o elegeram em 2002. Ao mesmo tempo, exclui a possibilidade da eleição de Alckmin, governador de São Paulo e naquele momento, principal candidato a presidente pelo PSDB.

Defino como saídas as soluções sucessórias que resultem na tomada do poder por projeto que bote o Brasil para trabalhar e para aprender, fazendo os

interesses do trabalho e da produção prevalecerem sobre os interesses financeiros, baseando novo ciclo de desenvolvimento em democratização de oportunidades de ensino e de trabalho e livrando a política da sombra corruptora do dinheiro. [...] Entre as saídas não incluo a eleição do atual pré-candidato do PSDB, Geraldo Alckmin. Por maiores que sejam suas virtudes, guia-se ele por apoios, conselheiros e convicções comprometidos com a continuidade da trajetória que nos deu 25 anos de estagnação e mediocridade. Das saídas também excluo a simples reeleição de um Lula determinado a prosseguir na mesma direção. Há, contudo, uma diferença relevante entre Alckmin e Lula: aquele, por crença, não faria o que este só não fez por cautela e temperamento.

A primeira saída é que Lula seja reeleito e que mude de rumo. Nada nas circunstâncias brasileiras ou mundiais impede que se abra essa saída, a não ser aquilo que é sempre menos acessível: a mudança do indivíduo, de sua maneira de ver e de tratar o mundo em que atua. Há, porém, razões _muitas razões_ que poderiam levar o presidente reeleito a tomar sua reeleição como oportunidade para dedicar novo mandato a novo caminho, resgatando os compromissos em nome dos quais foi eleito em 2002. (UNGER, Mangabeira. Saídas. Folha de S. Paulo, São Paulo, 02/05/2006, Opinião, p. A2.)

Já na segunda metade do ano de 2006, dá mostras de que o Brasil teve mudanças significativas, sem dar crédito às políticas do governo que está em fase final de seu mandato e em plena campanha para a reeleição do presidente Lula. Em especial identifica o surgimento daquilo que o próprio governo chamou de nova classe média.

O surgimento desta nova classe média “surgiu de baixo”, “morena” e tem potenciais importantes para as mudanças que mirem o desenvolvimentismo do Brasil, na ótica do autor. No entanto, aponta a crítica de manutenção de rumo, que o governo, e o novo governo que se irá eleger nos meses seguintes, altere sua agenda assistencialista e de boa vizinhança com as elites econômicas.

O BRASIL passou nessas últimas décadas por mudança decisiva e desconhecida. [...] A mudança foi o surgimento, ao lado da classe média tradicional, de nova classe média. Surgiu de baixo, "morena". Sua grande obra é a construção de cultura de auto-ajuda e de iniciativa. Estuda à noite na tentativa de aprimorar-se, ainda que com instrumentos rudes. Luta para abrir ou sustentar um pequeno negócio ou para subir dentro de uma empresa. Participa de novas igrejas e associações. Cultua o esforço, o merecimento, a palavra dada. [...]

Quem quiser mudar o Brasil no período que começa terá de responder às aspirações desses emergentes e da maioria que a elegeru como mentora. Por enquanto, a combinação do financismo com o assistencialismo é a fórmula do

poder no Brasil: ganhar a confiança dos ricos e aliviar o sofrimento dos pobres. (UNGER, Mangabeira. Surge o agente. Folha de S. Paulo, São Paulo, 05/09/2006, Opinião, p. A2.)

Nas edições seguintes, o autor mantém a agenda econômica e indica insistentemente, responsabilidade fiscal, ousadia nas ações de investimento de Estado e um projeto de nação calcado no mérito daqueles que trabalham e superam obstáculos cotidianos, sendo esta, uma das suas principais agendas de valorização republicana.

NADA HOJE no Brasil surtiria efeito mais libertador do que travar guerra sem trégua em prol da supremacia do mérito sobre o favor, o apadrinhamento e a herança. Não há reorientação desenvolvimentista e democratizante que possa vingar enquanto formos sociedade em que a transmissão hereditária das vantagens econômicas e educativas e a trama das relações de parentesco e de compadrio falem mais alto do que o valor do indivíduo, demonstrado na comparação de seu trabalho com o trabalho de seus pares.

Dois pecados originais estigmatizam nossa civilização. Um é a escravidão africana, cujos efeitos duradouros continuam a corromper quase todos os aspectos da vida social entre nós. O outro é se haver formado o Brasil sob a sombra dos favores e das heranças. Os que podem protegem os seus. Os que não podem assistem, impotentes, ao triunfo do favorecimento sobre o merecimento. (UNGER, Mangabeira. Honra ao mérito. Folha de S. Paulo, São Paulo, 26/12/2006, Opinião, p. A2)

Feito este breve passeio entre os quarenta e seis artigos publicados por Mangabeira Unger, numa amostra dos quatro anos de publicação, fica evidenciado que a principal agenda do colunista é falar de política pública, seja ela tributária, social ou econômica e como consequência, a sucessão do presidente Lula. Dá destaque à potencialidade empreendedora do povo brasileiro, à ausência de republicanismo na classe política que se associa às elites econômicas para tirar proveito do Estado e à pobreza intelectual que não tem criatividade e engajamento na constituição de um projeto de nação.

De acordo com o que apresentei nesta dissertação, para ilustrar a agenda de Mangabeira em suas colunas no jornal Folha de S. Paulo, podemos identificar dois tipos de enquadramento desta amostra

Um enquadramento, que denominamos como contendo característica *Interpretativa*: quando o locutor apresenta uma interpretação do fato/tema/evento/ação e o outro como contendo característica *Avaliativa*: quando existe uma intencionalidade na fala do apresentador, sendo na imensa maioria a segunda alternativa.

A avaliação que Mangabeira faz do governo Lula, ou do Estado brasileiro, vem quase sempre acompanhada de uma agenda de possibilidades que na sua visão seriam alternativas para o desenvolvimento econômico, social e cultural, retirando o Brasil da “paralisia”.

Na amostra analisada, busquei construir uma classificação de valência dos artigos sobre o governo Lula no período estudado. A classificação foi construída a partir de três critérios: positivo, negativo e neutro, quando falando do governo ou assuntos relacionados a ele.

Das quarenta e seis colunas que significaram a amostra referente ao colunista Mangabeira Unger, este, não tratou de assuntos relacionados ao governo, em apenas uma das colunas analisadas, e mesmo assim, tal coluna tratava das forças armadas, portanto, tema de Estado (*As Forças Armadas e a nação, Terça-feira, 23/08/2005*).

.Fez um esforço para manter uma linguagem de neutralidade em relação ao governo, no entanto, seu posicionamento foi categoricamente negativo, como veremos na tabela sobre a valência que segue.

Tabela III: Distribuição dos da amostra de artigos assinados por Manganbeira Unger no Caderno Opinião da Folha de S. Paulo, entre 2003 e 2006, sobre o governo Lula segundo categorias de valência: positivo, negativo e neutro.

Validação	Quant/Art.	%
Negativo	26	56,53
Positivo	0	0
Neutro	19	41,3
Outros	1	2,17
Total	46	100

Como disse anteriormente, esta classificação fora extraída da amostra de colunas publicadas pelo autor e representam uma tendência de agenda e enquadramento, que acredito ser significativa do universo total de seus artigos. Entretanto, uma informação que não compõe o período analisado se faz necessária:

Lula foi reeleito para o segundo mandato em eleições de segundo turno e Mangabeira Unger então no PRB (Partido Republicano Brasileiro) o mesmo partido do vice- presidente da república José de Alencar, aceitou e tomou posse em 19 de junho de 2007, a pasta denominada Secretaria de Planejamento de Longo Prazo.

As Secretarias Especiais criadas no primeiro mandato do governo Lula têm caráter político de Ministério. Esta secretaria, no entanto, foi criada no segundo mandato por medida provisória rejeitada no Senado e reeditada em outubro de 2007 para “Secretaria de Assuntos Estratégicos”, que compõe sua estrutura física e funcional pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pelo Núcleo de Assuntos Estratégicos (NAE). De acordo com o site do governo federal:

A Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) é um órgão da Presidência da República, criado pela Lei nº 11.754, de 23 de julho de 2008. Responsável pela formulação de políticas públicas de longo prazo voltadas ao desenvolvimento nacional, a SAE realiza o trabalho antes executado pelo Núcleo de Assuntos Estratégicos, que substituiu, em outubro de 2007, a Secretaria de Planejamento de Longo Prazo, criada em junho do mesmo ano.

A SAE é chefiada pelo Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Além de assessorar direta e imediatamente o Presidente da República no planejamento nacional, cabe à Secretaria:

- *Debater e elaborar políticas públicas de Estado em articulação com governo e sociedade civil;*
- *Propor ações imediatas de reforma do Estado com vistas a políticas futuras;*
- *Elaborar subsídios para a preparação de ações de governo;*
- *Realizar o planejamento nacional de desenvolvimento de longo prazo;*¹⁹

Mangabeira retornou a Harvard para garantir os benefícios que tem como professor titular da faculdade de direito, uma vez que sua licença para assumir a pasta no governo Lula havia terminado. Assumiu em seu lugar Daniel Vargas, seu ex-aluno de direito na universidade dos Estados Unidos.

5.2 A agenda de José Sarney, enquadramento e valência.

Durante muito tempo, e até hoje, muitas pessoas perguntam por que ler e discutir Questões de literatura e de estética – a teoria do romance, se a praia dos lingüistas é a análise do discurso? Em primeiro lugar porque as manifestações artísticas da linguagem não estão excluídas de uma teoria/análise dialógica do discurso, uma vez que as artes constituem discursos poderosos sobre a vida, sobre os seres humanos. (BRAIT, 2006, p. 26)

Este pequeno recorte do artigo de Beth Brait sobre análise do discurso que se revela também a partir da análise da arte, da estética e da teoria do romance, como fizeram autores como Theodor W. Adorno (1903-1969) no ensaio “Posição do narrador no romance contemporâneo” (1958), em que discute os limites do romancista e sua obra, serve para ilustrar o que iremos encontrar na agenda dos artigos escritos por José Sarney entre 2003 e 2006 no jornal Folha de S. Paulo, a forma como esta agenda é apresentada e o seu conteúdo estético.

¹⁹ Disponível no site da Secretaria de Assuntos Estratégicos: http://www.sae.gov.br/site/?page_id=659 Acesso em:29/08/09.

O colunista além de hábil político, poeta e literato, na estética literária a erudição e a palavra coloquial revelam certo desprendimento no uso das palavras. Talvez por ser o jornal um veículo mais massivo que o livro, sua comunicação passeia por estilos literários.

Nas colunas semanais das sextas-feiras, cultua os romancistas e importantes pensadores do “velho” e do “novo mundo”, além de importantes escritores que compõem nosso universo literário da cultura brasileira. Utiliza-se às vezes de expressões do palavrado típico do Norte e da expressão dos “*de baixo*”, demonstrando intimidade com uma classe social com a qual não tem nenhuma herança.

As expressões em inglês e latim também são corriqueiras demonstrando sua capacidade em articular como uma esgrima, o tempo e o espaço no golpe da palavra escrita, além de, a todo instante, ilustrar suas opiniões com imagens da história ocidental, da Grécia antiga, com acontecimentos relevantes da Europa e com importantes passagens e personagens da formação política e econômica dos Estados Unidos da América.

Sobre este último, fala com desenvoltura. Uma das principais características da agenda deste colunista no período estudado e na amostra escolhida fora justamente analisar o poderio bélico americano e sua política para o oriente médio, tema recorrente como veremos, tanto no que se refere a guerra do Iraque, quanto nas questões históricas de conflitos entre Israel e Palestina.

No caso específico deste colunista, na amostra do período estudado ficara prejudicada a agenda e a valência em relação ao governo Lula. Apesar de nos primeiros dois anos da presidência de Lula, 2003 e 2004, Sarney ter presidido o Senado Federal com o apoio da base aliada do governo, sobre este, não tece se não, pequenas considerações genéricas numa agenda sobre economia, ética e democracia, se referindo ao governo somente de forma tangencial e perceptível ao leitor atento ao sujeito oculto na sua formulação.

A figura do presidente Lula aparece somente em seis artigos da amostra analisada e somente de forma ilustrativa como: “*a barba do Lula vai embranquecer mais, Fernando Henrique vai ter muita vontade de arrancá-la e com ela vai ter pesadelos que atrapalharão suas noites de Paris*” (SARNEY,

José. Bola de cristal. Folha de S. Paulo, São Paulo, 03/01/2003, Opinião, p. A2.) Outra amostra encontra-se num artigo sobre as previsões para o Brasil no ano de 2003, ou no artigo sobre a máfia dos gafanhotos, nome dado por uma operação da Polícia Federal em ação no estado de Roraima:

Os gafanhotos mais célebres da história da humanidade foram os do Egito ao tempo da fuga dos hebreus, quando José desvendou os sonhos das sete pragas, inclusive a de gafanhotos. Só que os do Egito comiam trigo, o trigo dos vales férteis do Nilo, agora visitados pelo presidente Lula;” (SARNEY, José. Zoológico fantástico. Folha de S. Paulo, São Paulo, 12/12/2003, Opinião, p. A2.).

As outras quatro citações são do mesmo estilo e uso. Como afirmei anteriormente, a principal agenda de Sarney no período pesquisado, se deu em manifestar opinião em torno das políticas dos Estados Unidos da América sobre o Oriente Médio, em especial sobre as opções do presidente George Bush o 43º presidente americano, de dar continuidade à agenda herdada do outro presidente americano, George Herbert Walker Bush, o 41º presidente dos Estados Unidos da América (1989-1993). No intervalo entre um e outro, Bill Clinton (42º presidente americano) governou os Estados Unidos por dois mandatos entre 1993 e 2001. Este último, Sarney tem em boa conta por tentar construir a paz no Oriente Médio, em especial entre Israel e Palestina.

Ainda antes dos Estados Unidos iniciarem a guerra no Iraque, Sarney já definia propriamente o cenário de onde se estava discutindo a iminente guerra contra aquele que a mídia classificava como o maior perigo para a humanidade, uma vez que possuía escondido em algum lugar no seu país, armas (sempre no plural) de destruição em massa.

NÃO É de inspirar confiança nem de orgulhar a humanidade o nível das discussões sobre a iminente guerra contra o Iraque. É a imagem de sorrisos e abraços, risadas e alegria que marca a comunicação visual das reuniões em que se discute essa gravíssima questão. Nem a severidade que devia presidir a alta responsabilidade de lidar com a guerra se vê, nem a face de apreensão de suas consequências transparece nas fotos das reuniões do Conselho de Segurança da ONU, órgão que, embora enfraquecido e acuado, discute a

conduta de Saddam e a posição a ser tomada. (SARNEY, José. Os alegres sorrisos da guerra. Folha de S. Paulo, São Paulo, 14/02/2003, Opinião, p. A.2)

O cenário descrito por Sarney foi o das reuniões do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que não deu o aval para se iniciar a ocupação no Iraque, mas também não utilizou seu “poder de veto” à ação dos EUA na ocupação do Iraque.

Na visão de Sarney, “Bush filho”, necessitava completar a política iniciada na década de 80 pelo “Bush pai”. Sarney faz menção ao 41º presidente americano lembrando a obra de Gibbon.

GIBBON, NO seu livro "Declínio e Queda do Império Romano", diz que os romanos, durante a República, lutavam pela liberdade e, no Império, não tendo mais a motivação da liberdade nem inimigos a confrontar, lutavam pelo pretexto da honra e da religião. Os Estados Unidos são o grande império da modernidade. [...]

Bush pai, ao contrário de Augusto, deixou ao filho a hipoteca da guerra inconclusa do Iraque. Por mais que se procure justificar as motivações da atitude do governo americano de violar a Carta das Nações Unidas, é difícil aceitar que a campanha militar se faça para desarmar o Iraque e resguardar a humanidade de um tirano. Na Antiguidade, os romanos não sabiam onde era o fim da Terra e podiam limitar-se. Hoje, não há mais limitação. Temos um mundo só, sem fronteiras, globalizado pela comunicação. Todos, em todos os lugares e ao mesmo tempo, vivem a realidade da guerra. Não são mais as notícias das batalhas que nos chegam, mas a visão das próprias batalhas. (SARNEY, José. O cavalo de Adrasto. Folha de S. Paulo, São Paulo, 21/03/2003, Opinião, p. A2.)

As imagens da guerra do Iraque entram na casa dos brasileiros através dos aparelhos de televisão, por reportagens em revistas e jornais. Sarney ao falar da invasão ao Iraque, pensando no registro da cultura como uma necessidade histórica, faz a denúncia do museu de Bagdá, não sem antes valorizar nossas expressões culturais.

Se algum dia o Brasil acabasse, nada restasse de nossas árvores, de nossas cidades, de nossos rios, de nossa gente e de nossas montanhas, o silêncio boiasse num mar sem águas, de areias e ventos, e um deserto imenso cobrisse a face do que já não éramos... Mas, se no meio desse nada, desse vazio que não cabe na nossa imaginação, restasse somente um longo disco da música popular

brasileira, bastaria isso para que se soubesse que aqui existira uma grande civilização, uma formidável cultura. (SARNEY, José. Bagdá e os Novos Baianos. Folha de S. Paulo, São Paulo, 25/04/2003, Opinião, p. A2.)

Comparando a destruição do patrimônio cultural Iraquiano a desastres ecológicos de grandes proporções o colunista demonstra que para ele o desaparecimento de bens culturais é como são as mortes em guerra:

Tudo para dizer o quanto sofri quando vi a destruição do Museu de Bagdá e a queima da biblioteca nos incêndios e bombardeios da cidade. Sempre evoco que o maior desastre "ecológico", que levou um pedaço gigantesco da vida na Terra, da vida que são os livros, foi a queima da Biblioteca de Alexandria. Se tivessem destruído tudo em Bagdá, mas tivessem deixado os livros e o museu, seria possível descobrir que ali existiu uma grande civilização. Aqueles testemunhos da história do homem não poderiam morrer. (SARNEY, José. Bagdá e os Novos Baianos. Folha de S. Paulo, São Paulo, 25/04/2003, Opinião, p. A2.)

Aproveitando o clima de conflito entre o Oriente e o Ocidente, inclui um elemento de sua agenda, o conflito histórico entre Israel e Palestina. Neste caso, defende as iniciativas de Bill Clinton e toma como argumento as iniciativas de Barak²⁰ contra as escolhas de Arafat, líder da resistência palestina.

Arafat teve sua grande oportunidade quando Clinton, ao olhar o fim do seu governo e querendo marcá-lo com um sinal permanente, chamou Barak a Camp David e propôs um novo Tratado de Paz, o mais vantajoso de todos os que já tinham sido colocados na mesa para resolver o conflito. Ele, que lutou tanto pelo seu povo, num momento decisivo, deixou passar a virada histórica. Não teve a coragem de Sadat, que fez o povo egípcio voltar ao Sinai. Nem repetiu o seu gesto com Rabin e Perez, quando assinaram os protocolos de Estocolmo, que até hoje são a pequena brasa não apagada, contida pelas cinzas da Intifada, que resistiu a todos esses anos de luta. Sadat e Rabin tiveram a bravura de morrer sem medo da história. (SARNEY, José. Um cavalo selado e não montado. Folha de S. Paulo, São Paulo, 30/05/2003, Opinião, p. A2.)

²⁰ Ehud Barak foi o décimo primeiro-ministro de Israel, entre os anos 1999 e 2001. Neste período, executou de forma unilateral a retirada do exército de Israel do sul do Líbano. Atualmente é o ministro da defesa de Israel.

O então presidente do Senado começa a encontrar explicações da cultura de guerra dos americanos, a partir dos brinquedos que são vendidos às crianças. Como entre as crianças *espartanas*, que depois de identificadas como perfeitas eram educadas para a arte da luta e da guerra, as crianças americanas na opinião de Sarney também o são:

Nessas contradições de viagem, volto ao FAO Schwarz, quase centenário empório de brinquedos para crianças, onde já comprei bonecas e polichinelos, acrobatas e trezinhos para os filhos, depois para os netos e, agora, para os bisnetos. Há, de chegada, um corredor inteiro de brinquedos de guerra: metralhadoras, soldados sofisticados, aparatos de destruição e de camuflagem, tanques, aviões, enfim, uma cultura de guerra. Para completar, toda uma seção de grande promoção do jogo Massive Action! Saio rápido e tenho medo do que pode acontecer quando os meninos são educados com esse apelo à violência. Fico mais radical em relação a banir as armas e os brinquedos que imitam armas no Brasil. (SARNEY, José. Né, Roosevelt. Folha de S. Paulo, São Paulo, 31/10/2003, Opinião, p. A2.)

Por fim, desmascara o presidente da maior potencia bélica mundial e naquele momento, potencia econômica, revelando o quão farsante pôde ser George W. Bush, tanto nos argumentos sobre os motivos da guerra, quanto nas orações de *ação de graças* no ano de 2003.

Depois passei pela bela bandeja com um peru de festa que Bush dizia ter ido comer quente em Bagdá. Agora já se sabe, porque o repórter do "Washington Post" revelou, que a ave não era verdadeira nem iraquiana, era um produzido peru de anúncio de Natal, feito de plástico, fabricado por uma firma dos EUA para enfeitar vitrine de refeições de fim de ano, comprado pela agência de publicidade encarregada de fazer a "ceia de Ação de Graças" do presidente dos Estados Unidos com seus soldados no Iraque. O peru era tão falso quanto as orações. (SARNEY, José. Zoológico fantástico. Folha de S. Paulo, São Paulo, 12/12/2003, Opinião, p. A2.)

Por incrível que possa parecer, o homem da elite maranhense, que mais permaneceu nos corredores do poder central (agora como senador pelo estado do Amapá) não vê nos assuntos do poder e da política da república, dos partidos que nela se apresentam para representar setores da sociedade, novidades que valham o esforço do comentário letrado.

Como veremos os problemas e dilemas da sociedade brasileira e de sua jovem democracia acrescida de escândalos de corrupção, relações de caráter patrimonialistas entre as elites financeiras, gestores do Estado e Parlamento, não farão parte da agenda do ex-presidente, senão, como passagens singulares entre uma e outra coluna.

Dizia-me um interlocutor atento à vida parlamentar que não sabia mais quando tinham sido as eleições, porque o Congresso estava muito velho. As idéias, os partidos e a "vinculação partidária", de triste memória, são fósseis que só interessam a paleontólogos políticos. Dos programas partidários nem se fala. Todos também envelheceram. Não pelo esquecimento dos militantes, mas pela velocidade com que foram superados: os temas mudaram, as idéias criaram bolor. (SARNEY, José. Ovos de galinha preta. Folha de S. Paulo, São Paulo, 15/08/2003. Opinião, p. A2.)

Um tema transversal à agenda da guerra no Oriente Médio que Sarney traz para os leitores de sua coluna é o terrorismo. Transversal porque ao comentar atos terroristas na Espanha, Argentina e em outros países, relaciona estes com a decisão destes países em participar de forma cooperada na ocupação do Iraque.

Mas a grande lição do 11 de Março de Madri foi o preço da mentira. Era mais que evidente que o atentado estava vinculado à posição tomada por Aznar na aventura de George W. Bush no Iraque. O próprio governo espanhol sabia mais do que ninguém disso. Com a proximidade da eleição e a perplexidade de que todos foram tomados, o desempenho do governo espanhol diante da situação foi de grande mediocridade_ou melhor, de inacreditável despreparo. Nada custaria, ou custaria menos que o preço que se pagou, falar a verdade: "A Espanha entrou nessa guerra porque conhecemos o terrorismo de casa. Estamos sendo atacados, mas não serão os terroristas que irão intimidar a Espanha ou interferir no resultado de suas eleições. [...] O exemplo da Espanha é trágico também por mostrar o poder dos terroristas de influir na vida interna dos países e mesmo decidir seu caminho. Tudo isso não exime o erro da entrada do país, de corpo e alma, contra o sentimento da Europa, na aventura iraquiana, na qual havia a grande mentira que é a fonte de tantas mentiras, a tal existência de armas de destruição. (SARNEY, José. O dominó e a mentira. Folha de S. Paulo, São Paulo, 19/03/2004, Opinião, p. A2.)

O tema do Oriente Médio foi à única agenda que perpassou boa parte dos quatro anos em que pesquisei a amostra dos artigos de Sarney. Quando havia um espaço entre esta agenda e outros assuntos, que trataremos adiante, seus comentários e opiniões recompunham o processo. Numa

passagem de um artigo, comemorando um acordo de cessar fogo entre israelenses e palestinos retoma opiniões já reveladas anteriormente:

“A Intifada recomeçou. A opinião pública israelense mudou e apegou-se a uma tábua velha, Ariel Sharon, que só acreditava na violência e na força. Arafat passou os últimos anos de sua vida sitiado, saindo apenas para morrer. O terrorismo saiu dali para o mundo inteiro, a começar pelos Estados Unidos, com o atentado brutal às Torres Gêmeas. Depois é o que sabemos. Veio o Afeganistão, o Iraque e ninguém sabe onde está o caminho da saída. Não nos surpreenderemos se o Irã entrar nesse alvo. Acredito que a vitória sobre o terrorismo comece pela paz entre israelenses e palestinos. Imensas dificuldades cercam essa negociação. Ela será feita de obstinação e de visão de futuro. O que era de Arafat _velha visão_ paira sobre Sharon, que ficou tão forte que se julgou livre para construir um muro, que pode transformar-se, como o de Berlim, no muro da vergonha. Arafat e Sharon pertencem a uma geração de extremistas. Arafat repousa na eternidade e será julgado por seus erros. Já Sharon está vivo, embora remanescente de um tempo de heróis e sangue. Israel é um país consolidado. Resta a criação do Estado palestino. (SARNEY, José. Um bom começo de Quaresma. Folha de S. Paulo, São Paulo, 11/02/2005, Opinião, p. A2.)

Recoloca algumas vezes durante o período, a agenda do Oriente Médio e da guerra em exposição. Suas opiniões em relação à política dos Estados são apresentadas como uma denúncia, em especial a invasão do Iraque, como a necessidade de terminar a agenda deixada pelo “Busch Pai”.

Ele se agarrou ao terror para legitimar-se politicamente depois de uma eleição decidida pela Suprema Corte dos Estados Unidos. E até hoje herdamos a política da radicalização e do aumento do terrorismo, sua marca. [...] Bush atacou o braço invisível do terror com a mão de quem queria acertar contas de antigas hipotecas herdadas do seu pai, na Guerra do Golfo. Dividiu o mundo ocidental e não diminuiu o terror. Ao contrário, multiplicou-o.[...]O sistema adotado já custou dezenas de milhares de vítimas inocentes. Bin Laden está solto e ameaçador. Sadam está enjaulado e, no Iraque, a perspectiva menos pessimista é de terminar tudo num governo teocrático xiita. O maior esforço feito para enfrentar esse desastre, que _não se pode negar_ tem sua origem na questão palestina, foi feito por Clinton. Infelizmente, ele não encontrou um interlocutor como Sadat, que sacrificou sua vida, mas salvou o Egito da fornalha do Oriente Médio. Seu não-parceiro foi Arafat, velho, doente, decadente, de mentalidade moldada na violência dos atentados e sem força para impor uma solução negociada entre os palestinos e Israel. (SARNEY, José. Um outro caminho? Folha de S. Paulo, São Paulo, 28/04/2006, Opinião, p. A2)

A agenda sobre a guerra no Iraque ultrapassa o período estudado, uma vez que, ainda hoje os Estados Unidos continuam a ocupação naquele país. Para finalizar a apresentação desta agenda do colunista, reproduzo parte de um dos artigos publicados no quarto ano analisado, no qual, define o processo e a responsabilidade histórica de intervenção da maior potencia militar nas políticas e conflitos do Oriente.

AMÃ. Vale do Jordão. Mar Morto. _Estamos aqui reunidos, membros do Conselho Mundial de Ex-presidentes e experts do mundo inteiro, para discutir a questão islâmica, o Oriente Médio, o Iraque e a questão nuclear iraniana. É um espaço para uma reciclagem e exame da situação do mundo. Uma unanimidade é a constatação de que o Ocidente _os Estados Unidos_ errou em todas as táticas e estratégias usadas para a região. Senão, vejamos: estimulou e armou o Iraque para a sua guerra contra o Irã, que durou oito anos _e o resultado foi perder o Iraque para Saddam e construir o problema para o qual até agora não é vista saída. Depois, quando as nacionalizações petrolíferas do Irã iam de vento em popa, usou Khomeini, acolheu-o na França e ajudou-o; ele derrubou o xá e estabeleceu o Estado teocrático xiita do Irã, inimigo jurado do Ocidente. No Líbano, para ajudar Israel na guerra do país, entre sunitas, xiitas, druzos, maronitas, árabes e muçulmanos, ajudou a guerrilha do Hizbollah _e hoje este é o partido radical do Líbano. Na Palestina, para enfraquecer a liderança de Arafat entre os radicais, ajudou o Fatah a montar a Autoridade Palestina e exigiu que se fizessem eleições livres. Arafat aceitou. Ganhou, agora, o Hamas _e o Ocidente não aceita, porque o Hamas é o mais radical de todos os inimigos de Israel. [...]. Pergunto a líderes árabes como Makhzoumi, político e grande empresário, qual é a solução. São fatalistas e me respondem: "Já fomos ocupados, mortos e trucidados por gregos, romanos, otomanos, ingleses, franceses e, agora, americanos e israelenses. Todos passaram. Todos vão passar. Não podemos sair desses áridos desertos sagrados. Ali está Jerusalém. De lá saíram para o céu o Deus cristão e o profeta Maomé. Ambos ressuscitaram de Jerusalém. Não podemos mudar o passado nem o futuro. Muros foram a primeira fórmula para evitar guerras: muralha da China, muralha de Jerusalém, Muro de Berlim, muro de Israel. Todos caíram. Este vai cair também. "Quando?", é minha pergunta. "Quando for inútil." (SARNEY, José. Mar Morto e Guerra Perpétua. Folha de S. Paulo, São Paulo, 05/05/2006, Opinião, p. A2.)

Não há dúvidas que na amostra estudada, a agenda de maior incidência nos artigos de Sarney tenha sido o Oriente Médio. No entanto, outra agenda aparece com relevo, discreto, com menor incidência, mas com o necessário registro. O tema da relação de parlamentares congressistas com

as benesses do poder econômico e palaciano e a corrupção, a qual Sarney apresenta dando a bom entendedor a noção de que esta última faz parte da nossa história.

A "BIG WORD", como dizem os americanos, aqui e agora, é corrupção. [...] Golberi dizia, [...] que "a melhor maneira de guardar um segredo é colocar nos anais do Parlamento". [...] Neles encontramos momentos em que a corrupção é motivo de debates intensos. Exemplo: depois da abolição da escravatura, Joaquim Nabuco defendeu João Alfredo _presidente do conselho do governo que votou a Lei Áurea_ dos ataques sobre os negócios dos irmãos Lóios (uma concessão de engenhos centrais). Dizia: "É tempo perdido defender aquele que todos atacam, e reconheço que se levantou uma montanha de censuras sobre ele". E, o que é terrível para um político, afirmava: "Já gastei a capacidade de indignar-me", reconhecendo que os partidos, ao combatê-la (a corrupção), buscavam sempre "a mesma escada para subir ao poder _e pela mesma escada iam descer". (SARNEY, José. O sal não salga. Folha de S. Paulo, São Paulo, 10/06/2005, Opinião, p. A2.)

Para o autor, o Parlamento, e neste sentido, o Congresso Brasileiro, é uma instituição a ser preservada e dela devem ser retirados aqueles que ele julga indignos de lá estarem representando o povo brasileiro. O tema nos jornais e noticiários, portanto, a agenda da mídia deste período, ainda é a crise do governo denominada de “*mensalão*” já mencionada pelo colunista anterior, que inclui o Congresso Nacional.

O Parlamento, com todas as suas mazelas e defeitos, é a maior de todas as instituições políticas criadas pela humanidade. Ele é o coração do povo. Ali pode-se questionar tudo, até o próprio Parlamento. Não é por acaso que em frente a ele se realizam os protestos, as demandas, os apelos, as pressões. Por isso mesmo diz-se que é melhor o pior Parlamento do que Parlamento nenhum. Não devemos julgá-lo pela realização imperfeita dos seus valores. Devemos _e essa será tarefa permanente_ expurgá-lo dos que são indignos de a ele pertencer. Ele é a própria democracia. [...] Vamos apurar os fatos, buscar a verdade, punir, adotar procedimentos para que os delitos não se repitam. Não se finja o ódio, porque ele muitas vezes é aquilo que dizia o provérbio judeu: "A inveja alimenta o ódio". E lembre-se o sentimento de Bertrand Russel e de Mencken ("The Vintage", 1989): "Mostre-me um puritano e eu lhe mostrarei um filho daquela". A ética e a moral não combinam com o teatro nem com o fingimento. Di Cavalcanti disse-me, uma vez, sobre determinado político: "Não pode ir a enterro, porque quer ser o defunto para ser alvo das homenagens". (SARNEY, José. Complexo de Cachoeira. Folha de S. Paulo, São Paulo, 15/07/2005, Opinião, p. A2.)

Completa o sentido do Congresso Nacional, para aquilo que ele acredita ser o *autogoverno*, através da representação, em uma coluna que dedicou-se a falar da ocupação no Congresso Nacional por parte de militantes do MLST (Movimento de Liberdade dos Sem Terra), que terminou com mais de 500 militantes detidos, 32 presos. Entre eles, estava sua principal liderança nacional, Bruno Maranhão, antigo militante da esquerda (PCBR) e das relações pessoais de Lula.

A voz de prisão fora dada pelo presidente da casa, no momento, o comunista Aldo Rebelo (PCdoB). Os militantes foram libertados doze dias depois do incidente para responder processo civil em liberdade.

O Congresso, por exemplo, é maior do que a soma de todos que por ali passaram, bons e maus, hoje e ontem. Por quê? Porque o parlamento é a maior instituição política já descoberta pelo homem na busca do autogoverno. [...] Essas considerações me ocorrem quando vemos o vandalismo com que foi quebrada a Câmara dos Deputados. Ela é um símbolo. Não pode se conceber como um movimento popular, cuja liberdade decorre da liberdade do parlamento, o vilipêndia, como se usasse o seu punhal para se matar. (SARNEY, José. Risco-Brasil e quebra-quebra. Folha de S. Paulo, São Paulo, 09/06/2006, Opinião, p. A2.)

No período estudado, o Congresso brasileiro viveu várias CPIs (Comissão Parlamentar de Inquérito) que tiveram ampla cobertura da mídia. Palavras antes desconhecidas passaram a fazer parte do cotidiano dos telejornais e dos jornais diários, como: CPI dos correios, dos Bingos, do “*mensalão*”, corregedoria, comissão especial, conselho de ética da Câmara, etc.

No caso das CPIs, houve um debate importante sobre os depoimentos e a chamada delação premiada, que Sarney mencionou em um dos seus artigos ainda na agenda das relações do Congresso com o poder econômico e palaciana.

O problema da delação premiada é saber onde está a verdade e o interesse das pessoas. O que é necessário, desejável e urgente é que os envolvidos não mintam tanto e falem a verdade. Com esta, nada de prêmio a quem se chafurdou na lama da corrupção. (SARNEY, José. Bordalesa e a delação premiada. Folha de S. Paulo, São Paulo, 26/08/2005, Opinião, p. A2.)

Quando cita em seus artigos o tema da corrupção, sua abordagem é apresentada como se fosse um espectador distante, fora do cenário de onde se pode observar pelos monitores de televisão,

discursos inflamados, e pedidos emocionados de renúncia de parlamentares envolvidos em acusações éticas, para não perderem os direitos políticos.

Em relação às CPIs, o autor, por vezes sugere um olhar diferenciado sobre o Congresso, um olhar virtuoso, imaginando em uma questão poder descobrir coisas “mais puras e mais dignas”.

Há dois dias, num excelente artigo, Augusto Marzagão escreveu: "Estou farto de CPIs, escândalos, denúncias, mentiras deslavadas, jogo de traições e tramas urdidas que enojam a gente". Talvez não seja hora de desviarmos os olhos da alma das coisas más e descobrir a semente do renascimento de coisas mais puras e mais dignas? A democracia se testa e melhora quando vemos suas vulnerabilidades e procuramos acabá-las. (SARNEY, José. Da felicidade. Folha de S. Paulo, São Paulo, 02/09/2005, Opinião, p. A2.)

Utilizando a crise do “mensalão”, o autor aproveita para valorizar as instituições políticas da democracia brasileira, em especial, o comportamento das Forças Armadas. Para Sarney, o comportamento das Forças Armadas se deve ao fato de terem se apoderado do sentido de suas atribuições definidas pela constituição de 1988. Não apresenta de forma categórica, mas está inciso o fato de que esta Constituição fora aprovada quando ainda estava na Presidência da República, mesmo sob forte crítica pela condução, em especial, na área econômica.

O QUE MAIS tenho ouvido, e constitui um tema de comemoração e de ufanismo, é o fato de que a crise política brasileira, profunda e esparramada, não conseguiu abalar as estruturas do regime, não existem ameaças institucionais e, como consequência, a economia mantém-se firme como as colunas naturais do rochedo de Gibraltar, que desapareceram como de Hércules, colosso e maravilha, limites do mundo. [...]

O Brasil deu um salto gigantesco na qualidade de suas instituições, o maior deles a absoluta dedicação das Forças Armadas ao desempenho de suas atribuições constitucionais.

Assim elas se comportaram em 92 e agora em 2005.

Por isso o "mensalão" não derrubou as colunas de Hércules. (SARNEY, José. Gibraltar e a crise do "mensalão". Folha de S. Paulo, São Paulo, 18/11/2005, Opinião, p. A2.)

A setenta e cinco dias das eleições de 2006, onde Lula concorrerá e vencerá para o segundo mandato e os parlamentares, senadores e congressistas irão para a disputa eleitoral, Sarney apresenta a “legislatura” que se finda como aquela que carregará para a história a marca da

corrupção. Neste caso, fala do Congresso e do Senado. Quando fala do governo federal, particulariza em “quadros do Executivo”, sem citar nomes, nem falar em governo.

Na política ninguém pode aceitar que não haja mudança. O que caracterizou a legislatura que se finda foi a corrupção e, para piorar, o número de participantes. Alguma coisa deve estar errada e vai além das pessoas. Por que tantos chafurdaram no ‘valerioduto’? Por que tanta gente meteu-se com as ambulâncias? Com os bingos? Com os Correios? Faliu a decência? [...] Camus perguntava: se os fins justificam os meios, o que justifica os fins? É dinheiro para alimentar, manter as chamadas bases. A forma mais fácil é a vulnerabilidade da execução do Orçamento da República às fraudes. Ela é dominada por uma parcela de parlamentares e quadros do Executivo que no passado criaram o escândalo dos “anões” e no presente o dos ‘sanguessugas’. (SARNEY, José. E o futuro? Folha de S. Paulo, São Paulo, 21/07/2006, Opinião, p. A2.)

Por certo outros temas foram abordados, sempre através de uma linguagem literária, com informações históricas e opiniões de outros personagens. Sarney escreveu sobre política, neoliberalismo, história, democracia. Não foi possível identificar outras agendas, mas, abordagens que às vezes se apresentavam como alegorias à agenda pública, como a troca de partidos para as eleições de 2004, a democracia e a reforma política no período dos escândalos que envolveram congresso e planalto em 2005.

O objetivo primeiro desta dissertação foi identificar a agenda dos colunistas em relação ao primeiro mandato do governo Lula. Como apresentado anteriormente, Sarney não tocou nos temas de governo, a não ser de forma tangencial. Vou apresentar em que passagens isto se revelou com mais nitidez, sendo que são breves.

Sobre os partidos políticos e os políticos que disputam de quatro em quatro anos eleições²¹, Sarney demonstra a incoerência como resultado das escolhas dos políticos quando a “guerra eleitoral” visa à disputa pelo poder.

Não me peçam coerência”, já dizia Fernando Pessoa. Esse é o lema das eleições municipais. Tome-se o exemplo do Rio de Janeiro, o mais falado. Atravessou a baía, passou a ponte, e já um partido é outro, sendo o mesmo que

²¹ Alguns de dois em dois anos, no caso do vereador que candidata-se a uma cadeira na Assembléia Legislativa, ou do deputado que candidata-se ao executivo municipal.

o outro era. O mesmo acontece no país inteiro, fenômeno autêntico da irrealidade do quadro partidário, dito nacional, na verdade distrital. [...] Há bastante tempo, na década de 70, fiz uma conferência na Escola Superior de Guerra sobre partidos políticos. E repetia a mais simples de todas as definições sobre eles: "É um grupo de pressão que, na sociedade democrática, não deseja influenciar o poder, mas deseja exercer o poder" e, para isso, todas as alianças são buscadas, mesmo que não sejam coerentes. (SARNEY, José. O sofá das infidelidades. Folha de S. Paulo, São Paulo, 16/07/2004, Opinião, p. A2.)

Sobre a democracia no Brasil e na América Latina, Sarney retoma a queda de alguns presidentes como no Peru, a tentativa de golpe na Venezuela e a saída de três presidentes consecutivos na Argentina para declarar, a jovem, mas bem sucedida consolidação da democracia brasileira.

O Peru vive uma crise aguda e crônica. Na Bolívia, o presidente também caiu em meio a uma convulsão de rua. Chávez, da Venezuela, derrubado, ressuscitou e, agora, cria uma novidade: a democracia fardada. E, para consolidá-la, compra cem mil fuzis para uma guerra que só pode ser entre seus próprios compatriotas. No Paraguai, a mesma cena: dois presidentes caíram. Na Colômbia vive-se no fio da navalha. Na Argentina, três presidentes foram postos para fora antes de Kirchner.

O Brasil é um oásis dentro desse quadro. A nossa transição fez com que atravessássemos o desfiladeiro institucional de uma vez por todas. Enfrentamos um impeachment presidencial e elegemos um operário de esquerda sem uma só ameaça. Criamos uma sociedade democrática e não deixamos nenhuma hipoteca militar a pagar.

Mas assusta o sarampo que testemunhamos: a política das multidões anárquicas, sem controles e exercitando a possessão e a fúria dos vidros partidos e dos incêndios. É o velho labirinto da América Latina, que, para decepção e tristeza nossa, mais uma vez se enrola, vai e volta, e a saída não aparece.

Como se diz no Nordeste: 'A desgraça do pau verde/ É ter o pau seco ao lado/ Vem o fogo queima o seco/ Lá vai o verde queimado'.

Há alguma coisa de errado no presidencialismo em países pobres. O sistema não resiste a crises. Em vez de caírem os governos, caem os presidentes. Talvez fosse a hora de pensar num outro tipo de regime para curar a instabilidade dessas nações. Mas, como diz o brocado, 'a gente só se lembra de santa Bárbara quando vem a trovoada'. (SARNEY, José. Ainda no labirinto. Folha de S. Paulo, São Paulo, 22/04/2005, Opinião, p. A2.)

Em relação às reformas do Estado, Sarney menciona a figura do Presidente da República pela primeira vez de forma não alegórica, como um presidente *corajoso*. Valoriza também o Congresso e o Senado, por terem cumprido com aquilo que chamou de “fé renovada nas instituições” a partir das reformas que foram a voto em plenário

Com a reforma do Judiciário, a reforma tributária e a reforma da Previdência, mostramos o grande esforço do país, que, em dois anos, sem dúvida, com a coragem do presidente Lula, enfrentou esses problemas. Isso renova a fé em nossas instituições.

O Senado ajudou o Judiciário a não ser cego, olhando mais rapidamente para aqueles que têm "fome e sede de Justiça", porque "Justiça tarda é a maior das injustiças". (SARNEY, José. Uma Justiça que não será cega. Folha de S. Paulo, São Paulo, 19/11/2004, Opinião, p. A2.)

Na amostra estudada, em um único artigo Sarney faz menção ao seu período como Presidente da República dando a bom entendedor a idéia de que foi injustiçado pela história. Apresenta a sua versão para aquilo que se convencionou chamar a “década perdida”, do ponto de vista econômico apesar de a sociedade brasileira ter conquistado as eleições diretas para presidente e uma nova constituinte, livre e democrática.

[...] Agora todos relembram os 20 anos de redemocratização do Brasil -15 de março de 1985. Mas ninguém fala do 15 de março de 1990, há 15 anos. Eu passava o governo a Fernando Collor. [...] Saía sob forte crítica da mídia. Duas coisas eram muito batidas: "Fez tudo para prolongar o seu mandato de quatro para cinco anos"; "A inflação é a maior da história, 80%".

[...] Mas a verdade, essa que o tempo constrói, era bem outra. Não deixávamos nenhuma hipoteca para o futuro governo. Encontrei as finanças com déficit de 2,58% e deixei um superávit primário de 0,8%, o que mostra o equilíbrio das contas públicas. A dívida externa, que era de US\$ 123 bilhões, fora reduzida para US\$ 99 bilhões -caíra de 37,5% para 24,8% do PIB. O Brasil, que era a oitava economia industrial, passou a ser a sétima. Não tínhamos dívida interna significativa. A carga tributária era de 24% do PIB -hoje é de 39%. A renda per capita, que, em 1984, era de US\$ 1.468, era de US\$ 2.923 em 1989 e, hoje, 15 anos depois, diminuiu para US\$ 2.789. O PIB cresceu 119% no meu governo; no de Collor, 30%, e no de FHC caiu 15,49%. São dados da FGV.

[...] Quando assumi, recebi do Congresso uma ata na qual o mandato de Tancredo e o meu estavam fixados em seis anos. Vem a Constituinte e abre-se a discussão. Achando que era desprendimento, propus a diminuição do meu mandato em um ano. Criaram na opinião pública a idéia de que eu queria prorrogar meu mandato em um ano. [...]

Quanto à inflação, com os números macroeconômicos bons, ela se mantinha nos parâmetros das inflações com correção monetária, muito diferentes das sem correção. [...] A disparada dos últimos meses não era mais minha, era das expectativas criadas pela eleição. Era o tal medo do Lula e do tiro único que o presidente Collor prometera para matar o dragão da inflação. O mesmo que aconteceu na última eleição, quando o risco Brasil foi para a estratosfera. Tudo passou. Como se diz no Nordeste, "galho verde é que faz fumaça. (SARNEY, José. E o 15 que não é de Rachel? Folha de S. Paulo, São Paulo, 18/03/2005, p. A2.)

Na amostra dos artigos assinados por Sarney no período pesquisado, causa estranheza o fato de não ter se envolvido direta ou indiretamente na agenda da mídia, em especial nos temas controversos como economia, a relação do governo com o Congresso Nacional e com o Senado e não ter mencionado diretamente as pessoas envolvidas nos escândalos quando tratou destes.

Causa certa impressão o fato do colunista ao transformar sua opinião numa opinião pública, não desejar entrar em nenhuma relação de conflito com o governo, mas também não fazer nenhum gesto mais evidente de que tenderia a defendê-lo, pelo menos neste espaço semanal onde ele assina as colunas.

Nestes temas adotou a neutralidade, mas uma neutralidade que se faz necessário interpretar em alguns casos. Optou por uma agenda explícita sobre as questões de conflito no Oriente Médio e travou uma cruzada de responsabilização de Busch “pai e filho” pela escalada da violência e do terror na região e em alguns países da Europa.

Os enquadramentos utilizados pelo colunista dependem de qual tema esta tratando em determinado artigo. Podemos sugerir aqui, que Sarney na amostra estudada fez enquadramentos que variavam entre: (a) Informativos: quando Sarney relatos sobre momentos da história, tanto brasileira quanto européia trazendo personagens e fatos introduzindo o tema central de sua exposição; (b) Interpretativo: quando o colunista apresenta uma interpretação destes fatos e eventos, nitidamente nos temas sobre a política e a relação dos políticos com as instituições.

A validação do governo Lula pelos critérios definidos como positivo, negativo e neutro, quando falando do governo ou assuntos relacionados a ele, resultou em dados quantitativos estranhos, mas fáceis de explicar.

Em especial, por uma ausência mais evidente de posicionamento em relação ao governo, considerei dez artigos contendo juízo neutro em relação ao governo federal.

Exponho na tabela de valência, 37 artigos classificados como neutros, por terem tratados de temas e fatos de conhecimento notório em que ministros e personagens do governo Lula foram

envolvidos diretamente em CPIs, acusações de “corrupção” entre outros dados, e José Sarney, no entanto, não cita nem os ministros nem o governo, senão de forma genérica. Considerei como neutralidade também os artigos que trataram dos temas sobre o Oriente Médio, uma vez que o governo tem política internacional para a região sem citá-lo de forma negativa ou positiva.

Tabela IV: Distribuição da amostra de artigos assinados por José Sarney no Caderno Opinião da Folha de S. Paulo, entre 2003 e 2006, sobre o governo Lula segundo as categorias: positivo, negativo e neutro.

Validação	Quant/Art	%
Negativo	0	0
Positivo	0	0
Neutro	37	78,72
Outros	10	21,28
Total	47	100

Fato relevante para o registro nesta dissertação de mestrado se dá semanas antes de sua finalização. José Sarney, na condição de presidente do Senado Federal pela segunda vez em um governo presidido pelo presidente Lula é acusado de inúmeras irregularidades na função de presidente da casa.

Ao todo, foram onze representações encaminhadas ao Conselho de Ética. Entre elas, a de contratação de servidores em cargos comissionados, parentes, amigos e parentes de outros parlamentares, através de atos administrativos denominados de “atos secretos”, por terem sido publicados em diário oficial do Senado em alguns casos doze meses depois de serem assinados e já ter os referidos funcionários usufruído de suas funções.

Em sessão da comissão de ética do Senado no dia 19 de agosto de 2009, foram arquivadas todas as denúncias contra Sarney (por nove votos a seis). Sarney ficou sob forte exposição da mídia por semanas sem em nenhum momento se colocar a disposição de renunciar ao cargo de presidente do Senado.

Teve o apoio explícito do presidente Lula e de parte dos senadores do PT, três²², que pertenciam à comissão de ética do senado e votaram pelo arquivamento dos processos. Este fato gerou uma crise dentro da bancada do PT.

No mesmo dia, antes da votação da comissão de ética do Senado, a Senadora Marina Silva (AC)²³ se desligara do Partido dos Trabalhadores sem citar a votação que ocorreria na parte da tarde, votação esta que fez com que o senador do PT pelo estado do Paraná, Flavio Arns, declarasse: *“Me envergonha estar no Partido dos Trabalhadores com o comportamento que está tendo. Achava que as bandeiras eram para valer e não para mudar por causa da eleição”*²⁴.

O Senador por São Paulo Aluizio Mercadante²⁵, líder da bancada, chegou a declarar que renunciaria ao cargo, uma vez que defendeu a manutenção de algumas das representações contra Sarney, mas foi demovido da idéia em conversa com o presidente, com o argumento de que não poderia *“dizer não”* a Lula.

5.3 A agenda de Delfim Netto, enquadramento e valência.

“[...] toda a resposta a uma questão política é produto de um ato de julgamento, e de um ato de julgamento propriamente político”
(BOURDIEU, 2007, p. 391)

O Colunista, que escreveu nas quartas-feiras durante o período analisado, tem como principal agenda o tema econômico. Não por acaso, pois foi um dos mais polêmicos economistas de sua época, tanto no exercício da economia de governo, quanto por suas posições teóricas, que

²² Os três senadores do PT, João Pedro (AM), Delcídio Amaral (MS) e Ideli Salvatti (SC), acompanharam a maioria e votaram pelo arquivamento das denúncias contra Sarney, seguindo orientação do presidente da sigla, Ricardo Berzoini, e o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Além dos petistas, votaram pelo arquivamento das acusações contra Sarney, os senadores peemedebistas Wellington Salgado, Almeida Lima e Gilvan Borges, Inácio Arruda (PCdoB-CE), Romeu Tuma (PTB) e Gim Argello (PTB-DF). Os senadores que votaram pelo desarquivamento foram do DEM, Demóstenes Torres (GO), Rosalba Ciarlini (RN) e Eliseu Rezende (MG); do PSDB, Marisa Serrano (MT) e Sérgio Guerra (PE); do PDT, Jefferson Praia.

²³ Disponível em: <<http://colunistas.ig.com.br/luisnassif/2009/08/19/marina-silva-sai-do-pt/>> Acesso em: 29/08/09

²⁴ Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL1273230-5601,00-SENADOR+FLAVIO+ARNS+DIZ+QUERER+SAIR+DO+PT+APOS+DECISAO+A+FAVOR+DE+SARNEY.html>> Acesso em: 29/08/09

²⁵ Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,mercadante-diz-que-deixara-lideranca-do-pt-em-twitter,421977,0.htm>> Acesso em: 29/08/09

buscavam apresentar crescimento acentuado naqueles que podem investir e ganhar, para depois, bem depois, distribuir o resultado deste crescimento nas políticas de distribuição de renda.

Desenvolve questões características de economia dentre os desenvolvimentistas. Iniciativas em política econômica que inibem o desenvolvimento são tidas como indesejáveis. Nesta linha de raciocínio, sempre que possível, compara as políticas econômicas do governo Fernando Henrique Cardoso²⁶ com as políticas de Lula, sendo as de FHC, inibidoras do crescimento e patrocinadora de acumulação por parte dos rentistas. Na opinião do colunista as políticas em economia do governo Lula seguem em sentido oposto.

Alguns analistas dizem que seu posicionamento político em torno do governo Lula custou um afastamento de setores do espectro político da direita, tanto eleitorais, quanto de financiamento de suas campanhas, o que resultou na sua não reeleição à uma cadeira no Congresso Nacional nas eleições de 2006²⁷.

Observando sua agenda de temas nas colunas do caderno opinião do Jornal Folha de S. Paulo, veremos que mais do que elogiar a agenda econômica do primeiro governo Lula, suas posições seguiram os marcos do modelo de desenvolvimento econômico que defendeu em outros momentos de sua trajetória, como: a) rígido controle fiscal; b) controle da inflação; c) enxugamento das contas do Estado; d) reformas que permitam o investimento produtivo; e) cambio livre e flutuante, entre outros.

Desta perspectiva, defendeu teses econômicas sem creditá-las diretamente às políticas do governo Lula, mas, afirmando como veremos que as políticas da gestão econômica do governo federal de 2002 a 2006 tiveram conseqüências de melhoramento na situação da economia do país em comparação com o governo anterior. Desta forma, a “valência” de suas colunas em relação às agendas que se referem ao primeiro governo Lula são mais neutras do que positivas, e com poucas indicações de argumentos negativos. Dá ênfase à atuação do ministro da fazenda Antonio Palocci (a quem dedica elogios) sem fazer comentários políticos sobre os motivos de sua saída do

²⁶ Presidente do Brasil entre 1994 e 2002, filiado ao PSDB (Partido Social Democrata Brasileiro).

²⁷ De 1987 até 2006, Delfim Netto desempenhou o cargo eletivo pelo estado de São Paulo de Deputado Federal, sempre pelo mesmo grupo político embora o partido tenha mudado de sigla várias vezes (PDS, 1980-1993; PPR, 1993-1995; PPB, 1995-2003; PP, de 2003-2006).

governo no início do quarto ano do governo Lula e reserva críticas efêmeras à gestão do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles.

Defende o modelo econômico da gestão de Palocci e desqualifica as críticas e aqueles que as formulam, definindo como “ingênuos” ou “ignorantes” seus expositores. Utiliza-se do argumento da “autoridade alheia” para valorizar seu ponto de vista de que mudanças de percurso bruscas em política econômica, além de imprudentes, seriam impossíveis de serem colocarem em prática. Um exemplo está na coluna onde dá a palavra a Marilena Chauí para transformar os argumentos dela como seus:

A combinação insólita daquelas duas proposições destina-se a chamar a atenção dos leitores para os perigos implícitos na sugestão de jacobinos e adversários do governo ao exigir a ‘mudança já do modelo econômico de FHC’, que foram claramente intuídos pela professora Marilena Chauí em debate na USP. Há três erros capitais naquela sugestão: 1º) a atual política macroeconômica está longe de ter sido inventada por FHC: ela é a mesma utilizada há mais de uma década, com relativo sucesso, por quase uma centena de países; 2º) as condições iniciais do governo Lula estão determinadas pela imensa vulnerabilidade externa e pela oscilante sustentabilidade da dívida interna construídas no governo FHC e que lhe retiram graus de liberdade; 3º) todo mundo quer “mudar”, mas ninguém sabe o endereço para onde levar a “mudança”. Não adianta imaginar que podemos resolver nosso problema com a mágica elementar de baixar os juros, porque, como todos deveriam saber, ‘as conseqüências vêm depois’... (NETTO, Delfim. O Brasil que ruge. Folha de S. Paulo, São Paulo,, 19/03/2003, Opinião, p. A2.)

Na amostra estudada, sempre que Delfim cita o governo FHC, demonstra que este não cumpriu com o que deveria ter feito, mesmo tendo conseguido pela força do Poder Executivo mais quatro anos, o chamado “direito de disputar o segundo mandato”. Demonstra que em oito anos de governo FHC e nos quatro anos do primeiro mandato do presidente Lula, os dois modelos apesar de não construírem paradigmas contraditórios têm conseqüências e objetivos distintos.

Depois de algum tempo, todo o ciclo recomeça...Agora mesmo, o Brasil, graças ao comportamento adequado do governo Lula, transformou-se num mercado admirado pelos investidores. As possibilidades de arbitragem deixadas pela armadilha monetária em que estamos atraem capitais de duvidosa qualidade, mas que valorizam fortemente o real. O nosso problema, diferentemente do da Malásia, é que o governo FHC não fez o ajuste externo. (NETTO, Delfim. A Malásia e nós. Folha de São Paulo, São Paulo, 23/04/2003, Opinião, p. A2.)

Nosso colunista defende o presidente Lula das críticas de que estaria traindo a tradição política da agenda histórica do PT para governar o Brasil. Classifica, como já dito anteriormente, os obstinados em criticar o governo com os argumentos de Aristóteles em “ética a Nicômaco”:

ARISTÓTELES DIZ, na "Ética a Nicômaco", que 'pessoas obstinadas podem ser divididas em três categorias: os dogmáticos, os ignorantes e os mal-educados'. (NETTO, Delfim. Crítica ociosa. Folha de S. Paulo, São Paulo, 07/05/2003, Opinião, p. A2.)

Na defesa ao presidente Lula, sobre a tese de que estaria traindo os ideais do partido na condução do governo, Delfim defende um amadurecimento do partido e do próprio presidente, e apresenta como argumento, as palavras de Lula, ainda antes da eleição que lhe daria a vitória em 2002, em um seminário promovido pela fundação Perseu Abramo²⁸, sobre o Socialismo:

Em 2000, num seminário sobre a "Economia Socialista" promovido pela Fundação Perseu Abramo (ao qual já nos referimos nesta coluna), o então futuro presidente fez um depoimento espontâneo: "É muito importante que estejamos discutindo a economia socialista, pois é uma questão polêmica. Eu acho que o socialismo real _estamos falando aqui do real, e não da utopia (sic)_ não resolveu nenhum problema crucial na sua relação com a sociedade, com a produção, que é o modo de tratar os desiguais". E prosseguiu: "O ser humano é eminentemente competitivo. À medida que se bloqueia a capacidade competitiva do ser humano e que se colocam todos para ganhar a mesma coisa dentro de uma fábrica, cortam-se as possibilidades de sucesso daquela fábrica. As pessoas são niveladas por baixo, e não niveladas por cima. O socialismo não conseguiu resolver esse problema". E avançou na compreensão do problema econômico. "(...) o mercado só funciona se houver um Estado muito forte regulando-o e obrigando-o a cumprir algumas cláusulas sociais. Só o mercado não resolve. Compatibilizá-lo com um Estado regulador, capaz de garantir que ele atenda a todas as necessidades das pessoas, seria o ideal. Como fazer isso é o desafio que está colocado para o PT". (NETTO, Delfim. Crítica ociosa. Folha de S. Paulo, São Paulo, 07/05/2003, Opinião, p. A2.)

Conclui no mesmo artigo o que define a honestidade política do presidente Lula dentro de seu próprio partido.

²⁸ A Fundação Perseu Abramo (FPA) foi criada em 1996 pelo Partido dos Trabalhadores para desenvolver projetos de caráter político-cultural. Recebeu o nome de Perseu Abramo para homenagear o jornalista e professor universitário que participou da fundação do PT.

Por que desconfiar que há 30 meses, num seminário acadêmico reservado, o futuro presidente estivesse escondendo o seu verdadeiro pensamento quando afirmava com todas as letras e até com certa rudeza na presença de intelectuais 'dogmáticos' que o PT não é um sonho, mas um instrumento político para construir, pragmaticamente, uma sociedade com liberdade, igualdade e justiça, combinando o 'mercado' com a ação do Estado? (NETTO, Delfim. Crítica ociosa. Folha de S. Paulo, São Paulo, 07/05/2003, Opinião, p. A2.)

Sem que este tema se transformasse em uma agenda propriamente dita, Delfim apresentou algumas vezes, misturado a temas de econômica e desenvolvimento, a cobrança que muitos petistas, parlamentares, gestores e filiados faziam ao governo Lula, em especial a política econômica.

Em cada um destes momentos em que mencionou tal cobrança, o fez com respostas do ponto de vista econômico, imprimindo, como já disse anteriormente, a “desinformação” daqueles que interpelavam constantemente a cobrança para que o governo adotasse o programa original do PT:

Qual a traição? Segundo eles [petistas que chamaram Lula de “traidor”]²⁹, Lula deixou de implementar o programa "social" (que, de fato, se pretendia "socialista") que foi a tônica do PT "original". Como é notório, o programa do PT incorporava uma espécie de marxismo de pé quebrado e escondia quais os mecanismos difusos de administração da escassez que o partido utilizaria quando no poder. [...]

O PT cresceu bastante desde a sua fundação e foi conquistando lentamente administrações municipais e, depois, estaduais. Essas administrações foram relativamente medíocres, e algumas repetições (um petista eleger outro petista) apoiadas na idéia de "que faltou tempo para cumprirmos a prometida solução dos problemas sociais" esgotaram-se pelo "cansaço" da espera... [...]

Em 2002 ele [Lula] só foi candidato com a condição _que ele impôs_ de poder fazer alianças e apresentar um novo programa. Fez a aliança com o Partido Liberal e apresentou a "Carta aos Brasileiros", onde resumiu o seu compromisso com a nação.

[...] Lula, portanto, não traiu seus eleitores majoritários. “Traí-los-ia se adotasse o velho programa petista, como sugeriram os ilustres professores... (NETTO, Delfim. Traição. Folha de S. Paulo, São Paulo, 20/07/2005, Opinião, p. A2.)

Se a defesa de um presidente petista, como não tendo traído seus eleitores, não chegou a configurar-se numa agenda propriamente dita, os temas de economia foram abordados de forma

²⁹ Nota do autor

mais constante. Delfim apresenta a política fiscal como sendo uma virtude da política econômica do governo Lula. Tratará deste importante elemento na condução da política econômica algumas vezes nos seus artigos. Para ele, o governo acerta na política fiscal, mas deve manter-se vigilante:

A situação externa para 2004 (quando teremos de começar a pagar ao FMI) deverá ser tranquila se o governo Lula prosseguir com a virtuosa política fiscal que tem realizado até aqui. É essa política que tem aumentado a credibilidade do governo, pois não só a relação dívida líquida/PIB tem dado sinais de melhora como o prazo médio das novas dívidas tem aumentado. A virtuosa política fiscal é o pau da barraca que sustenta o circo. É ela que tem impedido que a acalorada discussão em torno da política monetária contamine toda a economia brasileira... (NETTO, Delfim. O alívio externo. Folha de S. Paulo, São Paulo, 11/06/2003, Opinião, p. A2.)

De acordo com Delfim, a força da política fiscal está em manter estáveis as contas do governo, preparando as condições para a redução da dívida pública, apostando no crescimento econômico.

O mesmo argumento é considerado em análises do FMI comentadas pelo colunista na primeira metade do ano de 2004. Não há dúvidas para o ex-ministro da economia dos “tempos de chumbo”, que o presidente Lula é o responsável por manter a política monetária dentro de pressupostos que potencializam a atividade econômica.

Um ponto importante sobre a sustentabilidade da relação DLSP/PIB é a proposta da LDO 2005, agora enviada ao Congresso. Ela reafirma todos os compromissos com o equilíbrio fiscal que tem caracterizado o governo de Lula. [...] o presidente tem sustentado a todo custo o indispensável equilíbrio fiscal. (NETTO, Delfim. O FMI e o Brasil. Folha de S. Paulo, São Paulo, 05/05/2004, Opinião, p. A2.)

Na agenda sobre a economia em relação ao controle Fiscal, também fez menção crítica à política implementada pelo governo anterior. Para Delfim, Lula chegou ao governo com uma elevada dívida do Estado e com dificuldades apresentadas pelo chamado custo Brasil.

Durante o mandato de FHC, falou-se muito, mas se fez muito pouco para corrigir o famoso custo Brasil. O que se fez mesmo foi um incrível endividamento para consumo... (NETTO, Delfim. Falta alguém no Modernaq. Folha de S. Paulo, São Paulo, 17/03/2004, Opinião, p. A2.)

A preocupação com uma agenda fiscal está na chave do desenvolvimento apresentada constantemente pelo colunista. Ele vê o país entrando em um processo econômico “virtuoso”, mas tem preocupações sobre sua consolidação, propondo pontos dos quais acredita poderem cumprir com esta expectativa. Menciono somente o papel de equilíbrio fiscal que ele apresenta para esta tarefa:

A CONSOLIDAÇÃO do processo de desenvolvimento econômico que o Brasil está vivendo depende de cinco condições: [uma delas] 1) da garantia que o equilíbrio fiscal será mantido. Isso significa a reafirmação do compromisso original do presidente Lula na Carta aos Brasileiros _até agora tem sido cumprido à risca;... (NETTO, Delfim. Exportação = salvação. Folha de S. Paulo, São Paulo, 25/08/2004, Opinião, p. A2.)

Como já dito anteriormente, para o colunista, Lula tem o Ministro da Economia competente, e conduz suas observações em relação à política fiscal e monetária de forma condizente com a realidade. No entanto, não são somente elogios. Apesar de compreender que comparado ao governo anterior, a política fiscal do presidente Lula e a política monetária do Ministro Palocci jogaram peso diferente no desenvolvimento, colhendo resultados melhores do que o fez FHC, Delfim ainda indica mais aperto fiscal para uma política monetária mais ‘frouxa’.

Essa comparação tem o fim deliberado de relativizar alguns dos badalados resultados de nossa política econômica e de mostrar que é preciso aprofundá-la sob o comando do ilustre ministro Palocci com o apoio do presidente Lula. É óbvio que a mudança mais importante é enfrentar com coragem e determinação a mudança do "mix" de política econômica, aumentando o peso atribuído à política fiscal para poder afrouxar a política monetária. (NETTO, Delfim. Independência pero no mucha. Folha de S. Paulo, São Paulo, 24/08/2005, Opinião, p. A2.)

O espaço na coluna do caderno Opinião da Folha de S. Paulo não permite grandes debates sobre o tema econômico. O colunista ao condensar conceitos e indicadores abre espaço para intelectuais e pesquisadores que apresentam preocupações acerca do tema de controle fiscal do governo:

ALGUNS economistas temem que um esforço fiscal maior, com corte de despesas sem aumento de impostos, em lugar de reduzir a relação dívida/PIB e de induzir uma redução imediata da taxa de juro real futura, possibilitando a criação de uma "curva de juro interna" (equivalente à nossa "curva de juro externa"), possa causar uma profunda recessão. Outros temem que a queda da relação dívida/ PIB, por mais importante que seja, não será suficiente para produzir uma queda da taxa de juro real. São objeções respeitáveis, feitas por profissionais competentes. (NETTO, Delfim. Ajuste fiscal, Folha de S. Paulo, São Paulo, 07/09/2005, Opinião, p. A2.)

Na sua agenda econômica não poderia faltar o tema sobre o controle da inflação, o mesmo que fora argumento para inúmeras políticas adotadas pelo governo anterior. Neste caso, para Delfim, o governo Lula cumpriu o que havia adotado como compromisso na “Carta ao Povo Brasileiro”. A política monetária do governo, no entanto, tem alguns mecanismos criticados nas entrelinhas pelo colunista, como a elevação da taxa de juros da Selic.³⁰

Com uma taxa de juro Selic de 15,8% ao ano, e considerando uma inflação de 7% neste ano, verifica-se que o rendimento das aplicações financeiras é, somente, de 230 pontos acima da inflação _contra um risco Brasil de 600 pontos. A solução não é, evidentemente, elevar os juros, mas, sim, diminuir a tributação. (NETTO, Delfim. Estimulando a fuga de capitais. Folha de S. Paulo, São Paulo, 09/06/2004, Opinião, p. A2.)

O sistema de controle de metas da inflação, para o colunista, engessa a criatividade de muitos que têm a tarefa de pensar alternativas para o seu controle, mantendo desenvolvimento e contas públicas solventes.

TEMOS insistido nesta coluna que nosso problema não é o sistema de metas inflacionárias. Quem viveu os últimos 25 anos de política econômica (no Brasil e no mundo) sabe que ele é o melhor sistema de coordenação das expectativas quando os agentes, à custa de experiências dolorosas, aprenderam a ‘olhar para a frente’. [...] O grande problema posto pelo sistema de metas é que é preciso ter uma clara idéia de qual é a taxa de juro real de equilíbrio (provavelmente variável e dependente do nível de produtividade), definida como aquela que mantém a economia crescendo próximo do seu "produto

³⁰ **Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic** : O Selic é o depositário central dos títulos emitidos pelo Tesouro Nacional e pelo Banco Central do Brasil e nessa condição processa, relativamente a esses títulos, a emissão, o resgate, o pagamento dos juros e a custódia. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?SPBSELIC> Acesso em: 29/08/09

potencial". Este é um conceito alusivo que os econométricos ingênuos e engenhosos pensam que sabem estimar com precisão. Aceitar tais estimativas pode, porém, impor uma redução permanente da taxa de crescimento da economia. É por isso que a política monetária é uma soma de 1/4 de 'boa teoria' e 3/4 de 'magnífica arte...' (NETTO, Delfim. Menos ciência, mais arte. Folha de S. Paulo, São Paulo, 09/02/2005, Opinião, p. A2)

Ao final de algumas abordagens sobre o controle da inflação, ironiza sobre o papel que joga o Banco Central. Para ele, as metas de inflação dos países em desenvolvimento foram nos últimos anos muito próximas uma das outras. A execução destas metas é que dependeram em cada país, com algum grau de peculiaridades próprias, da estabilidade política, a mesma que o colunista da a entender que o Brasil conquistou.

O Banco Central deve conformar-se com a sua irrelevância para reduzir monotonicamente a taxa de inflação nos momentos políticos normais. (NETTO, Delfim. Há anos a inflação é a mesma. Folha de S. Paulo, São Paulo, 13/10/2004, Opinião, p. A2)

Este constante questionamento em relação à política monetária, em especial ao papel que cumpre a taxa de juros aplicada pelo Banco Central, também foi uma das agendas que perpassaram constantemente o tema da economia pelo nosso colunista. Em alguns casos, fez comentários sobre o Copom³¹ divulgar suas atas de reuniões, cujos juízos para o colunista, atrapalhavam junto com os dados, a iniciativa dos setores produtivos.

No Brasil, ao contrário, o Banco Central quer elevar a taxa de juro real (de 10% ao ano, a maior do universo inteligente) e afirma "que não vai cortar a demanda"! O mais grave, e o que ele não revela, é que isso cortará também o investimento, reduzindo o crescimento do produto potencial, conservando a economia brasileira na mesma armadilha... [...] Não é possível aceitar que, para "salvar sua credibilidade", o Banco Central (que nunca atingiu rigorosamente a meta, o que aliás não tem importância) repita o seu papel de inibidor do "espírito de desenvolvimento", como já fez em dezembro, o que teve muita importância. O maior agente da deterioração das "expectativas inflacionárias" é exatamente a sucessão de atas "terroristas" do Copom. Que tal mantê-las secretas? (NETTO, Delfim. Olho neles... Folha de S. Paulo, São Paulo, 01/09/2004, Opinião, p. A2.)

³¹ Comitê de Política Monetária

Neste sentido não defende abertamente a autonomia do Banco Central antes que a economia brasileira consiga estabelecer parâmetros menos dependentes da política monetária, que, se tratando de política, não tem relação somente com a visão aritmética da economia. Entretanto, ao final do artigo, retoma os pilares da economia e defende “equilíbrio orçamentário” e “dívida pública moderada”.

ESTOU CONVENCIDO de que só poderemos pensar na autonomia do Banco Central quando tivermos estabelecido um novo "mix" das políticas fiscal e monetária, isto é, quando o peso do controle da inflação não ficar fortemente dependente da política monetária, exigindo taxas de juros reais que distorcem toda a economia nacional. [...] É por isso que vale mais à pena atender às metas quando elas são factíveis e o Banco Central é autônomo e goza de suficiente credibilidade para manter sob controle as expectativas dos agentes. Para isso, entretanto, é preciso que as finanças públicas estejam sob absoluto controle: 1º) equilíbrio orçamentário e 2º) dívida pública moderada. Sem isso não há Banco Central autônomo que resista... (NETTO, Delfim. Autonomia do Banco Central. Folha de S. Paulo, São Paulo, 16/03/2005, Opinião, p. A2.)

O colunista acredita que Lula é o grande fiador da política implementada pelo ministro Palocci. No entanto, vê que mesmo o presidente não consegue explicar o constante incômodo da opinião pública quanto às altas taxas administradas pelo Banco Central através da taxa *Selic* e insiste na implementação de uma mudança radical no “Mix” da política econômica.

Na sua forma coloquial e espontânea, o presidente Lula reafirmou a sua "crença" nas virtudes, a longo prazo, da orientação que tem sido imprimida pelo ilustre ministro Palocci. A sua defesa intransigente da política e a sua demonstração de confiança absoluta no ministro é o "garante" de sua continuidade. O segundo fato foi a irritação de toda a sociedade em relação à política de juros realizada pelo Banco Central _que nem o presidente é capaz de amenizar. [...] Quando isso for visível em 2006, insistirá o senhor presidente na perigosa teoria de que o "câmbio não tem importância"? É hora, portanto, de uma mudança radical no "mix" da política econômica. Vamos 1º) cortar as despesas, reduzir o grau das vinculações orçamentárias e eliminar o déficit nominal, 2º) reduzir rapidamente os juros, produzindo uma desvalorização do real, e 3º) eliminar os impostos sobre os investimentos e acelerar a criação de zonas especiais de exportação. (NETTO, Delfim. Aproveitar a hora. Folha de S. Paulo, São Paulo, 04/05/2005, Opinião, p. A2.)

Delfim não deixou de opinar sobre as reformas políticas, sendo que, a sua maioria tem impacto no desenvolvimento econômico, no custo da produção e no custo do Estado. No primeiro artigo que faz comentários sobre as reformas, já define que o Congresso e o Senado, apesar de legítimos, não têm atitudes “sensatas” quanto àquilo que incluem nos projetos de iniciativa do Executivo e que este encaminha projetos de reformas que também incluem, na visão do colunista, alguns defeitos graves. A reforma tributária foi um destes exemplos apresentados por Delfim:

O projeto de reforma tributária do governo tinha algumas virtudes e alguns graves defeitos. As primeiras foram relativizadas, e os segundos, agravados na Câmara pela ação (legítima, mas insensata) de Estados e municípios. Continuamos convencidos de que a imprudência do governo Lula de reabrir a discussão sobre a discriminação tributária, na esperança de que todos colocariam o seu "patriotismo acima dos interesses individuais", acabou produzindo uma reforma do ICMS inaceitável. Ele transforma em "direito adquirido" alguns subsídios que distorcem a geometria do espaço econômico, reduzindo a produtividade global da economia. Não se trata aqui de grandes projetos com imensas cadeias produtivas que, por si sós, alteram aquela geometria, equilibrando o desenvolvimento regional, como é o caso de uma refinaria, de uma siderúrgica ou da indústria automobilística. (NETTO, Delfim. Impostos: quem defende o povo? Folha de S. Paulo, São Paulo, 08/10/2003, Opinião, p. A2)

Apesar de todos os percalços, Delfim afirma que Lula está cumprindo com a agenda que FHC não foi capaz de desenvolver em seu governo e estamos falando dos primeiros quatro anos do governo Lula. Sobre o rumo das reformas, apresenta o juízo do FMI através do seu economista-chefe Raghuran Rajan, que elogia as reformas, mas vê com preocupação a dívida pública.

[...] o senhor Rajan revelou duas coisas importantes: 1º) que o Brasil fez as reformas necessárias e está no caminho de uma sólida recuperação e de um crescimento sustentável e 2º) que o Brasil continua terrivelmente endividado, sendo "boa parte [da dívida] em dólares e de curto prazo e que, mesmo com as medidas já tomadas para diminuir esse endividamento e para alongar os prazos, as suas vulnerabilidades continuam presentes. (NETTO, Delfim. O FMI e o Brasil. Folha de S. Paulo, São Paulo, 05/05/2004, Opinião, p. A2.)

Sem citar a reforma aprovada no primeiro ano do mandato, Delfim mantém a necessidade de uma reforma da previdência para o mandato seguinte. Para o colunista, a reforma da previdência é a “mãe de todas as reformas”, sendo que a partir dela é que devem germinar as demais.

Há, assim, alguma razão para uma certa inquietação do "mercado". A primeira tarefa, portanto, de quem for eleito em 2006 é apresentar um projeto da "mãe de todas as reformas" que necessitamos: a reforma da Previdência Social. E aprová-lo! (NETTO, Delfim. A mãe de todas as reformas. Folha de S. Paulo, São Paulo, 26/04/2006, Opinião, p. A2.)

O Ex-Ministro da Economia no regime militar critica a taxa de juros altos para controlar a pressão inflacionaria, mas defende o método de controlá-la através do mecanismo dos juros. Critica também a carga tributária aplicada no Brasil. Define a carga tributária como um dos elementos que inibem o desenvolvimento:

Não é preciso ser conhecedor das finanças públicas para entender que a economia não agüenta, sem graves danos para o seu crescimento, a entrega de 39% de tudo o que produz anualmente (34,9% de carga tributária mais 4% de déficit) ao governo. Trata-se, como todos sabem, do setor menos produtivo da nação e que não cessa de desperdiçar recursos. A culpa talvez deva ser dividida com o Congresso Nacional: 1) por sua leniência em relação aos aumentos de gastos; 2) por sua paciência com o Executivo, que teima em abrir novas frentes sem ter terminado as tarefas em execução e 3) por sua despreocupação com o anual e permanente aumento das despesas _que aceita naturalmente porque é "vegetativo"!

Nas últimas semanas, dois fatos parecem começar a mover a sociedade na direção correta. O ilustre ministro da Fazenda propôs a eliminação de todas as "vinculações", uma das fontes da acomodação dos gastos. Não se estuda, a cada ano, a relação custo/benefício dos projetos. O desperdício se repete pela "tradição", porque já está "acomodado" nas vinculações. Outro fato importante foi uma sugestão do preclaro presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Nelson Jobim. Sua Excelência, com a experiência de competente parlamentar, propôs a "desconstitucionalização" de parte do capítulo tributário, o que permitiria uma reforma tributária verdadeira. (NETTO, Delfim. As propostas Jobim-Palocci, Folha de S. Paulo, São Paulo, 21/07/2004, Opinião, p. A2.)

O colunista não deixou de tratar dos temas de crise pelos quais passou o governo Lula, mas tratou na linha de defesa do presidente e de questionamentos em relação ao Partido dos Trabalhadores.

Opinou em uma de suas colunas sobre a reunião que o presidente participara com a maior parte de sua bancada federal no Congresso realizada em 7 de outubro de 2005, ano da crise denominada de "mensalão" pela mídia. O próprio presidente, na versão do colunista, faria queixas aos deputados de seu partido pelos constantes questionamentos que teria sofrido em

relação à condução das políticas econômicas do então ministro Palocci. O colunista afirma que o partido do presidente perdeu a velha agressiva irresponsabilidade, como uma virtude.

Houve uma queixa generalizada do senhor presidente contra a oposição e a imprensa: contra a primeira, por atribuir-lhe fatos ocorridos no governo passado e, contra a segunda, por ignorar esses fatos. A queixa merecia ser encaminhada ao seu próprio partido. Na verdade, desde que "se sentiu governo", ele acomodou-se. O poder tolheu-lhe a velha e agressiva irresponsabilidade da "denúncia vazia", na qual sempre trafegou alegremente, mas não a substituiu por mais sabedoria e tolerância. (NETTO, Delfim. Faltou Aristóteles. Folha de S. Paulo, São Paulo, 12/10/2005, Opinião, p. A2.)

Continua o colunista, falando do tema que inspirara debates internos no PT e que as críticas à política econômica conduzidas pelo Ministro Antonio Palocci e pelo ministro Henrique Meirelles, que foram sustentadas pelo presidente Lula, não eram compatíveis com a história do partido. O colunista sustenta que as críticas não tinham nada de originalidade e utiliza linguagem irônica para se dirigir a estes deputados petistas sem citar os nomes e a fonte, visto que ele mesmo, como não sendo um deputado petista, não deve ter estado na referida reunião.

[...] deputados "sorteados para falar" fizeram com maior ou menor ênfase, ou elegância, críticas de "corpo presente" à política fiscal conduzida pelo ministro Palocci e à política monetária do ministro Henrique Meirelles, [...] Essencialmente, em que consistiram tais críticas? Primeiro, no ataque geral, amplo e irrestrito "às maiores taxas de juros reais do mundo" e, segundo, na "necessidade de reduzir-se o superávit primário para aumentar as despesas sociais". É preciso reconhecer que nenhuma das duas prima por qualquer originalidade. São feitas (independentemente uma da outra) quase todos os dias, por quase todos os brasileiros, em quase todas as "assembléias" em que vivemos _no metrô, no avião, no joguinho de palito, na mesa de biriba, na preparação do futebolzinho de sábado, no almoço, no jantar, no barbeiro, no "happy hour" da sexta-feira etc. Sem falar nos comentários dos jornais e da televisão..." (NETTO, Delfim. Faltou Aristóteles. Folha de S. Paulo, São Paulo, 12/10/2005, Opinião, p. A2.)

Sua posição quanto aos juros altos aplicados pela política monetária do Ministro Henrique Meireles é clara em quase todos seus artigos: acredita que o mecanismo de juros “‘limpo’ e sutil que substitui os velhos e ‘sujos’ controles de salários e de preços” (NETTO, Delfim. *Menos ciência, mais arte*, Folha de S. Paulo, São Paulo, 09/02/2005, Opinião, p. A2.) No entanto, como já

dito, ele próprio defende uma imediata redução da taxa média e afirma, como no início do mesmo artigo, que este é o desejo de toda a nação.

Do ponto de vista da política econômica, a situação é também delicada, com a concentração do 'fogo amigo' sobre o ministro Palocci. Há uma aparente indisposição do presidente Lula de arbitrar claramente entre as posições contraditórias que seu governo abriga. Isso aumenta a incerteza e retarda a exequibilidade do que toda a nação deseja: a redução, tão rápida quanto possível, da taxa de juro real de curto prazo. O problema é que isso não pode ser feito sem riscos importantes a não ser com um suporte maior da política fiscal. (NETTO, Delfim. Governo complicado. Folha de S. Paulo, São Paulo, 16/11/2005, Opinião, p. A2)

Outras ênfases na agenda econômica de Delfim Netto valem mencionar, em especial, a ação do Estado na economia, afastando-o dos paradigmas puramente neoliberais. O Estado deveria preocupar-se tão somente em ser árbitro das regras do jogo econômico e não parte dele. Veremos no trecho abaixo, o porquê de sua simpatia pelas ações do governo Lula logo no seu início.

Vê-se, desde logo, que o desenvolvimento só pode ser obra conjunta do setor privado e do governo. De um setor privado constituído por empresários ativos e imaginosos e capazes de descobrir as oportunidades de investimento. De trabalhadores diligentes, inteligentes, preparados (educação) e hígidos (saúde). De um governo apoiado em instituições que propiciam aos agentes econômicos a apropriação dos benefícios de sua atividade. O governo também precisa ser eficiente, o que significa o menor gasto de custeio possível e a maior taxa de investimento na infra-estrutura, no capital humano e na administração da justiça. (NETTO, Delfim. Estado de espírito. Folha de S. Paulo, São Paulo, 16/07/2003, Opinião, p. A2.)

Delfim defendeu em seus artigos opiniões em relação a outros temas, além das opiniões estritamente macro econômicas. Suas críticas ao governo de FHC foram apresentadas em algumas oportunidades, mas não se limitou a criticar somente o ex-presidente, como também, aquele que pretendia ser pelo PSDB, o próximo presidente da república, derrotado nas eleições de 2002 e eleito prefeito de São Paulo nas eleições de 2004 (José Serra) e Geraldo Alckmin³², que disputava as eleições com Lula naquele momento.

³² Governador pelo PSDB em São Paulo entre, 1998 e 2006.

No artigo a seguir, faz referência à violência do PCC entre os dias 13 e 14 de maio (que se seguiram por dias) instaurando o pânico e a completa ausência de segurança na capital paulista, creditando parte deste problema de segurança à péssima gestão de educação do PSDB no Estado.

NAS ÚLTIMAS duas semanas confirmaram-se os piores temores sobre o futuro dos cidadãos que vivem no Estado de São Paulo. Estão a nos indicar que sua paciência e tolerância estão se esgotando. Podemos estar chegando àquele ponto em que o sufrágio universal responde com radicalidade.

Foram três esses indicadores: 1º) a evidente incapacidade do Estado de controlar a violência, que se organizou sob a complacência dos governantes, como já acontecera nos anos 80 no Rio de Janeiro. Transacionaram, talvez inconscientemente, um pouco de tranqüilidade aparente por uma acomodação no tratamento dos criminosos. Não se trata dos direitos humanos que devem ser respeitados: trata-se de um certo desinteresse das autoridades que "detestam falar do assunto", o que tornou possível a formidável organização tática e estratégica do crime a que assistimos atônitos; 2º) o estado absolutamente deplorável a que chegou a educação fundamental pública em São Paulo (particularmente na periferia da capital), revelada nos números divulgados pela mais recente avaliação do Ministério de Educação: a juventude do estrato mais pobre da população foi abandonada, o que lhe tirou a possibilidade de progredir num mundo onde a capacidade de aprender é o diferencial do sucesso; e 3º) o levantamento do pavoroso nível de desemprego na região metropolitana de São Paulo por conta do pífio crescimento: na faixa etária de 15 a 17 anos (onde 43% dos indivíduos já estão inseridos na força de trabalho), de cada dez jovens, seis se encontram desempregados; e na faixa de 18 a 24 anos (onde 83% já estão inseridos na força de trabalho), de cada dez jovens, três se encontram sem trabalho. Esses não são fenômenos independentes entre si ou mesmo peculiares a São Paulo. Revelam, entretanto, uma gravidade maior justamente porque ocorrem no Estado mais rico da Federação. (NETTO, Delfim. Educação, crime e desemprego. (Folha de S. Paulo, São Paulo, 19/07/2006, Opinião, p. A2.)

O colunista também fala das eleições que ele mesmo disputa para manter-se na cadeira de deputado federal pelo PMDB. Neste artigo, apresenta a opinião de que não foi o PT que elegeu Lula no primeiro governo, mas o contrário, Lula fora quem elegeu o partido para participar do governo.

Lula cumpriu boa parte das promessas da "Carta aos Brasileiros", que foi o programa com o qual se elegeu: 1) combate à pobreza e 2) política econômica sensata.

O PT nunca entendeu (e Lula demorou a entender) que não foi o partido que elegeu o presidente, mas que foi ele, Lula, que elegeu o partido! (NETTO,

Delfim. Previsões eleitorais. Folha de S. Paulo, São Paulo, 23/08/2006, Opinião, p. A2.)

A primeira questão a dar relevo, é a agenda do colunista, que na amostra e no período estudado foi estritamente econômica e se revelou com raras exceções vinculada a uma concepção desenvolvimentista com ação do Estado. Os temas mais relevantes dentro da agenda se manifestaram nas áreas monetária (política de juros) e fiscal, além da dívida pública. O colunista articulou com estas políticas, monetária e fiscal, os temas das reformas e as crises políticas que envolveram o governo e o Congresso.

Podemos dizer que Delfim Netto se utiliza dos enquadramentos: (a) Interpretativos: quando interpreta ações tanto do Ministério quanto do Banco Central; (b) faz interpretações Indiretas, quando o colunista se utiliza das posições de outras pessoas para validar suas posições sobre os temas da economia brasileira e; (c) enquadramento avaliativo, pois o colunista em várias passagens demonstrou intencionalidade nos juízos que formulou sobre o governo, sobre o presidente Lula e sobre outros fatos e personagens que utilizou.

Causou estranheza o fato de Delfim Netto ter publicado suas colunas durante o período eleitoral de 2006, como é possível aferir nos trechos utilizados por este trabalho. Não sou conhecedor da legislação eleitoral, mas não estaria ele se beneficiando como candidato, de uma exposição através de suas opiniões publicadas no jornal Folha de S. Paulo? Caso não tenha sido ilegal, do ponto de vista da legislação, a empresa jornalística Folha de S. Paulo, por se definir isenta dos processos de disputa política, não deveria por iniciativa própria substituí-lo no período da disputa eleitoral?

Fato é que Delfim Netto, foi candidato a deputado federal pelo PMDB, recebeu 38.085 votos, mas não conseguiu garantir uma cadeira no Congresso Nacional. Como já mencionado no início da análise sobre seus artigos, alguns debitam a não eleição ao fato de ter demonstrado simpatia pelo exercício de governo do presidente Lula, por sua política econômica e habilidade política.

Apesar de falar muito de política macroeconômica que envolve diretamente as opções do governo federal, a metade da amostra é de conteúdo neutro. Nestes casos, o colunista se mantém no debate

sobre a macroeconomia desejável para o desenvolvimento econômico do Brasil. Nos demais casos manifestam-se positivamente ao governo em dez oportunidades e negativamente em sete. No entanto, podemos sugerir que, sendo a valência neutra atribuída à temas que se referem ao governo, se o colunista tivesse contrariedade que fosse potencialmente negativa às escolhas do governo, poderia ter sido incisivo. Não foi o que ocorreu.

As valências das considerações de artigos com neutralidade foram, a meu ver, numa análise substantiva, de conteúdo, mais favoráveis ao governo ou sugestivas à ação positiva do governo. Sendo assim, a soma do positivo e neutro demonstra que a *validação* do governo em positivo poderia ficar na casa dos 73% da amostra estudada, sendo esta afirmação somente uma referência.

Tabela V: Distribuição da amostra de artigos assinados por Delfim Netto no Caderno Opinião da Folha de S. Paulo, entre 2003 e 2006, sobre o governo Lula segundo as categorias de valência: positivo, negativo e neutro.

Validação	Quant/Art	%
Negativo	7	16,67
Positivo	10	23,80
Neutro	21	50,0
Outros	4	9,53
Total	42	100

5.4 A agenda de Antonio Erminio de Moraes, seu enquadramento e valência.

O diálogo de maneira recursiva é identificado na ação entre interlocutores, entre autor e leitor, [...] entre diferentes sujeitos sociais que em espaços e tempos diversos, tomam a palavra ou tem a palavra representada, resignificada (MARCHEZAN, 2006, p. 128)

O jornal Folha de S. Paulo dos domingos é uma edição nobre. É vendido nas bancas com vários cadernos, nos quais há espaços reservados a opiniões, além de ter encartada a Revista da Folha. É nesta edição que Antonio Erminio de Moraes escreve todas as semanas no período pesquisado.

A agenda deste colunista semanal está voltada para os temas da área do desenvolvimento e como poderemos observar, de um desenvolvimento produtivo. Suas preocupações estão voltadas para a infra-estrutura como: estradas, energia, consumo e recursos naturais, em especial, a água.

Sobre as políticas sociais, o que mais tem destaque em sua agenda é o tema da educação, em boa medida, por estar vinculada a uma expectativa de desenvolvimento econômico que necessita de mão de obra qualificada. Trata da fome e da distribuição de riqueza, mas não faz qualquer menção às políticas sociais do governo Lula, em especial às políticas do Bolsa Família³³.

Em alguns artigos, tece elogios às políticas do governo do Estado de São Paulo, citando as políticas de educação e fiscal, em comparação com as políticas adotadas pelo governo federal. Cita, como veremos, o presidente Lula nominalmente em um único artigo da amostra pesquisada.

Dos quarenta e oito artigos analisados deste colunista, em sete deles fez narrativas de experiências pessoais, seja na área dos esportes ou em viagens, ou ainda, conversas com amigos sobre temas de épocas distantes, considerados na amostra de valências como “outros”.

Uma das principais agendas do colunista se refere à energia no sentido da importância que ela tem para o desenvolvimento econômico e social. Em seus artigos, menciona as principais fontes de energias do planeta: os resíduos fósseis (como carvão e petróleo) além da água, neste caso, com o privilégio do Brasil ter a maior bacia hidrográfica do mundo.

Sobre o petróleo, o colunista comenta não só a expansão de seu consumo na ampliação do crescimento mundial, como os motivos pelos quais algumas guerras têm início, em especial, a da

³³ O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de R\$ 70 a R\$ 140) e extrema pobreza (com renda mensal por pessoa de até R\$ 70), de acordo com a Lei 10.836, de 09 de janeiro de 2004 e o Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004. (fonte: http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia/o-que-e)

atualidade do período estudado que foi (ainda é) a guerra no Iraque, com a presença militar dos Estados Unidos da América.

Para o colunista, as guerras implementadas pelos Estados Unidos, que têm como consequência a imposição e o controle das reservas de petróleo no oriente médio, não se justificam. Ele demonstra, por exemplo, que as reservas de carvão deste país poderiam garantir o atual consumo de energia.

Na base do consumo atual, os americanos poderiam extrair energia do carvão por 1.500 anos! Se triplicarem o consumo, ainda assim, as reservas vão durar 500 anos.

No que tange à eletricidade, os Estados Unidos geram cerca de 50% de seu consumo a partir do carvão. Poderiam aumentar mais, pois na Polônia isso chega a 96%; na África do Sul, a 88%; na China, a 78%; e, na Austrália, a 77%. A eletricidade gerada a partir do carvão poderia ser combinada com outros combustíveis para propelir os automóveis e utilitários de pequeno porte, o que reduziria enormemente a dependência do petróleo.

[...] por mais que o petróleo seja um componente premente para buscar o controle do Iraque e demais países árabes, os Estados Unidos têm tudo para enfrentar a questão energética com alternativas de paz, baseadas no uso da razão humana empregada na exploração científica e desenvolvimento tecnológico, e não na construção e operação de equipamentos de guerra que, além do exibicionismo televisivo, não trarão benefício algum, lembrando-se, ao contrário, que serão responsáveis pelo grande déficit no orçamento americano e colossal desassossego no resto do mundo. (MORAES, Antonio E. Carvão: eventual substituto do petróleo. Folha de S. Paulo, São Paulo, 09/02/2003, Opinião, p.A2)

O tema da guerra no Iraque, para o autor, espelha menos prisma da política, que apresentaria uma chave de regime imperialista sobre os demais países, anexando seus recursos naturais às demandas de consumo do padrão de vida americano, e mais no prisma de necessidades de bens de capital como a energia, imprimindo em sua agenda, as questões relativas ao pensamento empreendedor do desenvolvimento.

O QUE ESTÁ por trás da guerra prometida para começar nas próximas semanas? [...] é a situação desesperadora da maior economia do mundo diante de um grave colapso que pode ocorrer, em poucos anos, por falta de energia, em especial de petróleo.

Os Estados Unidos estão numa encruzilhada. Entre 1970-1990, o consumo de petróleo aumentou 13%, e a produção doméstica diminuiu 30%. O país não tem petróleo suficiente para sobreviver nos padrões atuais. Seus poços são raquíticos quando comparados aos do Oriente. [...]

Os Estados Unidos sozinhos utilizam 32% da energia mundial, na maioria combustíveis fósseis, que, por sua vez, respondem por 85% da energia do planeta, recebendo para tal US\$ 120 bilhões de subsídio todos os anos. (MORAES, Antonio E. Oxalá seja um pesadelo! Folha de S. Paulo, São Paulo, 16/03/2003, Opinião, p. A2.)

No período em que escreve sobre a guerra no Iraque e a dependência do petróleo por parte dos Estados Unidos da América, já durante o combate no árido deserto do Oriente Médio, vem a notícia pouco comentada para além do registro nos meios de comunicação, do “power outage” (apagão) no sistema de energia ocorrido no dia 11 de agosto de 2003, que atingiu as cidades de Nova Iorque, Cleveland, Ohio, Detroit, Michigan, Erie, Pensilvânia, Toronto, Ottawa e Ontário, deixando mais de cinquenta milhões de americanos sem luz elétrica³⁴.

Escrevi várias vezes nesta coluna sobre os propulsores que me pareciam mais prováveis da Guerra do Iraque. A questão energética sempre esteve na frente. O mundo enfrenta uma séria crise nesse campo, sendo que os Estados Unidos, em particular, entram na faixa crítica. Infelizmente, o que previ naqueles artigos acabou acontecendo antes do esperado. O "megapagão" do último fim de semana é um pequeno sinal da gravidade da crise energética americana. Nos diagnósticos sobre o determinante do problema, não faltam especulações políticas e exploração eleitoral.

Penso, porém, que a causa é mais simples. O país apagou porque faltou energia, só isso. O blecaute decorreu da queda do sistema, em razão de sobrecarga. Os EUA têm apenas 5% da população mundial e consomem um terço da energia do planeta! Suas reservas de petróleo (2% do total mundial) caem dia a dia, enquanto o consumo aumenta. A situação é crítica. (MORAES, Antonio E. A energia e o equilíbrio mundial. Folha de S. Paulo, 24/08/2003, Opinião, p. A2.)

O colunista termina seu artigo fazendo previsões sobre o que reserva à história futura, que parece estar marcada por conflitos que tenham como objetivo a garantia de energia para o desenvolvimento do capitalismo.

³⁴ Disponível em: <http://www.cnn.com/2003/US/08/14/power.outage/> Acesso em: 29/08/09

A história do mundo parece marcada. A escassez de energia será o combustível dos próximos conflitos e da escalada do terrorismo contra os que trabalham pela paz, como o nosso querido embaixador Vieira de Mello. Ele foi vítima da guerra energética, como milhões de outras. O encontro de fontes alternativas de energia é, literalmente, uma questão da mais alta importância e de enorme dificuldade. (MORAES, Antonio E. A energia e o equilíbrio mundial. Folha de S. Paulo, São Paulo, 24/08/2003, Opinião, p. A2.)

Sua agenda apresentada nos temas de energia, tomando o petróleo como tema relevante, encontra um dado significativo para a sociedade brasileira, mesmo sem se quer citar o governo Lula. Trata-se da propalada auto-suficiência do Brasil em petróleo, por conta das reservas descobertas pela Petrobras no ano de 2006, denominadas de “pré-sal” .

A CHEGADA do Brasil à auto-suficiência em petróleo merece uma comemoração. Estamos produzindo 1,9 milhão de barris/dia para um consumo de 1,8 milhão de barris/dia. É verdade que contamos com 300 mil barris de álcool por dia. Ainda assim, neste momento em que o barril de petróleo ultrapassou a casa dos U\$ 70, é alentador saber que produzimos mais do que consumimos.

Trata-se de uma conquista que vem sendo trabalhada há várias décadas. Monteiro Lobato, nos anos 30, defendeu com fervor a existência de petróleo no Brasil. Sofreu por isso. Foi contestado por toda a parte. Em 1939, surgiu a primeira descoberta, em Lobato (Bahia), e, em 1941, em Candeias (Bahia). “Mesmo assim, poucos acreditavam na potencialidade do nosso país”. (MORAES, Antonio E. Brasil: uma conquista importante. Folha de S. Paulo, São Paulo, 23/04/2006, Opinião, p. A2.)

Ainda na agenda sobre energia, o segundo tema de relevo exposto pelo colunista na amostra estudada, volta-se à questão do consumo de água no planeta, tanto para uso humano e para a produção de alimentos na agricultura e pecuária, quanto para a indústria. Parte da solução apresentada pelo colunista está na chamada educação.

É urgente intensificar nos currículos escolares e nos programas de televisão informações que levem os gastadores a controlar os maus hábitos. Cerca de 77% do planeta Terra é recoberto por água. Mas apenas 0,3% dessa cobertura pode ser aproveitada pelo homem. Portanto a referida abundância é enganosa.[...] Hoje, já existem cerca de 300 mil poços profundos em plena operação, abastecendo indústrias, hospitais, condomínios, hotéis etc. A cada ano, são perfurados 10 mil adicionais. O ritmo é frenético. Segundo a Cetesb, 72% dos municípios de São Paulo são parcialmente abastecidos por essas

águas. (MORAES, Antonio E. Educação e o uso inteligente da água. Folha de S. Paulo, São Paulo, 12/10/2003, Opinião, p. A2)

O colunista reconhece em sua agenda o papel que tem o desenvolvimento econômico para o consumo de água no planeta. O crescimento populacional também é citado, mas dá a dimensão exata deste impacto, menos pelo uso humano no ato de beber água e mais no ato de consumo de alimentos que, produzidos em larga escala, se utilizam deste importante elemento vital para a vida no planeta. Em suas colunas faz o registro dos dados relativos ao problema, sem apresentar o que se poderia chamar na atualidade de um “desenvolvimento sustentável” ou eventuais saídas para o dilema

De onde vem a explosão da demanda por água? Em primeiro lugar, do próprio crescimento populacional. [...] Além do crescimento da população, a urbanização e a industrialização pressionam pela água. O próprio aumento da renda per capita leva as pessoas a consumirem mais carne, ovos e laticínios, que, por sua vez, dependem muito de grãos e, portanto, de água. Cada vez que se dobra o consumo de grãos, dobra-se o consumo de água. Os países que não têm água não têm grãos, e são obrigados a importá-los. Essa é a maneira que encontraram para comprar água. China, Índia, Paquistão, Egito, México e outros países que têm populações gigantescas serão grandes compradores de água por muitas décadas. (MORAES, Antonio E. Água, o mundo e o Brasil, Folha de S. Paulo, São Paulo, 04/01/2004, Opinião, p. A2.)

Se os dados sobre os recursos hídricos não são animadores em nível mundial, o Brasil, na visão do colunista, é um país “abençoado”. Em sua coluna, apresenta os dados e as preocupações com aquilo que temos muito, em comparação com outros países, mas pouco, se continuar o mau uso. Em sua agenda, já havia proposta o tema da educação para lidar com as gerações futuras, mas os dados para a geração presente, na visão do colunista, são alarmantes.

O Brasil é um país abençoado por possuir cerca de 20% da água do mundo. Isso é um privilégio quando se considera que só 3% da água do planeta é aproveitável e que mesmo esses 3% não são imediatamente utilizáveis, porque uma grande parte está nas geleiras longínquas e em aquíferos profundos. (MORAES, Antonio E. Usar água sim; desperdiçar nunca. Folha de S. Paulo, São Paulo, 12/02/2006, Opinião, p. A2.)

Alerta sobre o consumo, tendo como exemplo, a cidade de São Paulo e as cidades que a ela circundam formando a região metropolitana onde o consumo de água por habitante é bem superior ao recomendado pela ONU.

[...] o consumo por pessoa em São Paulo é de 200 litros por dia, bem superior aos 120 litros recomendados pela ONU.

Em 2005, o consumo de água na região da Grande São Paulo aumentou 4% em relação a 2004. Só em dezembro, foram consumidos 128 milhões de metros cúbicos de água _o maior consumo desde 1997. (MORAES, Antonio E. Usar água sim; desperdiçar nunca. Folha de S. Paulo, São Paulo, 12/02/2006, Opinião, p. A2.)

Para o colunista, a energia oriunda dos recursos hídricos é a grande solução para o desenvolvimento da matriz energética do Brasil. Faz críticas aos ambientalistas e apresenta argumentos sobre os impactos no meio ambiente, na sua opinião, sustentado por estudos científicos, sem apresentar os deslocamentos humanos que estes projetos acabam por fazer, uma vez que cidades inteiras acabam submersas sem a devida reparação.

Temos quase 20% da água do mundo. É uma quantidade colossal. Ademais, a geração de energia por meio de hidroelétricas tem externalidades preciosíssimas. Nos reservatórios, podem-se criar peixes em grande profusão. Depois de passada pelas turbinas, a água pode ser utilizada para irrigar grandes áreas de produção agrícola. Em todo o processo, essa água produz energia sem poluir e sem causar danos ao ambiente. Ao contrário, a fauna e a flora das regiões das usinas podem ser reconstruídas e melhoradas depois de eventuais desequilíbrios momentâneos causados pela construção do projeto.

O que não se justifica é a generalização improcedente alegada por certos "experts" do meio ambiente segundo a qual a exploração do nosso potencial hidroenergético é sinônimo de devastação da natureza". (MORAES, Antonio E. Por que a morosidade no desenvolvimento da energia hídrica? Folha de S. Paulo, São Paulo, 07/05/2006, Opinião, p. A2.)

Por fim, na mesma visão futurista sobre os recursos vinculados à energia, quando fala de petróleo, apresenta sua preocupação quanto ao futuro do Brasil no desenvolvimento global do capitalismo, caso o ritmo por necessidade de recursos naturais ao desenvolvimento humano e econômico se mantenha na escala atual.

A demanda exagerada por recursos inexistentes sempre provocou conflitos entre os povos. A história pode se repetir. Gigantes como a China e a Índia, por exemplo, e, em menor escala, o Paquistão e a Indonésia poderão ser levados a pressionar os países de recursos abundantes.

Isso significa dizer que nem mesmo um bom estoque de recursos pode garantir a paz no mundo do futuro. Oxalá as previsões dos demógrafos possam ser temperadas com algo diferente para que se evitem as catástrofes em que se transformaram as guerras do passado. (MORAES, Antonio E. O planeta e o grande desafio futuro. Folha de S. Paulo, São Paulo, 20/03/2005, Opinião, p. A2.)

A agenda energética fora apresentada pelo colunista em seus artigos semanais como tendo forte conteúdo da macroeconomia mundial. Já agenda econômica nacional, também é tratada em seus artigos dominicais, com preocupação no desenvolvimento das forças produtivas, em especial, no campo, apesar de ser um empresário do ramo siderúrgico e da construção civil.

O LEITOR que acompanha esta coluna é testemunha da importância que dou à agricultura. A abundância de terras cultiváveis, de água, de sol, de engenhosidade e de vontade de trabalhar dá ao nosso país uma vantagem comparativa que é invejada pela maior parte das nações do mundo. Ademais, o Brasil já dispõe de uma pesquisa agropecuária de alta qualidade e que é responsável pelos altos níveis de produtividade da maioria dos produtos. [...] Para atender a demanda mundial por alimentos, o Brasil tem ainda um enorme campo para fazer crescer a sua produção agrícola. A mesma oportunidade aparece para o fornecimento de fibras e de álcool. (MORAES, Antonio E. A promissora agrofloricultura brasileira. Folha de S. Paulo, São Paulo, 11/09/2005, Opinião, p. A2.)

Questiona o papel que vem tendo o Estado no controle fiscal, no peso da carga tributária e na ausência de investimento em infra-estrutura. O autor considera a parte mais deficiente da infra-estrutura brasileira, a escolha do modelo rodoviário como a principal forma de transporte de mercadorias no Brasil. No entanto, uma vez que este é o modelo, considera que não está havendo investimentos para a ampliação e melhoria da forma como se transportam mercadorias, em especial o escoamento da produção agrícola.

A nossa caminhada é longa. E será penosa. Afinal, ficamos patinando nas últimas três décadas e, com isso, recuando no ranking mundial. [...]

Felizmente, a lavoura continua sendo a salvação nacional. Só entre 2002 e 2003, o PIB da agropecuária avançou 20%. A participação relativa da indústria e dos serviços caiu 1% e 2%, respectivamente, e a demanda das famílias despencou 3,3%! Não fosse a agropecuária, estaríamos pior. (MORAES, Antonio E, Brasil: um PIB vergonhoso. Folha de S. Paulo, São Paulo, 13/06/2004, Opinião, p. A2.)

Em sua coluna, deu voz aos ruralistas através dos questionamentos do presidente da Sociedade Rural Brasileira, João Sampaio, que protestou contra o corte orçamentário do governo na pasta da agricultura:

O presidente da Sociedade Rural Brasileira, João Sampaio Filho, protestou ao ver que, em 2005, o Ministério da Agricultura foi obrigado a reduzir de R\$ 135 milhões para R\$ 37 milhões os recursos para defesa sanitária. Corte gravíssimo, pois, já em 2004, o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, havia eleito para 2005 a erradicação da febre aftosa como prioridade número um da sua pasta, o que dependeria de recursos e da realização de concurso para técnicos em inspeção sanitária, o que não ocorreu. (MORAES, Antonio E. Irresponsabilidade: o drama da febre aftosa. Folha de S. Paulo, São Paulo, 16/10/2005, Opinião, p. A2.)

Acaba por fazer a defesa dos transgênicos e pedir ao governo que abra espaço para a legitimação dos procedimentos deste tipo de cultivo no Brasil, o que o governo federal acabou por fazer no segundo governo, no ano de 2008, liberando milho³⁵ transgênico para o cultivo em terras brasileiras.

Todos sabem que, por trás desse debate pseudocientífico, há uma aguerrida batalha comercial. Sim, porque os alimentos transgênicos demandam uma quantidade infinitamente pequena de produtos químicos _o que também é bom para a saúde, mas ferem os negócios dos que vivem da produção e da comercialização desses insumos. No caso do trigo, variedades transgênicas são resistentes às principais doenças, exigem poucos produtos químicos e atingem a produtividade de 5.000 quilos por hectare quando a média é de menos de 4.000 quilos por hectare. Tudo isso é muito promissor para os seres humanos e para a economia. [...]O governo brasileiro tem de assumir uma posição mais firme, pois, afinal, somos um dos maiores produtores agrícolas, e a agricultura está sendo o carro-chefe do nosso anêmico crescimento econômico. (MORAES, Antonio E. Transgênicos e a Brilhante Sentença. Folha de S. Paulo, São Paulo, Domingo, 07/09/2003, Opinião, p. A2.)

³⁵ Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/v01/agencia/nacional/governo-libera-milho-transgenico-da-monsanto-e-da-bayer>> Acesso em: 29/08/09.

O papel que joga a economia brasileira na economia global ainda é visto por muitos países, em especial os do norte e europeus, como sendo o celeiro do mundo. Fortemente posicionado no *ranking* da econômica global na monocultura de grãos, o Brasil tem posição garantida em algumas *commodities*³⁶. A evidência desta afirmação está no comentário feito pelo ex-secretário de segurança dos EUA Colin L. Powell, reproduzido em um dos artigos de Antonio Erminio, que logo afirma as perdas no que se refere ao manuseio, a colheita do que é produzido:

O ex-secretário de Estado Colin L. Powell descreveu o Brasil como uma nova superpotência agrícola. O ministro Roberto Rodrigues, que observa atentamente a revolução silenciosa que se passa no campo está seguro de que, em matéria de produção e de produtividade, o Brasil já é imbatível. Apesar dos percalços ocasionais, como a seca que se abateu sobre o Sul do país neste ano, o Brasil está condenado a ser um dos maiores celeiros do mundo. O que está difícil de superar é a lamentável condição da nossa infra-estrutura, em especial a das rodovias e a das ferrovias brasileiras. [...] O IBGE procurou estimar os desperdícios que ocorrem antes e depois da colheita. O resultado foi desolador. Só em grãos, o Brasil perde cerca de 13% do que é produzido. A maior parte desse desperdício decorre do derramamento durante o transporte. Apenas aí "evaporam-se" cerca de 10 milhões de toneladas, o que custa ao país R\$ 2,7 bilhões! É incrível que um país que tem tantos recursos naturais e que dispõe de centros de pesquisa de invejável qualidade _além de produtores aguerridos, que não têm medo do trabalho_ amargue um prejuízo de tamanha magnitude. (MORAES, Antonio E. Brasil, futuro celeiro do mundo! Folha de S. Paulo, São Paulo, 03/04/2005, Opinião, p. A2.)

Para o colunista, uma das saídas para o transporte de mercadorias num país de tamanho continental como o Brasil é recolocar o tema da necessidade de se mesclar os modelos de escoamento da produção e expandir a malha ferroviária, uma vez que ela encolheu nos últimos anos ao invés de ter aumentado. O colunista compara esta necessidade ao uso que se faz em outros países de dimensões menores como o Japão

Escrevi nesta coluna uma série de artigos [...] enaltecendo a necessidade de levar a sério os investimentos em infra-estrutura. Mais grave, escrevi também, em 1994, a respeito da lamentável situação do transporte ferroviário ao registrar que o Brasil possuía, naquele ano, apenas 30 mil quilômetros de

³⁶ Termo em inglês que significa mercadoria é utilizado nas transações de produtos de origem primária nas bolsas de valores

ferrovias, enquanto o minúsculo Japão tinha 43 mil quilômetros, a França (do tamanho de Minas Gerais) tinha 35 mil quilômetros, a China, quase 60 mil quilômetros, a Índia, 62 mil, e os países da ex-União Soviética tinham 150 mil quilômetros de ferrovias. [...] Ressaltei o absurdo de um país continental como o Brasil ter a metade da rede ferroviária da Índia. Passados dez anos, a Agência Nacional de Transportes Terrestres diz que esse número desceu para 29 mil quilômetros, e uma reportagem do jornal "O Estado de S. Paulo" (10/2) registrou apenas 28 mil quilômetros. (MORAES, Antonio E. A esquecida malha ferroviária brasileira. Folha de S. Paulo, São Paulo, 13/02/2005, Opinião, p. A2.)

Na agenda de infra-estrutura do período analisado, o colunista afirma com todas as letras que o governo não investe de forma adequada na malha rodoviária, apesar dos tributos que cobra para fazer exatamente os investimentos necessários neste setor, como a *CIDE*³⁷ (cobrada na compra dos combustíveis pelos consumidores) e apresenta os dados relativos à arrecadação no primeiro ano de governo além das estimativas para o segundo ano.

No ano passado (2003), o Tesouro Nacional arrecadou com a Cide R\$ 7,5 bilhões. Desse total, o Ministério dos Transportes utilizou apenas R\$ 871 milhões _nem tudo para a manutenção de rodovias. Em 2004, espera-se uma arrecadação de R\$ 8,3 bilhões e investimentos de apenas R\$ 1,8 bilhão. Isso é ridículo quando se sabe que, no ano 2000, foram investidos R\$ 6 bilhões na malha viária do país _e ainda foi pouco. O Brasil não pode continuar desse jeito. Certa ou errada, fizemos a opção pelo transporte rodoviário, que hoje responde pelo escoamento de 80% da produção agrícola. (MORAES, Antonio E. Facilidade no cobrar e irresponsabilidade no executar. Folha de S. Paulo, São Paulo, 21/11/2004, Opinião, p. A2.)

No mesmo artigo, o colunista revela pesquisas realizadas pela Confederação Nacional do Transportes onde indica a situação das estradas federais no Brasil. Sem dar nenhuma linha sobre os governos anteriores, cobra do primeiro governo Lula, que corresponda à execução dos investimentos, com a mesma “rapidez” com que cria impostos, ficando a idéia de ter sido o governo Lula que criou a *CIDE*, que, na verdade, foi criada no ano de 2001, pelo governo Fernando Henrique Cardoso.

³⁷ Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico – CIDE Combustíveis - Lei 10.336/2001

No que tange às estradas, a pesquisa rodoviária realizada pela Confederação Nacional do Transporte para 2004 mostrou um quadro apavorante. Dos 64.548 km de rodovias federais, 53.568 km estão com sérias deficiências para o uso de caminhões, ônibus e automóveis. Sim, é isso mesmo: 83% das estradas têm sérias deficiências na pavimentação, geometria ou sinalização. Para a maioria dos casos, a pesquisa classificou a pavimentação como "deficiente", "ruim" ou "péssima" (Pesquisa Rodoviária, "Revista CNT", novembro de 2004). A comparação com 2003 mostrou um agravamento. É bom lembrar que a pesquisa foi realizada no mês de julho deste ano. Hoje, com a chegada das chuvas no Centro-Oeste, Sudeste e Sul do país, a situação tornou-se calamitosa. [...]O governo tem sido muito rápido para criar impostos, mas lento para cumprir suas responsabilidades. A falta de gerenciamento é um dos mais graves problemas do país. É preciso reverter o colapso da nossa infraestrutura com a mesma rapidez com que o governo cria e cobra impostos. (MORAES, Antonio E. Facilidade no cobrar e irresponsabilidade no executar. Folha de S. Paulo, São Paulo, 21/11/2004, Opinião, p. A2.)

O tema do crescimento econômico é outro o qual o colunista dá relevo com incidência. Apresenta o PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro³⁸ em comparação com o PIB mundial, uma vez que este cresceu no período analisado mais do que o brasileiro.

É um absurdo que, com tanta riqueza espalhada em um grande continente, o Brasil gere menos de 1% do PIB mundial e, em termos de renda per capita, fique atrás de países como o Líbano, o Panamá, a República Dominicana e Barbados! [...] Se formos nos comparar com os países ricos, então as diferenças são brutais. Enquanto um brasileiro tem uma renda per capita de US\$ 2.789, um americano tem de US\$ 37.312. (MORAES, Antonio E. Brasil: um PIB vergonhoso. Folha de S. Paulo, São Paulo, 13/06/2004, Opinião, p. A2.)

Um dos argumentos do colunista para explicar o pequeno crescimento do PIB brasileiro é o fato dos juros serem altos e inibirem os investimentos na produção. O colunista afirma que o governo é mais ágil em criar impostos do que em investir ou em tomar posições em favor do que considera desenvolvimento produtivo.

Daqui para a frente, o sucesso na caminhada vai depender de medidas corajosas. Não é possível continuarmos com juros estratosféricos e impostos

³⁸Representa a soma em valores monetários de todos os bens e serviços finais produzidos no Brasil durante um período determinado (mês, trimestre, ano, etc).

intoleráveis. [...] Não seria melhor fazer um esforço para baixar os juros e os impostos em troca da incorporação de mais pagadores? Essa é a proposta que todos fazem, mas que até hoje nenhum governo se dispôs a realizar. Para eles, no final do ano, foi sempre mais fácil aumentar os impostos e elevar os juros. Precisamos reverter essa tendência. (MORAES, Antonio E. Brasil: um PIB vergonhoso. Folha de S. Paulo, São Paulo, 13/06/2004, Opinião, p. A2.)

Antonio Erminio faz críticas aos juros altos e aquilo que chama de “crescimento vergonhoso”, quando comparado ao crescimento no mesmo período de países que não têm a grandeza nem os recursos naturais que dispõe o Brasil. O comportamento potencializado pelos juros altos revela o tipo de investimento que vem para o Brasil: emprestar dinheiro ao governo.

Ao lado de um PIB que encolhe, continua a avalanche de dólares que aqui chegam seduzidos pelas mais altas taxas de juros reais do mundo. Entretanto, poucos se dispõem a investir em produção e a gerar os empregos de que nossa juventude precisa. [...] Investir na produção depende de fé na nação. Essa é a grande diferença entre os que produzem e os que especulam. Os primeiros acreditam no povo e constroem empresas para o longo prazo. Os segundos, mudam de posição em função das curvas dos monitores que exibem os lucros do dinheiro emprestado ao governo. A inversão desse quadro só vai acontecer quando a economia emitir sinais corretos para que os produtores venham a se sentir mais atraídos do que os especuladores. Não é com taxa de juros real de 12% e carga tributária de 37% que se vai conseguir isso. (MORAES, Antonio E. Crescimento vergonhoso. Folha de S. Paulo, São Paulo, 04/12/2005, Opinião, p. A2.)

Para o colunista as perspectivas de crescimento econômico para o Brasil estão cada vez mais desanimadoras com a carga tributária e os juros elevados. Antonio Erminio compara o Brasil com países em desenvolvimento.

[...] permanente ameaça de inflação levou as autoridades a impor juros inviáveis e o excesso de gastos correntes fez o governo aumentar ainda mais os impostos.

Resultado: crescemos menos do que precisávamos e ficamos atrás de várias nações grandes que souberam tirar vantagem da economia internacional. Em 2005, nosso crescimento ficou em torno de 2,5%; a Rússia cresceu mais de 6%; a Índia, 7%; e a China repetiu seu costumeiro 9,5%. (MORAES, Antonio E. Perspectivas para 2006. Folha de S. Paulo, São Paulo, 01/01/2006, Opinião, p. A2.)

Outro aspecto que para Antonio Erminio de Moraes entrava o processo de investimento no Brasil se refere as leis trabalhistas e as relações sociais de trabalho. Defende que se reduzam os procedimentos para que seja possível gerar novos postos de trabalho no Brasil em dois aspectos: na burocracia para se abrir uma empresa e na flexibilização de leis trabalhistas.

É claro que os empregos dependem de investimentos e de crescimento econômico, mas as leis trabalhistas facilitam ou dificultam a criação deles. No caso do Brasil, dificultam _e muito!_, razão pela qual temos 13% de desempregados e 60% dos brasileiros na informalidade. [...] No que tange à abertura de novas empresas, a burocracia brasileira requer o cumprimento rigoroso de 15 procedimentos burocráticos, que demoram, em média, 152 dias. Na Austrália, são dois procedimentos, realizáveis em apenas dois dias! No Canadá, são dois, em três dias. Na Nova Zelândia, três, em três dias. E, nos Estados Unidos, cinco, em quatro dias. (MORAES, Antonio E. A lamentável e crescente burocracia. Folha de S. Paulo, São Paulo, 16/11/2003, Opinião, p. A2.)

Também defende a reforma trabalhista, em especial, naquilo que chama “custo dos salários para o pequeno e o médio empreendedor”.

[...] o custo do trabalho no Brasil é alto, e isso se deve, principalmente, aos elevados encargos sociais, que somam mais de 100% do salário. [...] A imposição das mesmas despesas a todas as empresas gera efeitos perversos tanto na pequena como na grande. Na primeira, surge a terrível informalidade, que atinge mais de 50% da força de trabalho. Na segunda, reduz-se a sua competitividade, afetando os novos investimentos e o emprego. (MORAES, Antonio E. Reforma trabalhista. Folha de S. Paulo, São Paulo, 19/11/2006, Opinião, p. A2.)

Agregado à burocracia, apresenta como grande vilã da ausência de investimentos formais no Brasil, a carga tributária que garante não parar de crescer junto com o crescimento da informalidade. As soluções seriam reduzir procedimentos para legalizar as pequenas e médias empresas, colocando-as na formalidade além de diferenciar a carga tributária para atividades e empreendimentos distintos.

HÁ DUAS semanas, o IBGE trouxe a público um vergonhoso quadro da nossa sociedade. Há, no Brasil, cerca de 10,5 milhões de pequenas empresas que vivem na informalidade e, além de fazerem uma concorrência desleal às firmas organizadas, não recolhem impostos nem contribuições sociais. O mais grave é que o número dessas empresas não pára de aumentar. Entre 1997 e 2003, houve um crescimento de mais de 9% dessas empresas, sendo que o pessoal nelas ocupado aumentou em 8%. [...]Não é à toa que a carga tributária aumenta cada vez mais. Como a maioria não paga nada, as alíquotas dos poucos pagantes são assustadoras. Essa é a forma mais escandalosa de injustiça social e precisa ser corrigida de uma vez por todas. (MORAES, Antonio E. A insuportável carga tributária gerando corrupção. Folha de S. Paulo, São Paulo, 19/06/2005, Opinião, p. A2.)

Por fim, agregado aos temas de desenvolvimento econômico, o colunista apresenta o tema do ajuste fiscal do governo para que este tenha recursos para investimentos na área produtiva e possa se apresentar entre os credores como um país em desenvolvimento e com condições de solvência para capitais produtivos em investimentos de longo prazo.

Neste tema, dá ênfase a Lei de Responsabilidade Fiscal como a mais importante Lei para o Estado brasileiro na atualidade, e avaliou como positiva, a adesão dos gestores à sua implementação de fato.

De um modo geral, os governantes eleitos respeitaram o que prometeram em suas campanhas. Das 27 unidades da Federação, cerca de 20 estão totalmente alinhadas com as exigências daquela lei. Dos 5.500 municípios, mais de 4.500 estão dentro da lei. Pode-se dizer, portanto, que essa é uma lei que pegou. Gerar dívidas impagáveis é afrontar a população em geral e castigar os mais pobres. Somos contra a abertura de exceções nessa importante lei, que pode assim colocar um ponto final na irresponsabilidade de gastos. (MORAES, Antonio E. Irresponsabilidade fiscal nunca mais! Folha de S. Paulo, São Paulo, 18/07/2004, Opinião, p. A2.)

Sobre este assunto, pela primeira vez tece elogios a um ente do governo que não fosse o Ministro da Agricultura. Reconhece no Ministro da Economia não um bom condutor, como o fez Delfim Netto, já analisado neste trabalho, mas, o considera digno de merecimento de elogios seus, quanto ao reconhecimento por parte deste que o PT fez oposição a Lei de Responsabilidade Fiscal e ainda a questionou no Supremo Tribunal Federal. No entanto, no aniversário de cinco anos de aplicação da Lei, faz um desabafo às brechas que o governo fez ao tolerar através de

medida provisória, aquilo que o colunista chamou de “gastos da gestão anterior no município de São Paulo”, sem citar o nome de Marta Suplicy do PT que governou a cidade entre 2000 e 2004.

Nesse sentido, é digna de aplausos a conduta do ministro Antonio Palocci ao reconhecer publicamente que a bancada do PT, na época, errou ao votar contra a referida lei e, ainda por cima, questionou-a no Supremo Tribunal Federal. [...] A Lei de Responsabilidade Fiscal completou cinco anos e constitui um avanço institucional importante para a formação de uma nova cultura na administração pública. Sim, porque o governo é como uma família: não pode gastar mais do que recebe nem pode deixar "presentes de grego" para os descendentes pagarem. [...] Infelizmente, o Poder Executivo federal abriu a primeira exceção no caso da Prefeitura de São Paulo. Através de uma medida provisória, o governo tolerou na gestão anterior, retroativamente, um gasto que se desviou da Lei de Responsabilidade Fiscal. (MORAES, Antonio E. Austeridade máxima para a Lei de Responsabilidade Fiscal. Folha de S. Paulo, São Paulo, 08/05/2005, Opinião, p. A2.)

Na agenda do crescimento termina por afirmar que o Brasil não está crescendo. Na versão do colunista, não há crescimento econômico, por conta do governo não reduzir os gastos públicos que estão crescendo “15% a.a., para uma inflação de 3,7” sentencia o colunista:

O Brasil não está crescendo o que precisa. Pode-se dizer o que for que a inflação está baixa, que a balança de pagamentos está saudável e que os juros estão caindo. Apesar dos bons fundamentos da economia, continuamos na rabeira da maioria dos países emergentes. Crescemos 2,3% em 2005 e chegaremos a meros 3,5% em 2006. Isso é ridículo perto das nossas necessidades. Nesse ritmo, levaremos cerca de 100 anos para chegar à renda da Coreia do Sul! [...] O desempenho dos principais setores econômicos em 2006 não é nada bom. Na agricultura, os produtores estão sem renda, com dívidas acumuladas e pleitos não atendidos. (MORAES, Antonio E. Difícil de compreender. Folha de S. Paulo, São Paulo, 03/09/2006, Opinião, p. A2.)

Na agenda das políticas públicas o destaque fica para o tema da educação e da previdência social. Os temas desta agenda não são constantes como os demais mas revelam o peso que o colunista dá às ações do Estado.

No que se refere à educação, a posição é a mesma de outros colunistas analisados nesta dissertação, o peso que se dá na formulação é estratégico para o desenvolvimento a médio e longo prazo da juventude. A educação proposta por Antonio Erminio, é uma educação voltada a

preparar o indivíduo para o trabalho como o tem sido nos países em que o colunista oferece como exemplo no trecho que segue:

Precisamos saltar rapidamente dos 4,5 anos de escola _que é a média de educação da força de trabalho do Brasil_ para gradativamente chegarmos, em dez anos, à média dos Tigres Asiáticos. Só assim poderemos acompanhar as novas tecnologias e métodos de produção e tirar vantagem deles para, com isso, participar do espetáculo do crescimento mundial. (MORAES, Antonio E. 2004: educação, o fator decisivo. Folha de S. Paulo, São Paulo, 28/12/2003, Opinião, p. A2.)

No tema da educação, o colunista apresenta o Estado de São Paulo como bom exemplo, na figura do Secretário Estadual de Educação, Gabriel Chalita,³⁹ (com o programa daquilo que chama “melhoria dos professores e aperfeiçoamento dos métodos de ensino”). Para o colunista,

NO DIA 28 de novembro de 2004 registrei, neste espaço ("Um exemplo a ser seguido por todo o Brasil"), a minha alegria com os progressos que vêm sendo realizados na área da educação no Estado de São Paulo, onde o seu secretário, Gabriel Chalita, comanda um programa intensivo de melhoria dos professores e aperfeiçoamento dos métodos de ensino. [...]No caso do Brasil, pesquisas do Banco Mundial da década de 90 mostraram que, de cada R\$ 100 que saem de Brasília, apenas R\$ 40 chegam às escolas dos Estados. E, mesmo assim, podem-se obter resultados variados com os mesmos R\$ 40. O bom uso dos recursos é a peça-chave na determinação da qualidade do ensino. Ao analisar as políticas públicas voltadas para o ensino fundamental, é obscura a estratégia do Brasil para aperfeiçoar professores e melhorar as escolas. São exatamente esses fatores que vão proporcionar uma maior esperança para os dias de amanhã. Precisamos de planos e ações claros sobre "como" será feita a melhoria dos professores e escolas. Em matéria de educação, não basta aumentar recursos. É preciso aplicar bem. Quem sabe os resultados de São Paulo possam inspirar as autoridades federais... (MORAES, Antonio E. Recursos: só 40% chegam às salas de aula. Folha de S. Paulo, São Paulo, 02/01/2005, Opinião, p. A2.)

O segundo elemento da agenda de políticas públicas tem a ver com o tema previdenciário, o qual, para o colunista, o governo somente tem de adaptar as instituições para receber o aumento na expectativa de vida dos brasileiros, na medida que em 2050, deverá estar na marca dos 81 anos.

³⁹ Importante citar a opinião contrária de outro colunista, em artigo publicado no mesmo jornal e na mesma coluna (NETTO, Delfim. Educação, crime e desemprego. Folha de S. Paulo, Quarta-feira, 19/07/2006)

O IBGE nos trouxe uma cesta de boas notícias nesta semana. Quanto à economia, a instituição informa que o PIB de 2004 poderá crescer acima de 4%, podendo chegar aos 5%. [...] A mais importante das notícias, porém, diz respeito às nossas vidas. Fazendo a revisão de suas projeções demográficas, o IBGE concluiu que, em 2050, os brasileiros viverão em média 81 anos. Esse é um salto extraordinário em relação à situação atual, em que a vida média está em torno de 70 anos. [...] Tais mudanças são sempre difíceis quando implantadas de chofre. Os dados do IBGE são verdadeiras senhas para os sistemas de saúde e de aposentadoria introduzirem mudanças agora para entrarem em vigor a partir de 2010. A demografia está dada. Resta-nos adaptar as instituições existentes. Só dessa forma poderemos contar com uma sociedade melhor e mais segura para nossos filhos e netos. (MORAES, Antonio E. A Previdência e o viver mais. Folha de S. Paulo, São Paulo, 05/09/2004, Opinião, p. A2.)

Vários outros temas perpassaram os artigos de Antonio Erminio de Moraes, como corrupção, debates no Congresso Nacional em torno das CPIs, cidade limpa, enfim, temas que atuam sobre a agenda pública mas que na agenda do colunista não se fizeram presentes em mais de um ou dois artigos, não configurando uma agenda, de fato, dentro da amostra estudada.

A principal agenda do colunista estudado está focada no desenvolvimento econômico, sendo os aspectos sociais tangentes à agenda que atue sobre a produção econômica, e como já citado, em especial, a produção agrícola.

Os enquadramentos deste colunista para seus artigos podem ser apresentados da seguinte forma:

a) Interpretativos, nos artigos em que apresentou uma interpretação dos fatos, em especial, econômicos, vinculados a uma agenda de desenvolvimento; b) Avaliativos, na medida que forneceram análises de juízo sobre políticas do governo federal.

Sobre a valência dos argumentos relativos ao governo federal, observamos 56% da amostra contendo artigos com valência neutra em relação ao governo federal; 22% da amostra com valência de argumentos negativos sobre as políticas do governo; 8% da amostra com valência positivas sobre algumas iniciativas e posturas do governo e seus gestores; e completando a amostra com 14% de artigos que tratavam de temas que não tinham nenhuma relação, direta ou indireta com políticas de Estado ou de governo e que foram considerados como “outros”.

Tabela VI: Distribuição da amostra de artigos assinados por Antonio Erminio de Moraes no Caderno Opinião da Folha de S. Paulo, entre 2003 e 2006, sobre o governo Lula segundo as categorias de valência: positivo, negativo, neutro e outros.

Validação	Quant /Art	%
Negativo	11	22
Positivo	4	8
Neutro	27	56
Outros	7	14
Total	48	100

5.5 A agenda de Dom Luciano Mendes de Almeida, enquadramento e valência.

A ideologia, forma específica do imaginário social moderno, é a maneira necessária pela qual os agentes sociais representam para si mesmos o aparecer social, econômico e político, de tal sorte que essa aparência (que não devemos simplesmente tomar como sinônimo de ilusão ou falsidade) por ser o modo imediato e abstrato de manifestação do processo histórico, é o ocultamento ou a dissimulação do real. (CHAUI, 2001, p. 3)

Este colunista que escreveu aos sábados no caderno Opinião da Folha de S. Paulo é um expressivo religioso, que como veremos, acolhe em seus artigos, os “excluídos”, como sujeito principal, mesmo quando seus artigos se referem tão somente a temas religiosos.

Na tabela de “valência” de seus artigos sobre às políticas de Governo ou de Estado no período do primeiro mandato do governo Lula, veremos que a classificação de “outros temas” compõe quase um terço do total da amostra estudada, bem diferente dos demais colunistas analisados anteriormente. Isto se deve ao fato destes artigos tratarem de temas de caráter estritamente religioso em sua agenda.

PERMANECE forte na memória a experiência de confiança em Deus e a solidariedade humana que vivemos por ocasião da morte do Papa João Paulo 2º, do conclave e da escolha do sucessor do apóstolo são Pedro. Em todas as partes do mundo, seguimos com atenção e respeito esses acontecimentos, agradecendo a Deus o testemunho de vida do Pontífice, que, durante 26 anos, conquistou-nos pela sua fé, coragem, bondade e integral dedicação a serviço da Igreja e da humanidade. (MENDES, Luciano Dom. Tu és Pedro. Folha de S. Paulo, São Paulo, 23/04/2005, Opinião, p. A2.)

Faz referência ao cardeal alemão Joseph Ratzinger, que aos 78 anos, foi escolhido sucessor do papa João Paulo II, passando adotar o nome de Bento XVI.

ACABA de se completar o primeiro ano de exercício do Papa Bento 16 à frente da comunidade católica. Permanece viva entre nós a lembrança amiga do Papa João Paulo 2º, que conseguiu visitar quase todos os países do mundo, levando o convite de convivência fraterna e o anúncio da promessa da salvação em Jesus Cristo. (MENDES, Luciano Dom. Bento 16 e o pontificado do diálogo. Folha de S. Paulo, São Paulo, 22/04/2006, Opinião, p. A2.)

Os demais temas religiosos que atuaram sobre a agenda de Dom Luciano tiveram a ver com as datas católicas do calendário brasileiro, como o natal, a páscoa e a semana santa, tendo procurado apresentar a seus leitores, os valores e temas de cada uma destas datas para a igreja católica.

A FESTA LITÚRGICA do "Corpo e Sangue de Cristo", que acabamos de celebrar na quinta-feira 10/6, expressa a gratidão do povo cristão pelo dom sublime da Eucaristia. Recordamos o desígnio de salvação que nasce da misericórdia divina e se realiza pela encarnação do Filho de Deus, nascido da Virgem Maria, que nos revela a Boa Nova. (MENDES, Luciano Dom. Jesus Cristo, presente entre nós. Folha de S. Paulo, São Paulo, 12/06/2004, Opinião, p. A2.)

Dom Luciano fala do povo humilde e “excluído” da sociedade, com destaque ao tema da fome, da reforma agrária, da questão indígena, do tema da água e da violência da guerra. Em todos estes temas, os valores religiosos do catolicismo são apresentados. Faz referência em mais de um

artigo estudado, ao “grito dos excluídos”,⁴⁰ atividade que acontece todos os anos em vários países da América Latina e que no Brasil é realizado no dia sete de setembro, data que se comemora o dia da Independência do Brasil.

Sobre o governo Lula, aspectos negativos aparecem somente em dois artigos da amostra analisada e, mesmo assim, de forma tangencial, sem citar nominalmente o presidente ou ministros, tão somente tecendo críticas à realidade específica da saúde das crianças, que, para ele “À desnutrição somam-se a falta de saneamento básico e de tratamento da água.” (MENDES, Luciano Dom. Saúde e bem comum. Folha de S. Paulo, São Paulo, 28/08/2004, Opinião, p. A2.)

O tema mais relevante de sua agenda, no entanto, é o tema da fome e da segurança alimentar. Sobre esta agenda, ocupou significativo espaço da amostra analisada, para demonstrar que ainda existe, no Brasil e no mundo, um contingente imenso de pessoas que vive abaixo da linha da pobreza sem ter direito a comer, em meio a uma abundante capacidade produtiva de alimentos e de um modelo de desenvolvimento concentrador de renda e riqueza.

A fome e a miséria são consequência e parte integrante de um modelo de desenvolvimento que causa e mantém as desigualdades econômicas e sociais. Falta ainda a resposta consciente e decidida da sociedade na promoção do direito humano básico à alimentação nutritiva, por meio de políticas públicas adequadas. (MENDES, Luciano Dom. Mutirão para superar a fome. Folha de S. Paulo, São Paulo, 20/03/2004, Opinião, p. A2.)

Dom Luciano apresenta o potencial evangelizador da fraternidade e da solidariedade entre os cristãos, para lidar com o tema da fome, mas, tem a dimensão da responsabilidade do Estado e não deixa de mencioná-la:

Em relação à dimensão transformadora da evangelização, sobressai o fortalecimento do Mutirão de Superação da Miséria e da Fome, insistindo no compromisso evangélico e na mudança de mentalidade necessária à construção de uma sociedade solidária e na urgência de uma Lei Orgânica de Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, bem como o apoio aos

⁴⁰ Para mais informações sobre esta atividade indico o *sítio*: <http://www.gritodosexcluidos.com.br/>

Conseas estaduais e municipais. (MENDES, Luciano Dom. Dias abençoados em Itaici. Folha de S. Paulo, São Paulo, 01/05/2004, Opinião, p. A2.)

O tema da fome se soma à outras mazelas, conseqüências do modelo de desenvolvimento adotado pelo sistema econômico e social capitalista, como a questão da saúde, em especial, a desnutrição infantil e o saneamento básico. Sua abordagem é sempre a denúncia do que considera inaceitável.

A constatação mais chocante é a da fome e a insuficiente alimentação que atinge, de modo quase insanável, as crianças nos primeiros anos de vida, acarretando deficiências físicas e mentais e a mortalidade infantil. À desnutrição somam-se a falta de saneamento básico e de tratamento da água. (MENDES, Luciano Dom. Saúde e bem comum. Folha de S. Paulo, São Paulo, 28/08/2004, Opinião, p. A2.)

Não é por acaso que esta é a principal agenda de Dom Luciano durante boa parte da amostra analisada. A CNBB havia definido no ano de 2002 que tomaria a iniciativa de promover um “Mutirão para a superação da Fome e da Miséria” entre os integrantes da igreja católica, junto à outras instituições da sociedade, visando reduzir os indicadores alarmantes no Brasil e no mundo, os quais demonstram que a fome mata 6 milhões de crianças.⁴¹

DURANTE estes três anos, de 2002 a 2005, tem atuado no Brasil, por iniciativa da CNBB, o "Mutirão para a Superação da Fome e da Miséria". São muitas as iniciativas em curso por parte da Igreja e de outras entidades. Todos conhecemos a criação do programa Fome Zero, do governo Lula, em janeiro de 2003. Surgiram políticas públicas de combate à fome e de inclusão social. O Bolsa Família atinge mais de 8 milhões de famílias necessitadas, em 5.561 municípios, com a garantia de freqüência à escola, ações em prol da saúde e de educação alimentar. São conquistas significativas, mas estamos ainda longe de atingir o objetivo de erradicar a fome em nosso país. [...] Diante da necessidade de levar adiante o mutirão de superação da fome, constatou-se a existência de um conjunto de experiências bem-sucedidas, fruto da criatividade das comunidades em várias regiões do Brasil e que vão, pouco a pouco, revelando os resultados da solidariedade. São numerosas as instituições que atuam como parceiras: Caritas Brasileira, Pastoral da Criança, Conferências Vicentinas, Pastorais da Terra e Pastorais Sociais. Merece especial menção o recente seminário de 19 a 21 de setembro, em Goiânia, para a região Centro-Oeste, que apresentou excelentes exemplos de

⁴¹ Para mais informações ver site: http://www.fao.org/index_en.htm

realizações na linha da economia solidária, da atuação dos pequenos agricultores e da segurança alimentar e nutricional. (MENDES, Luciano Dom. Alimentar a esperança do povo. Folha de S. Paulo, São Paulo, 19/11/2005, Opinião, p. A2.)

Dom Luciano sabe que as ações de solidariedade não podem substituir o papel necessário dos organismos do Estado. Em inúmeras oportunidades, acrescentou em seus artigos a necessidade de políticas públicas para tratar o tema da fome e atingir um contingente maior de pessoas, de forma que a solidariedade não faria apenas amenizar a necessidade imediata.

Pensem na miséria de milhões de excluídos, nas enfermidades endêmicas, nas situações de desamparo por causa das intempéries, desastres e conflitos. São casos urgentes, que requerem ações organizadas e políticas públicas capazes de atingir o maior número de pessoas. (MENDES, Luciano Dom. Amar é fazer o bem. Folha de S. Paulo, São Paulo, 11/02/2006, Opinião, p. A2)

O colunista tem claro que a questão da fome no Brasil tem relação direta com nosso modelo de desenvolvimento que concentra terras e riqueza. Propõe a implementação de um plano nacional de segurança alimentar que seja capaz de tocar no ponto crucial desta, que é o uso da terra, em especial, como veremos mais à frente, a reforma agrária.

Para alcançarmos resultados mais consistentes na luta contra a fome, será necessário estabelecer o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, integrando as ações do governo e das entidades da sociedade, fixando metas e assegurando a todos o acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente. O plano precisará solucionar o problema da má distribuição da terra, da concentração de riquezas e renda, da corrupção e da morosidade das atuações políticas [...] (MENDES, Luciano Dom. Mutirão para superar a fome. Folha de S. Paulo, São Paulo, 20/03/2004, Opinião, p. A2.)

A valorização de experiências bem sucedidas no “Mutirão para a superação da Fome e da Miséria” é apresentada pelo colunista como um caminho para lidar com o problema da fome no Brasil e dá relevo às experiências de economia solidária da agricultura familiar.

Diante da necessidade de levar adiante o mutirão de superação da fome, constatou-se a existência de um conjunto de experiências bem-sucedidas, fruto da criatividade das comunidades em várias regiões do Brasil e que vão, pouco a pouco, revelando os resultados da solidariedade. São numerosas as instituições que atuam como parceiras: Caritas Brasileira, Pastoral da Criança, Conferências Vicentinas, Pastorais da Terra e Pastorais Sociais. Merece especial menção o recente seminário de 19 a 21 de setembro, em Goiânia, para a região Centro-Oeste, que apresentou excelentes exemplos de realizações na linha da economia solidária, da atuação dos pequenos agricultores e da segurança alimentar e nutricional. (MENDES, Luciano Dom. Alimentar a esperança do povo. Folha de S. Paulo, São Paulo, 19/11/2005, Opinião, p. A2.)

Ainda transversal ao tema da fome e da segurança alimentar, faz parte de suas reflexões a questão da propriedade e uso da terra, bem como o modelo de desenvolvimento do agronegócio no Brasil. Há uma clara defesa à reforma agrária como necessidade para acabar com a violência no campo que tem vitimado lideranças e militantes que lutam pela reforma agrária.

Estamos em atraso com o estabelecimento de um sistema justo de propriedade e de uso da terra. Há, aqui, um grave pecado de omissão que vem custando a vida de muitos concidadãos, vítimas do êxodo rural e do desencanto por causa da demora do governo em regulamentar a partilha da terra. Requer-se um plano nacional que, por meios legais e pacíficos, garanta ao homem e à mulher do campo condições de viver e de trabalhar com dignidade. (MENDES, Luciano Dom. A sociedade que almejamos. Folha de S. Paulo, São Paulo, 19/07/2003, Opinião, p. A2.)

Dom Luciano cobra do governo maior esforço para resolver os temas que envolvem a violência no campo e a reforma agrária novamente.

Há situações urgentes em nosso país que requerem esforços maiores do governo e da sociedade para encontrar soluções adequadas e pacíficas sem delongas. Refiro-me à miséria e à fome de milhões de brasileiros, à violência do uso de armas, ao tráfico de drogas e ao atraso na reforma agrária. (MENDES, Luciano Dom. Violência e terror, até quando? Folha de S. Paulo, São Paulo, 23/08/2003, Opinião, p. A2.)

As questões da água, da soberania alimentar e da propriedade da terra se misturam na agenda dos temas apresentados pelo colunista. Em boa medida, utiliza uma linguagem de apelo e

mobilização, pois sabe que o Estado tem compromissos históricos com o capitalismo que não possibilitam incluir os excluídos na sociedade.

Deu voz em sua coluna à Conferência Nacional da Terra e Água⁴² realizada em Brasília entre os dias 22 a 25 de novembro do ano de 2004.

Dois méritos maiores sobressaem no programa da Conferência da Terra e da Água. O primeiro é a temática escolhida, que aborda questões urgentes como a perspectiva para o campo brasileiro, "Água e Energias Renováveis", "Soberania Alimentar e Biodiversidade" e "Projeto para o Brasil". O segundo é o diálogo aberto entre representantes da sociedade civil responsável, lideranças dos movimentos agrários com as autoridades governamentais buscando soluções viáveis para a problemática da terra e da água, enfrentando a questão do agronegócio e da privatização dos recursos hídricos. O importante é a defesa da vida, que exige assegurar para todos terra e água e a capacidade de escutar as bases populares. (MENDES, Luciano Dom. Terra e água. Folha de S. Paulo, São Paulo, 20/11/2004, Opinião, p. A2)

Nas suas colunas semanais deu visibilidade às ações de luta, às mobilizações dos trabalhadores rurais sem terra e fez suas, as palavras do movimento que cobra do Estado uma ação eficiente para o tema agrário brasileiro

Estamos acompanhando as notícias da marcha dos milhares de trabalhadores sem-terra que, nestes dias, caminham rumo a Brasília na esperança de motivar os governantes e o país para a urgência de agilizar os assentamentos com recursos e auxílios técnicos adequados. É tempo de encontrarmos os melhores meios legais que permitam a esses irmãos viver e trabalhar com dignidade na terra, como compete a filhos e a filhas de Deus. (MENDES, Luciano Dom. Trabalho e exclusão social. Folha de S. Paulo, São Paulo, 07/05/2005, Opinião, p. A2.)

Na defesa das reformas do Estado, incluindo a Reforma Agrária, mas também a trabalhista e a urbana, todas devem assegurar o que Dom Luciano define como condições necessárias de uma vida digna. Para Dom Luciano,

⁴² Sobre a Conferência Nacional da Terra e da Água indico o sitio: <http://www.adital.com.br/site/noticia2.asp?lang=PT&cod=14591>

Segue-se a urgência de respeitar os princípios éticos e de submeter a eles as opções econômicas. Isso implica a determinação de executar reformas imediatas que assegurem a milhões de brasileiros o acesso à terra, à moradia, ao trabalho com salário justo e às demais condições de vida digna. (MENDES, Luciano Dom. Hora de cidadania. Folha de S. Paulo, São Paulo, 16/07/2005, Opinião, p. A2.)

Sabendo dos conflitos constantes que o tema remete na luta social e política entre as classes que lutam pela reforma agrária no Brasil e aquelas que querem manter a terra como um Bem de Capital (para o Capital), Dom Luciano demonstra preocupação com os confrontos e critica a ação do MLST no Congresso Nacional no dia 6 de julho de 2006, em que houve depredação do patrimônio público, feridos, detidos e presos entre os militantes sociais.

Há metas certas. Entre elas, encontra-se com prioridade uma reforma agrária e agrícola que permita o assentamento dos milhões de brasileiros que aguardam para viver e trabalhar na terra. O país não pode prescindir de uma distribuição eqüitativa de terra, há tantos decênios desejada, projetada e ainda não transformada em realidade. Não é preciso insistir sobre um anseio que é justo e urgente. Temos, sim, que unir esforços para que não tardem mais as medidas adequadas para o assentamento digno, pacífico e bem-sucedido das famílias rurais sem terra. [...] No triste evento de 6 de junho, houve desacertos graves. A agressão foi dirigida a servidores públicos no exercício de sua missão na Câmara. Envolveu crianças e idosos. Os atos predatórios em nenhum modo se justificam: por que destruir instrumentos, instalações que estão a serviço do povo? O país, no seu caminho democrático, não pode perder o rumo do respeito à dignidade e à liberdade de todo cidadão. É necessário manter com firmeza as duas lições. Rejeitar todo recurso à violência e insistir na promoção e na defesa das famílias sem terra, dinamizando todas as instâncias competentes para garantir condições dignas de vida para o maior número de brasileiros do campo. (MENDES, Luciano Dom. Metas certas e meios errados. Folha de S. Paulo, São Paulo, 10/06/2006, Opinião, p. A2.)

Sua agenda, na amostra analisada, dá destaque aos setores que denomina de “excluídos” da sociedade e às mobilizações destes setores em luta e reivindicação por políticas públicas. A principal delas, a qual tem envolvimento direto as pastorais sociais vinculadas à igreja, é o “Grito dos Excluídos”, que acontece no Brasil no dia da independência. Neste sentido, o “Grito”

aglutina inúmeros setores dos movimentos sociais organizados no Brasil e suas pautas de luta. Para Dom Luciano “Grito dos excluídos” é:

UM SIM à vida. Significa a vontade de viver que está presente no mais recôndito de nosso ser. Os excluídos nem sempre têm condições de se expressar. [...] Neste ano de 2003, a insistência recai sobre a autonomia do país e a necessidade de salvaguardá-la das múltiplas dominações exercidas sobre a nossa pátria. [...] Na mesma perspectiva, é preciso recordar a conquista obtida em 2002, quando se realizou a consulta popular a respeito da Alca, Área de Livre Comércio das Américas. Na ocasião, o resultado foi surpreendente, pois 10 milhões de brasileiros responderam que o nosso governo não deve assinar o Tratado da Alca. [...] Assim, o Grito no dia da Pátria, deve traduzir o anseio sincero de um Brasil justo empenhado em promover os milhões de concidadãos que padecem miséria e fome, enfermidades, desemprego e analfabetismo. (MENDES, Luciano Dom. Grito dos excluídos. Folha de S. Paulo, São Paulo, 06/09/2003, Opinião, p. A2.)

No aniversário dos dez anos de existência desta mobilização nacional, Dom Luciano define o “Grito” da seguinte forma:

O "grito" surgiu como denúncia dos mecanismos que provocam a exclusão social e como anúncio de caminhos para a construção de uma sociedade solidária.[...] O Grito procura acolher a indignação diante das injustiças e o grande anseio de uma nova ordem social e mundial que supere a fome, a miséria e a violência, assegurando a todos condições dignas de vida. (MENDES, Luciano Dom. O Grito dos Excluídos- dez anos. Folha de S. Paulo, São Paulo 04/09/2004, Opinião, p. A2.)

O “Grito dos Excluídos” que se realizou no terceiro ano de mandato do governo Lula convoca os movimentos sociais a se organizarem para a resistência e para a construção de um Brasil que parta das mãos destes que não têm espaço na sociedade capitalista. Aquilo que o lema do “grito” chamou de “o Brasil em nossas mãos a mudança”.

O grito de 2004 já se referia à necessidade de mudanças. Neste ano, o lema "Brasil, em nossas mãos a mudança" insiste no simbolismo das mãos que

constroem para indicar a urgência de empreender ações concretas e de colaborar a fim de que se realizem.

O grito convoca para uma avaliação objetiva do drama da desigualdade social. Os dados são conhecidos, e basta lembrar o enorme desequilíbrio na distribuição da renda nacional, pois, segundo o IPEA, em 2002, os 50% mais pobres recebiam 14,4% da renda nacional, ao passo que o 1% dos mais ricos detinha 13,5% dessa renda. É preciso, no entanto, não se acomodar com essa desigualdade, mas organizar-se para garantir aos excluídos alcançar os bens necessários, a começar do trabalho. (MENDES, Luciano, Dom. Grito dos Excluídos 2005. Folha de S. Paulo, São Paulo, 27/08/2005, Opinião, p. A2.)

Temas que são nevrálgicos para os dogmas da igreja católica também foram tratados pelo Bispo Dom Luciano, em especial os temas do aborto, controle de natalidade, da manipulação genética, de células tronco e apresentou o repúdio da igreja às iniciativas que buscam regulamentar estes temas como políticas públicas.

A CNBB aponta claramente as iniciativas dos poderes públicos que causam inquietude e repúdio porque atentam contra a dignidade da vida humana:

a) a distribuição maciça de preservativos, além de produtos abortivos como o DIU e as assim chamadas "pílulas do dia seguinte";

b) a permissão de utilizar embriões humanos para a pesquisa com células-tronco;

c) as tentativas de revisão da legislação punitiva sobre o aborto, propondo a descriminalização e ampliando os prazos e as condições para a sua prática.

(MENDES, Luciano, Pelo direito à vida, Sábado, Folha de S. Paulo, São Paulo, 03/09/2005, Opinião, p. A2.)

Criticou abertamente o Comitê de Direitos Humanos das Nações Unidas que declarou em novembro de 2005 que "os direitos reprodutivos estão firmemente baseados nos princípios dos direitos humanos". Esta declaração foi a base para que o Comitê de Direitos Humanos das Nações Unidas se pronunciasse a favor da inclusão do aborto entre os direitos reprodutivos, o que naturalmente a igreja se manifestou de forma contrária.

Há um vício de origem na compreensão dos direitos reprodutivos, considerando-os de modo unilateral. Com o surgimento de uma nova vida, além da mãe que concebe, há também o filho que é concebido, cujo direito fundamental de nascer deve ser respeitado. A terminologia de "direitos reprodutivos" deve incluir como correlatos os deveres inerentes à gestação e

que competem ao nascituro. Voltamos sempre à verdade básica da dignidade do ser humano com seu código genético completo, desde o primeiro momento de sua concepção. A condição própria de anencefalia não modifica a natureza humana do nascituro em sua dignidade e nos direitos decorrentes. (MENDES, Luciano Dom. Direitos reprodutivos. Folha de S. Paulo, São Paulo, 07/01/2006, Opinião, p. A2.)

Outros temas de importante relevância foram levantados pelo colunista. Destaco sua fé na juventude, para ele os jovens estão demonstrando que querem uma sociedade mais justa e pacífica, exemplificando com uma grande mobilização realizada em Turim na Itália:

Já no ano passado, em outubro, reuniram-se em Turim milhares de representantes de várias nações para afirmar o compromisso da juventude pela paz no mundo. Querem mostrar que a "paz é possível", empenhando-se na construção da sociedade solidária que garanta a todos o necessário à vida digna. (MENDES, Luciano Dom. A paz é possível. Folha de S. Paulo, São Paulo, 08/02/2003, Opinião, p. A2.)

No caminho das preocupações geracionais, também manifestou a necessidade de o Estado garantir melhores políticas públicas para os idosos. Neste caso, deu ênfase à Campanha da Fraternidade (CF) realizada todos os anos pela igreja católica no Brasil, sendo que, a de 2003 deu destaque à dignidade dos idosos.

O texto-base da CF insiste na promoção de políticas públicas, na atuação dos conselhos de direito dos idosos e nas iniciativas das comunidades que vão surgindo para oferecer à terceira idade condições de estudo, de atividades artísticas e de diversão. Tudo isso há de ajudar os idosos a reencontrar o gosto pela vida e a todos a reencontrar a alegria de fazê-los felizes, aprendendo cada um a arte de envelhecer com dignidade. (MENDES, Luciano Dom. A vez dos idosos. Folha de S. Paulo, São Paulo, 15/03/2003, Opinião, p. A2)

Como afirmei no início desta parte do trabalho, a agenda deste colunista teve forte conteúdo de atividades e bandeiras de cunho social⁴³, expondo a partir de uma linguagem que agregou valores

⁴³ No sentido que dá o filósofo Renato Janine Ribeiro, no livro *A Sociedade Contra o Social*, Cia das Letras, SP, 2000

religiosos, voz aos setores que no cotidiano de suas agendas sociais não têm qualquer espaço para abordar temas sociais, como demandas históricas consequentes do desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Neste sentido, o enquadramento oferecido por este colunista nos artigos que assinou e foram publicados até o dia 27 de agosto de 2006, dia anterior à sua morte, foram interpretativos e avaliativos. No primeiro caso, o colunista apresentou interpretações sobre fatos, eventos e temas que envolvem tanto as questões sociais como religiosas; no segundo, teve intencionalidade através de afirmações e sugestões de fatos e situações que compuseram os temas tratados na amostra dos artigos.

Sobre a “valência” dos temas relativos ao governo Lula no seu primeiro mandato, podemos dizer que, o montante de neutralidade com a presença de assuntos de outras naturezas que não fossem possíveis de serem categorizados como de cunho político, econômico ou social, comprometeu uma análise de conjunto. Mas fica evidente, que uma única menção na amostra de cunho negativo, dá a noção de que o colunista se desejasse construir um ambiente mais hostil ao governo poderia ter feito e não o fez. No entanto, não há como aferir os motivos desta postura, uma vez que Dom Luciano morreu no ano de 2006, último ano do período analisado.

Tabela VII: Distribuição da amostra de artigos assinados por Dom Luciano Mendes de Almeida no Caderno Opinião da Folha de S. Paulo, entre 2003 e 2006, sobre o governo Lula segundo as categorias de valência: positivo, negativo, neutro e outros.

Validação	Quant/Art	%
Negativo	2	4
Positivo	7	16
Neutro	21	48
Outros	14	32
Total	44	100

5.6 Breve análise sobre as principais agendas dos colunistas

Os colunistas estudados nesta amostra trataram agendas e temas que de alguma forma orbitaram a cena pública. Dos cinco colunistas apresentados aqui, somente Dom Luciano, por seu caráter religioso, utilizou um terço de seu espaço na amostra para temas especificamente religiosos, como o realce às datas cristãs de nosso calendário social.

Vejamos quais agendas perpassaram pelos colunistas estudados. No ano de 2003, o principal acontecimento mundial que tomou parte da agenda dos colunistas foi a guerra dos Estados Unidos da América contra o Iraque, com o apoio de países importantes da Europa, mesmo sem o aval do Conselho de segurança das Nações Unidas. Este foi a principal agenda abordada por Sarney durante todo o ano de 2003 e perpassando os demais períodos estudados.

Também trataram desta agenda, Antonio Ermínio e Dom Luciano, o primeiro com uma abordagem orientada para a lógica da guerra, apresentando o petróleo como sendo o principal motivo da investida bélica americana no Oriente Médio e demonstrando alternativas energéticas para aquele país não ficar tão dependente desta estratégia; o segundo, com uma abordagem pacifista, diante das vítimas potenciais que toda a guerra proporciona.

No que se refere a Sarney, este tem uma abordagem nacionalista, mais ampla, que inclui os motivos da guerra vinculados ao tema da energia, em no caso, o uso do petróleo; a cultura de guerra americana; os investimentos militares que movimentam a economia interna; e a posição imperialista dos Estados Unidos diante do mundo. Tanto Mangabeira, quanto Delfin Netto, não trataram deste tema na amostra estudada, isso não quer dizer que não tenham formulado opinião em outros artigos que não compuseram a amostra.

A agenda sobre a economia brasileira teve destaque entre os colunistas que assinaram artigos no caderno Opinião da Folha de S. Paulo, na página A2. Foram abordadas as políticas adotadas pela gestão do Ministro da Economia Antonio Palocci, continuada por seu sucessor o Ministro Guido Mantega, e alicerçada na gestão do Banco Central, do Ministro Henrique Meireles, que é quem

define a política monetária (cambial e de juros) adotada pela economia brasileira, mas sob a responsabilidade do Ministro da Economia.

Nesta agenda, somente o colunista José Sarney não tocou no assunto. Como já mencionado, apesar de ter sido presidente do Senado nos primeiros dois anos do governo Lula, este tema não fez parte da agenda do ex-presidente da república José Sarney.

Os demais colunistas estudados manifestaram suas opiniões que, dependendo do colunista, foram das críticas aos elogios à condução da política macro econômica, e, de forma uníssona, crítica à política de juros altos conduzidas pela gestão monetária. Não houve no período e na amostra estudada, um único artigo que defendesse a política de juros aplicada pelo presidente do Banco Central brasileiro, o Ministro Henrique Meireles. Aparentemente uma contradição, mas de fato não é. Vejamos o porquê:

O governo Lula, na sua primeira gestão, apesar de não ter encaminhado ao Congresso e ao Senado Federal projeto de Lei⁴⁴ para regulamentar a independência do Banco Central das iniciativas em política econômica, que tivessem como ponto de partida os interesses políticos, na prática, deu ao presidente do Banco Central, Henrique Meireles, o *status* de ministro com “carta branca” para conduzir a política monetária de forma independente⁴⁵.

Antonio Erminio registrou seu desapontamento com o crescimento econômico do primeiro governo Lula em todo o período analisado. A comparação sempre foi com os países em desenvolvimento, comparando indicadores ora da China, ora da Índia, ou mesmo da Rússia. Não há na amostra estudada de Antonio Erminio de Moraes, uma única posição positiva sobre este item, e mesmo quando elogia o ministro Antonio Palocci, que comandou a economia por três quartos do período do primeiro mandato, o faz apenas quando Palocci reconhece em autocrítica,

⁴⁴ Outra hipótese seria a iniciativa de ato do Executivo denominado de “medida provisória”, como a que foi editada para dar “carta branca” ao Banco Central na crise de 2008. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 442 DE 06 DE OUTUBRO DE 2008 - Convertida - L-011.882-2008 - Operações de Redesconto pelo Banco Central do Brasil - Emissão da Letra de Arrendamento Mercantil - LAM - Tratamento Tributário das Operações de Arrendamento Mercantil - Alteração. Esta medida provisória deu poderes ao Banco Central de “salvar” bancos privados em situação de insolvência, na atual crise do sistema financeiro que atinge também a economia real.

⁴⁵ Pelo menos até o presente momento (Ago/09) o Banco Central tem “carta branca” do governo Lula para gerir a política monetária, em alguns casos, como vimos na nota anterior, na forma de medida provisória.

que sua oposição à Lei de Responsabilidade Fiscal quando esta foi aprovada pelo congresso no ano 2000, não foi adequada, mesmo que tenha acompanhado a decisão da bancada do PT.

Na agenda de Delfim Netto encontramos elogios à condução da política macroeconômica. Sua posição, no entanto, durante todo o período da amostra apresentou ressalvas de que eram necessários mecanismos e investimentos para que o Brasil pudesse crescer em níveis mais elevados do que estava crescendo naquele momento. Neste sentido, sua crítica esteve centrada na taxa de juros, que considera a mais elevada do mundo, de forma desnecessária, ou seja, defendeu que o Brasil poderia ter taxas menores sem comprometer os fundamentos da política econômica.

Na agenda da economia, o colunista Mangabeira Unger será o mais bélico de todos nas críticas à condução da política econômica. Responsabiliza o conjunto do governo pela política monetária e fiscal. Critica sem parar os gastos públicos, os impostos e define como “medíocre”⁴⁶ o crescimento do Brasil. Define o governo como “desgoverno”. Acredita que o governo Lula faz uma agenda de continuidade do governo de Fernando Henrique Cardoso, não só nos “fundamentos econômicos”, mas na aplicação do modelo de gestão.

Já Dom Luciano Mendes, fala da economia comparando a dívida social conseqüente do modelo de desenvolvimento, em especial, quando se refere ao modelo agroexportador, que acaba por concentrar terra para a produção da monocultura de *commodities* a serem negociadas nas bolsas do mundo inteiro. Sua preocupação, neste caso, é com uma alteração de modelo de propriedade da terra, eliminando os conflitos no campo.

Na agenda gestão de governo, ainda em relação à questão econômica, três dos cinco colunistas analisados formularam agenda sobre os gastos públicos. Neste caso, somente Sarney e Dom Luciano não tocaram no assunto, os demais, apresentaram embutida na agenda econômica, a tese de que o governo gasta mais do que arrecada. Antonio Erminio junto com Mangabeira Unger, foram os mais incisivos, afirmando que o governo Lula aumentou as despesas correntes e apesar da sanha tributária, tem déficit entre a arrecadação e os custos, sendo este, um dos elementos que inibe o crescimento econômico.

⁴⁶ No sentido pejorativo da palavra, “*aquilo que está abaixo da média, relativamente à qualidade, originalidade etc.; inexpressivo, ordinário*” (Houaiss)

A agenda social teve relevo nas colunas assinadas somente por Dom Luciano Mendes. Os demais tocaram no tema somente de forma ilustrativa, como Mangabeira e Antonio Erminio que utilizam o tema da educação, para ilustrar o que o Estado deveria fazer para garantir o futuro do Brasil.

Dom Luciano defendeu políticas públicas voltadas para os “excluídos”, cidadãos que não têm garantido seus direitos à propriedade da terra, à saúde, à educação e à moradia. Defendeu abertamente a reforma agrária, políticas de segurança alimentar, o uso sustentável da água e a mobilização dos movimentos sociais no “grito dos excluídos” que acontece todos os anos no Brasil no dia da independência.

Sobre a crise política que esteve presente na mídia durante todo o ano de 2005 e parte do ano de 2006, denominada de “*mensalão*”, na amostra estudada não apareceu de forma explícita. O único colunista que neste período se colocou com uma opinião, cujo enquadramento fora de conflito com o governo federal, em especial, com o presidente Lula, fora Mangabeira Unger, que chegou a pedir o impedimento do presidente pela acusação de corrupção.

Cada um dos colunistas teve uma agenda mais incidente no período estudado. Na análise dos artigos assinados por José Sarney, a principal agenda do período estudado fora a guerra no Iraque; de Delfim Netto, fora o desenvolvimento econômico; de Mangabeira Unger fora o crescimento da economia e a ausência de um “projeto de nação”; de Antonio Erminio, fora o desenvolvimento econômico e o papel que joga a agricultura na economia atual; e Dom Luciano Mendes teve como principal agenda o tema da fome, envolvendo segurança alimentar, gestão da água e a organização dos movimentos sociais.

Sobre economia, nada de novidade, a grande maioria dos veículos de comunicação não define a política econômica do governo como sendo antagônica à política anterior. Entretanto, é abundante em *Blogs*, jornais, reportagens de revistas entre outros meios, a idéia de que a política de juros adotada pelo Banco Central é uma das causas do baixo crescimento do setor produtivo no Brasil, não comparado ao governo Fernando Henrique, que também aplicou altas taxas de juros, mas sim, comparado com as taxas de juros de outros países em desenvolvimento.

Neste sentido, é possível dizer que na agenda econômica, os colunistas ofereceram aos leitores opiniões com ênfases e enquadramentos distintos para a agenda que já era pública, ou pelo menos, no sentido de ser pública a um determinado segmento específico, que tem discernimento e compreende o significado do que se está falando, quando se opina sobre juros altos, taxa de câmbio, compra e venda de títulos públicos, dívida pública interna e externa, controle fiscal, entre outros.

A agenda da guerra no Iraque fez parte da agenda pública durante largo tempo na mídia, se tornando também uma agenda pública. Nesta agenda, como dito, nem todos tocaram no tema de forma sistemática, exceto Sarney, mas também não foi uma agenda que se possa chamar de original em termos de “opinião pessoal” num veículo de comunicação como o jornal Folha de S. Paulo.

Nos colunistas estudados, o único que apresentou alguma originalidade em oferecer opinião que não seria possível de ser encontrada nos jornais nacionais diários. Fora Dom Luciano Mendes, que teve além dos temas religiosos, uma agenda que de pública, podemos dizer, tem um público bem seletivo entre os ativistas sociais, como dirigentes sindicais, lideranças que atuam na luta pela terra, intelectuais que estudam temas voltados às organizações sociais, religiosos, enfim, sujeitos sociais engajados.

Sobre a valência dos juízos oferecidos no conjunto dos artigos em relação ao primeiro mandato do governo Lula, tratei como afirmado anteriormente, com os critérios de “positivo”, “negativo” e “neutro”, quando o tema tratado no artigo possuía relação com políticas de Governo ou de Estado em âmbito federal e internacional.

Do universo de duzentos e vinte e sete artigos analisados, 55,5% teve conteúdo de juízos cuja valência se caracterizou por neutralidade em relação ao governo Lula. Os artigos que continham juízos cuja valência se caracterizou por juízos negativos, totalizaram 20,1% da amostra, nos quais foram mencionadas determinadas políticas, ou ausência destas tendo sido imputada a responsabilidade ao governo federal. A valência positiva às políticas do governo Lula, não

somaram um décimo do total da amostra, sendo 9,2% dos artigos analisados. No conjunto, 15,1% dos artigos trataram de temas que não tiveram nenhuma relação direta ou indireta com temas de Governo ou de políticas de Estado. Foram em geral, temas religiosos, sobre literatura, fatos ou eventos pessoais que foram narrados nas colunas de opinião.

Tabela VII: Distribuição da amostra de artigos assinados no Caderno Opinião da Folha de S. Paulo, entre 2003 e 2006, sobre o governo Lula segundo as categorias de valência: positivo, negativo, neutro e outros.

Validação	Quant/Art	%
Negativo	46	20,2
Positivo	21	9,2
Neutro	126	55,5
Outros	36	15,1
Total	227	100

Destes dados podemos concluir que os colunistas que assinaram artigos neste período pouco se colocaram na posição de confrontar as políticas do governo de forma categórica, imputando a ele a responsabilidade direta ou indireta nos resultados, positivos ou negativos, de definições econômicas, de política internacional, de programas sociais, entre outros. Dos colunistas, o que mais imputou responsabilidade negativa ao governo fora Mangabeira Unger: 26 artigos dos 46 que assinou no período, compondo 10% da amostra total.

Os números só nos oferecem a forma geral com que se deu a análise da amostra estudada, no que se refere a valência dos conteúdos assinados por uma opinião pessoal, que se demonstrou, em algumas vezes, ser compartilhada entre os colunistas, dando maior ou menor ênfase, trazendo novidades em números e indicadores novos para melhor ilustrar o argumento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como dito no início desta dissertação, os meios de comunicação, ou mais precisamente formadores de opinião, no limite, têm poder para disseminar a agenda, ou, influir **sobre o que** as pessoas devem pensar, mas, têm pouco ou quase nenhum poder de disseminar, sem nenhuma resistência, **o que** as pessoas devem pensar (COHEN, 1963, p120-121, *apud* AZEVEDO, p43). As agendas e as valências aqui apresentadas do conjunto de opiniões dos colunistas que assinaram artigos no Jornal Folha de S. Paulo, tiveram pouco ou quase nada de originais em relação agenda pública de cada período. Em especial no que se refere ao governo. É quase lugar comum que não existiu e ainda continua não existindo, uma força capaz de impor ao governo Lula críticas que tenham ressonância como uma agenda pública, algumas delas ficam restritas aos noticiários e não encontram força social que as encampe como uma agenda de oposição conseqüente.

Uma das hipóteses capaz de caminhar para uma chave explicativa, está no que alguns intelectuais chamam de “lulismo”. O “lulismo” seria um fenômeno sociológico que guarda relação com a história do PT, mas é muito mais relevante do que a própria história do PT. Antunes⁴⁷ compara o “lulismo” como o que a ciência política denomina de “*bonapartismo*”. Pois o “lulismo” paira acima dos partidos que lutam entre si sem que haja entre estes partidos, um com força suficiente para exercer hegemonia, com força para catalisar os demais partidos para o centro de sua órbita política. O mesmo fenômeno acontece com as forças do movimento operário, camponês, e social. O “lulismo”, neste sentido, tem relação e diálogo com todos os setores da sociedade, a direita e a esquerda do espectro político. Mas seu eixo de atuação se dá ao centro, e portanto, benéfico a manutenção do *status quo*, e inibidor de conflitos e rupturas. Neste sentido, presta serviço as elites e forças do capital. No entanto, como fenômeno sociológico, não se confunde com a pessoa, a figura de Lula, mas, tem nele, uma existência e uma força para se manter ativo.

A mídia como força política, denominada pelo jornalista Paulo Henrique Amorim como o “partido da mídia golpista” (PIG) sofreu importante derrota para o “lulismo” nas eleições de 2006⁴⁸. Sendo que pelo sistema eleitoral brasileiro só é possível candidatar-se a qualquer cargo público através de partidos políticos, o “enquadramento adversário” da mídia contra o Partido dos

⁴⁷ ANTUNES, Ricardo, O migrante e os usineiros, Folha de S. Paulo, Tendências & Debates, 12/04/2007.

⁴⁸ “A eleição de Lula é a derrota da mídia”, afirma **Mino Carta** em editorial da revista **CartaCapital**, 8-11-2006.

Trabalhadores entre 2005 e parte do ano de 2006, não surtiu o efeito desejado nas eleições tanto no primeiro quanto no segundo turno, onde Geraldo Alckimin, candidato do PSDB contra Lula, perdeu mais de dois milhões de votos do primeiro para o segundo turno.

De qualquer forma, não foi possível como enunciei na introdução, fazer uma análise comparativa entre a agenda do jornal Folha de S. Paulo, que está expressa nas colunas dos editoriais, nem os enquadramentos e valências dos editoriais, para aferir se tanto a agenda dos colunistas que assinam artigos no caderno Opinião na página A2 do Jornal Folha de S. Paulo, coincidem ou se diferem. Esta análise comparativa, ficará para uma análise futura.

Anexos

Anexo I

Quadro 1

Média de circulação diária / 2003		
	Jornal	Mil/dia
1º	Folha de S. Paulo	314.908
2º	O Globo	253.410
3º	O Estado de S. Paulo	242.755
4º	Jornal Extra RJ	228.728

Média de circulação diária / 2004		
	Jornal	Mil/dia
1º	Folha de S. Paulo	307.703
2º	O Globo	257.451
3º	Jornal Extra RJ	243.357
4º	O Estado de S. Paulo	233.471

Média de circulação diária / 2005		
	Jornal	Mil/dia
1º	Folha de S. Paulo	307.937
2º	O Globo	274.934
3º	Jornal Extra RJ	272.015
4º	O Estado de S. Paulo	230.859

Média de circulação diária / 2006		
	Jornal	Mil/dia
1º	Folha de S. Paulo	309.383
2º	O Globo	276.385
3º	Jornal Extra RJ	267.225
4º	O Estado de S. Paulo	231.165

Anexo II

De: Rafael Vansan rafael.vansan@grupofolha.com.br
Para: Marcio Cruz <marciocruz@ibest.com.br>
Cc: Aline Cristina Lopes Domingues <aline.domingues@grupofolha.com.br>

Data: 14 de julho de 2009 14:02
Assunto: RES: Sobre Circulação da Folha
Enviado porgrupofolha.com.br

Márcio,
Com relação à circulação paga nacional nos anos de 2003 a 2006, a Folha de S. Paulo teve a maior média anual em todos os períodos, conforme segue:

MÉDIA ANUAL DE CIRCULAÇÃO DIÁRIA PAGA

2003:

- Folha de S. Paulo (1º): 314.908
- O Globo (2º): 253.410
- O Estado de S. Paulo (3º): 242.755

2004:

- Folha de S. Paulo (1º): 307.703
- O Globo (2º): 257.451
- O Estado de S. Paulo (4º): 233.471

2005:

- Folha de S. Paulo (1º): 307.937
- O Globo (2º): 274.934
- O Estado de S. Paulo (4º): 230.859

2006:

- Folha de S. Paulo (1º): 309.383
- O Globo (2º): 276.385
- O Estado de S. Paulo (4º): 231.165

Essa informação é juramentada, auditada e disponibilizada pelo IVC.

Qualquer dúvida estou à disposição.

Att,
Rafael Vansan

Rafael Vansan
Planejamento - Circulação
FOLHA DE S.PAULO
Tel: (11) 3224.4559

Anexo III

De: Rafael Vansan <rafael.vansan@grupofolha.com.br>
Para: Marcio Cruz <marciocruz@ibest.com.br>

Data: 14 de julho de 2009 14:16
assunto: RES: Sobre Circulação da Folha
enviado porgrupofolha.com.br

ocultar detalhes 14 jul (6 dias atrás) Responder

É isso mesmo, Márcio. Quanto ao terceiro colocado, foi o Extra (RJ), conforme segue:

2003: 4º com 228.728
2004: 3º com 243.357
2005: 3º com 272.015
2006: 3º com 267.225

Att,
Rafael Vansan

Anexo IV

De: Marcio Cruz [marciocruz@ibest.com.br]
Enviado: sábado, 13 de junho de 2009 12:26

Para: Secretaria Redação Grupo Folha
Assunto: Perguntas a Sra Eleonora de Lucena
Cara Eleonora de Lucena,
Editora Executiva do Jornal Folha de São Paulo

Sou pesquisador, mestrando em Ciências Sociais da PUC São Paulo, e estou em fase de conclusão da dissertação sobre os artigos publicados no caderno Opinião deste jornal, no período de 2003 a 2006.

No entanto necessito de algumas informações que se demonstraram relevantes em minha banca de qualificação, gostaria de contar com sua colaboração para elucidá-las:

- a) Os colunistas que escrevem no caderno Opinião, ao lado direito da pagina A2, são convidados pelo Jornal? Se forem convidados, quem faz o convite? Se não são convidados, como chegam a escrever regularmente?
- b) Estes colunistas recebem alguma remuneração para escrever semanalmente no caderno opinião?
- c) No período analisado, 2003 a 2006, alguns colunistas deixaram de escrever como:

Boris Fausto escreve seu ultimo artigo na segunda, 8 de dezembro de 2003, dizendo a “direção da Folha houve por bem me solicitar este espaço, oferecendo-me outros no jornal”, nas segundas feiras passa a escrever José Serra, que permanece até se desligar para dedicar-se a eleição municipal de 2004.

Otavio Frias escreveu seu ultimo artigo dia 2 de setembro, despediu escrevendo que depois de dez anos, acreditava que havia chegado a hora “de uma pausa para renovar idéias e opiniões: minhas e dos eventuais leitores.”, sendo substituído por profissionais da Folha durante um longo período.

Demetrio Magnoli, que inicia a escrever em 2004, depois de 14 edições pára de escrever sem nenhuma justificativa, escreve todo o ano de 2005 e em 2006 escreve seu ultimo artigo no dia 21 de setembro, sem uma linha dos justificando sua ausência nos demais.

O que leva a substituição dos colunistas que escrevem no caderno Opinião da pagina A2?

- d) No jornal FSP, existem outros espaços para artigos, publicados em cadernos como Esporte, Ilustrada, Dinheiro, Cotidiano, Vitrine e Mais. Como estes colunistas são escolhidos? Eles recebem alguma remuneração?
- e) O que a FSP espera, com a publicação de Opiniões de personalidades, políticos, empresários na pagina A2?

Como estou em fase de conclusão da dissertação, agradeceria muito, se tivesse acesso a estas informações no menor prazo possível, pois, devo depositar minha dissertação no final deste mês.

Agradeço antecipadamente o empenho,

Marcio Cruz
Mestrando em Ciências Sociais PUC/SP
marciocruz@ibest.com.br

De: Secretaria Redação Grupo Folha <secretaria.redacao@grupofolha.com.br>
Para: "marciocruz@ibest.com.br" <marciocruz@ibest.com.br>

data3 de agosto de 2009 15:17
assuntoENC: Perguntas a Sra Eleonora de Lucena

enviado porgrupofolha.com.br

ocultar detalhes 3 ago (8 dias atrás) Responder

Prezado Márcio,

Segue abaixo a resposta da Eleonora de Lucena, editora-executiva para suas perguntas:

A Folha busca reunir um grupo de colunistas que expresse diferentes formas de pensar. Ser plural é o objetivo da Folha e é isso que norteia a escolha dos colunistas. Os colunistas que não fazem parte o corpo de profissionais do jornal recebem uma remuneração específica pela sua contribuição. É natural que, no transcorrer do tempo, ocorram mudanças. Elas podem ser provocadas pela iniciativa do colunista ou do jornal. O importante a ressaltar é a multiplicidade de visões de mundo que o conjunto dos colunistas (em todos os cadernos do jornal) representa. Reunido empresários, intelectuais, artistas, políticos e personalidades de várias tendências ideológicas a Folha tenta levar ao seu leitor diferentes interpretações e análises sobre os fatos.

Grata,

Renata Aparecida dos Santos
Coordenadora Administrativa
Secretaria de Redação
Folha de S.Paulo
tel. + 55 11 3224-4141
fax + 55 11 3221-1965
renata.santos@grupofolha.com.br
al. Barão de Limeira, 401 - 3º andar
01202-900 São Paulo SP Brasil

Anexo V

Quadro 2 : Colunistas da pagina A-2 que publicaram no período de primeiro de janeiro de 2003 a 31 de dezembro do mesmo ano.

Colunistas	Numero de edições publicadas no ano 2003	Dias da semana
ALCINO LEITE NETO	2	
ANTONIO DELFIM NETTO	50	quarta
ANTONIO ERMINIO DE MORAES	52	domingo
BORIS FAUSTO	45	segunda
CLAUDIA ANTUNES	1	
CLEUSA TURRA	1	
DANIEL BRAMATTI	1	
ELEONORA DE LUCENA	2	
ELIANE CANTANHÊDE	1	
FERNANDO CANZIAN	2	
FERNANDO DE BARROS E SILVA	4	
FREDERICO VASCONCELOS	1	
HÉLIO SCHWARTSMAN	1	
IGOR GIELOW	1	
JOSÉ SARNEY	51	sexta
LUCIANO MENDES DE ALMEIDA	52	sábado
LUÍS FRANCISCO CARVALHO Fº	1	
MARCELO COELHO	1	
MARCIO AITH	2	
MARCOS AUGUSTO GONÇALVES	1	
OTAVIO FRIAS FILHO	41	quinta
ROBERTO MANGABEIRA UNGER	47	terça
SYLVIA COLOMBO	1	
VALDO CRUZ	3	
VINICIUS TORRES FREIRE	1	
Dias do Ano	365	

Anexo VI

Quadro 3: Colunistas da pagina A-2 que publicaram no período de primeiro de janeiro de 2004 a 31 de dezembro do mesmo ano.

Colunistas em ordem alfabética	Numero de edições publicadas no ano 2004	Dias da semana
ALCINO LEITE NETO	2	
ANTONIO DELFIM NETTO	51	quarta
ANTONIO ERMINIO DE MORAES	52	domingo
CLAUDIA ANTUNES	1	
DEMÉTRIO MAGNOLI	15	
ELVIRA LOBATO	1	
FERNANDO DE BARROS E SILVA	2	
FREDERICO VASCONCELOS	1	
JOÃO SAYAD	19	
JOSÉ SARNEY	52	sexta
JOSÉ SERRA	24	segunda
LUCIANO MENDES DE ALMEIDA	52	sábado
MARCIO AITH	1	
MÁRIO MAGALHÃES	1	
OTAVIO FRIAS FILHO	34	quinta
RENATA LO PRETE	1	
ROBERTO MANGABEIRA UNGER	48	terça
ROGÉRIO GENTILE	1	
SÉRGIO DÁVILA	1	
SÉRGIO MALBERGIER	1	
VAGUINALDO MARINHEIRO	2	
VINICIUS MOTA	3	
VINICIUS TORRES FREIRE	1	
Dias do ano	366	

Anexo VII

Quadro 4: Colunistas da pagina A-2 que publicaram no período de primeiro de janeiro de 2005 a 31 de dezembro do mesmo ano.

Colunistas em ordem alfabética	Numero de edições publicadas no ano 2005	Dias da semana
ALCINO LEITE NETO	1	
ANTONIO DELFIM NETTO	49	quarta
ANTONIO ERMINIO DE MORAES	52	domingo
CÁSSIO STARLING CARLOS	1	
CLAUDIA ANTUNES	1	
CLAUDIO ANGELO	1	
DEMÉTRIO MAGNOLI	52	quinta
ELVIRA LOBATO	1	
FERNANDO CANZIAN	2	
FERNANDO DE BARROS E SILVA	2	
FREDERICO VASCONCELOS	1	
HÉLIO SCHWARTSMAN	1	
JOÃO SAYAD	36	segunda
JOSÉ SARNEY	52	sexta
KENNEDY ALENCAR	1	
LAURA CAPRIGLIONE	1	
LUCIANO MENDES DE ALMEIDA	53	sábado
MARCOS ANTONIO CINTRA	1	
MARIO CESAR CARVALHO	1	
MÁRIO MAGALHÃES	1	
RENATA LO PRETE	1	
ROBERTO MANGABEIRA UNGER	48	terça
ROGÉRIO GENTILE	1	
SÉRGIO DÁVILA	1	
SÉRGIO MALBERGIER	1	
VAGUINALDO MARINHEIRO	1	
VALDO CRUZ	1	
VINICIUS MOTA	1	
Dias do ano	365	

Anexo VIII

Quadro 5: Colunistas da pagina A-2 que publicaram no período de primeiro de janeiro de 2006 a 31 de dezembro do mesmo ano.

Colunistas em ordem alfabética	Numero de edições publicadas no ano 2006	Dias da semana
ANTONIO DELFIM NETTO	50	quarta
ANTONIO ERMINIO DE MORAES	53	domingo
CLAUDIA ANTUNES	1	
CLAUDIO ANGELO	1	
DEMÉTRIO MAGNOLI	37	quinta
ELEONORA DE LUCENA	3	
ELVIRA LOBATO	1	
FABIANO MAISONNAVE	1	
FERNANDO CANZIAN	1	
FERNANDO DE BARROS E SILVA	1	
FREDERICO VASCONCELOS	1	
HÉLIO SCHWARTSMAN	1	
IGOR GIELOW	1	
JOÃO SAYAD	51	segunda
JOSÉ HENRIQUE MARIANTE	1	
JOSÉ SARNEY	52	sexta
LUCIANO MENDES DE ALMEIDA	33	sábado
MARCELO LEITE	1	
MARCOS ANTONIO CINTRA	1	
MARIA SYLVIA CARVALHO FRANCO	13	
MÁRIO MAGALHÃES	1	
MELCHIADES FILHO	1	
RENATA LO PRETE	1	
RICARDO MELO	1	
ROBERTO MANGABEIRA UNGER	49	terça
ROGÉRIO GENTILE	1	
SÉRGIO DÁVILA	3	
SÉRGIO MALBERGIER	1	
VAGUINALDO MARINHEIRO	1	
VALDO CRUZ	1	
VINICIUS MOTA	2	
Dias do ano	366	

Anexo IX

Quadro 6: definição dos dias que tiveram artigos por colunista, seleccionados por semana casada entre primeiro de janeiro de 2003 e 31 de dezembro de 2006.

Tabela de semanas casadas														
Domingo	ano	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	art. Ano
Antonio Erminio de Moraes	2003	5	9	16	27	4	8	20	24	7	12	16	28	12
	2004	4	8	21	25	2	13	18	22	5	10	21	26	12
	2005	2	13	20	3	8	19	24	7	11	16	27	4	12
	2006	1	12	19	23	7	11	16	27	3	8	19	24	12

Terça	ano	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	art. Ano
Roberto Mangabeira Unger	2003	7	11	18	22	6	10	15	26	30	7	11	16	12
	2004	6	10	16	27	4	8	20	24	7	5	9	21	10
	2005	4	8	15	26	3	14	19	23	6	11	15	27	12
	2006	3	14	21	25	2	13	18	22	5	10	21	26	11

Quarta	ano	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	art. Ano
Antonio Delfin Netto	2003	1	12	19	23	7	11	16	27	3	8	19	24	10
	2004	7	11	17	21	5	9	21	25	1	13	17	22	12
	2005	5	9	16	27	4	8	20	24	7	12	16	28	10
	2006	4	8	15	26	3	14	19	23	6	11	15	27	10

Sexta	ano	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	art. Ano
José Sarney	2003	3	14	21	25	30	6	11	15	26	31	7	12	12
	2004	2	13	19	23	7	11	16	27	3	8	19	24	11
	2005	7	11	18	22	6	10	15	26	2	14	18	23	12
	2006	6	10	17	28	5	9	21	25	1	13	17	22	12

Sábado	ano	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	art. Ano
Luciano Mendes de Almeida	2003	4	8	15	26	3	14	19	23	6	11	22	6	12
	2004	3	14	20	24	1	12	17	28	4	9	20	25	12
	2005	1	12	19	23	7	11	16	27	3	8	19	24	12
	2006	7	11	18	22	6	10	15	26	2	14	18	23	8
Total de artigos														226

Dias em que não foram publicados artigos	Quantidade de artigos publicados nas semanas casadas	Dia, ano e mês da publicação nas semanas casadas
--	--	--

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Teodor W & Horkheimer, Max. *Dialética do Esclarecimento: Fragmentos Filosóficos*, Ed. Zahar, RJ, 1985
- ARENDT, Hannah. *A Dignidade da Política. Ensaios e Conferências*. Ed. Relume Dumará, RJ, 2002
- ARENDT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*. 5 edição. Ed. Perspectiva. SP. 2005 (Debates;64/dirigida por J. Guinsburg)
- AVELAR, Lucia & CINTRA, Antonio Otávio. Org. *Sistema Político Eleitoral Brasileiro*, 2 ed. Revisada e ampliada. Konrad-Adenauer-Stiftung. Ed. Unesp. SP. 2007
- AZEVEDO, Fernando Antonio; CHAIA, Vera, Opin. Pública v.14 n.1 Campinas. jun. 2008
- AZEVEDO, Fernando. *Agendamento da Política*. In: RUBIM, A. A. C. (org). *Comunicação e política: conceitos e abordagens*. Salvador: EDUFBA/Unesp, 2004
- BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e Democracia*. Ed. Brasiliense. Tradução Marco Aurélio Nogueira, SP, 1988
- BOÉTIE, Etienne de La. *O Discurso da Servidão Voluntária, Elogio da Filosofia*, Ed. Brasiliense, 1982
- BOURDIEU, Pierre (1980) “A opinião pública não existe”. *apud*, THIOLENTE, M. *Crítica metodológica a investigação sociológica e enquete operária*. São Paulo. Polis.
- BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: Crítica social do julgamento*. Ed. Edusp, SP; Ed. Zouk. RS. 2007
- BRAIT, Beth. *Análise e teoria do discurso*. In. Bakhtin, outros conceitos-chave. Org. Bhet Brait. Contexto. SP. 2006;
- CHAIA, Vera e TEIXEIRA, Marco Antonio. *Democracia e escândalos políticos*. *São Paulo Perspec.* [online]. 2001, vol.15, n.4;
- CHAIA, Vera. *Jornalismo e política: Escândalos e relações de poder na câmara municipal de São Paulo*. Ed. Hacker. 2004
- CHAIA, Vera. *Investigação sobre comunicação política no Brasil*. Ponto e Vírgula. n 2, Segundo semestre de 2007. Revista eletrônica do programa de pós-graduados em ciências sociais da PUC-SP

CHAIA, Vera. Mídia e política. Escândalos políticos como parte do jogo. Pág. 13 a 17. Educ. 2000

CHAUI, Marilena. Cultura e Democracia: discursos competentes e outras falas. 9 edição, Ed. Cortez, SP, 2001

DESCARTES, René. Discurso do Método. Tradução: Paulo Neves. Coleção L&PM Pocket, vol 458. RS. 2004

FIGUEIREDO, Rubens. O marketing político: entre a ciência e a falta de razão, Fundação Konrad Adenauer. 2000. SP.

FERNANDES, Florestan. Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento. 2 Edição revisada. Ed. Zahar, RJ, 1972

FONSECA, Francisco. O Consenso Forjado. Ed. Hucitec, SP, 2005

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. Ed. Loiola, SP, 1996

GIDDENS, Antony. As conseqüências da Modernidade. Ed. UNESP. SP. 1991.

GUIMARAES, Elisa. Figuras de Retórica e Argumentação. *Apud* Retórica de Ontem e de hoje. Org. MOSCA, Lineide, do L Salvador. Humanitas, SP, 2004

GRAMSCI, Antonio. Caderno 11 (1932-1933): Introdução ao estudo da filosofia. In:_____. *Cadernos do cárcere*. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v. 1: Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. p93

GRAMSCI, Antonio. Poder, Política e Partido. Org. Emir Sader. Ed. Expressão Popular. SP. 2005.

IASI, Mauro. O dilema de Hamlet: o ser e o não ser da consciência. Ed. Vira Mundo. SP. 2002

KAHNEMAN e TVERKY, (1984, p.343;1986 - p.124) *Apud* PORTO, Mauro. Enquadramentos da Mídia e Política. RUBIM, A. A. C. (Org.) Comunicação e política: conceitos e abordagens. Salvador: EDUFBA/Unesp, 2004. p75-78.

LIMA, Venício. Mídia:Crise política e poder no Brasil. São Paulo. Ed Fundação Perseu Abramo, 2006.

LIMA, Venício. Os “cenários de representação – CR” e a política. 2003.

LIMA, Venício A. Sociedade da Informação, Comunicações e Democracia. COMUNICAÇÃO & INFORMAÇÃO. v.12/ n°.4/ Out-Dez 1998

- MARCHEZAN, Renata C. Diálogo *apud* Análise e teoria do discurso. In. Bakhtin, outros conceitos-chave. Org. Bhet Brait. Contexto. SP. 2006
- MARX, Karl e Engels, Friedrich. O Manifesto Comunista. Ed. Paz e Terra, SP. 2002
- MELO, Carlos A. Furtado. Imprensa e democracia: a transformação da e a criação do Partido dos Trabalhadores. Dissertação de mestrado. PUC. SP. 1996
- MORAES, Denis. O capital da mídia na lógica da globalização. In. Por uma Outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder. Record. RJ. 2003
- MCCHESENEY, Robert. Mídia Global, neoliberalismo e imperialismo. In. Por Uma Outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder. Record. RJ. 2003
- OLSEN, Örjan. Liderança de opinião vertical, horizontal, ou, quem sabe, ambas? Revista OSPM (Sociedade Brasileira de Pesquisa de Mercado, ano I, n. 4. 1997. *Apud* FIGUEIREDO, Rubens. O marketing político: entre a ciência e a falta de razão, Fundação Konrad Adenauer. 2000. SP)
- PINTO, José Milton. Comunicação e discurso: introdução a análise do discurso. 2 ed. Ed. Hacker, SP, 2002.
- PORTO, Mauro. Enquadramentos da Mídia e Política. In: RUBIM, A. A. C. (org). Comunicação e política: conceitos e abordagens. Salvador: EDUFBA/Unesp, 2004
- PRADO, Caio Jr. Evolução Política no Brasil. 11 edição, Ed. Brasiliense, SP, 1979
- PRADO, Caio Jr. História e Desenvolvimento: Contribuição da historiografia para a teoria prática do desenvolvimento brasileiro. 3 edição, 1 reimpressão. Ed. Brasiliense, SP, 1979
- RIBEIRO, Janine Renato. A Sociedade Contra o Social, Cia das Letras, SP, 2000
- STEINBERGER, Margarethe Born. Discursos Geopolíticos da Mídia: Jornalismo e imaginário internacional na América Latina. Ed. Educ, Ed. Cortez, SP, 2005
- TASCHNER, Gisela. Folhas ao Vento: Análise de um conglomerado jornalístico do Brasil. Ad. Paz e Terra, SP, 1992
- THOMPSON, John B. A mídia e a modernidade: Uma teoria social da mídia. Ed. Vozes, Petrópolis, 1998. trad. Wagner de Oliveira Brandão
- WEBER, Max. Metodologia em Ciências Sociais. Parte 1. 4 edição. Ed. Cortez. SP. 2001
- WEBER, Max. Economia e Sociedade Vol. I, Quarta edição. Ed. Universidade de Brasília: Imprensa Oficial do Estado de SP. SP. 1999;
- WOLF, Mauro. Teorias da Comunicação. Ed. Presença. 2001

Artigos do jornal Folha de S. Paulo citados:

MENDES, Luciano Dom. Tu és Pedro. Folha de S. Paulo, São Paulo, 23/04/2005, Opinião, p. A2;

MENDES, Luciano Dom. Bento 16 e o pontificado do diálogo. Folha de S. Paulo, São Paulo, 22/04/2006, Opinião, p. A2;

MENDES, Luciano Dom. Jesus Cristo, presente entre nós. Folha de S. Paulo, São Paulo, 12/06/2004, Opinião, p. A2;

MENDES, Luciano Dom. Mutirão para superar a fome. Folha de S. Paulo. São Paulo, 20/03/2004, Opinião, p. A2;

MENDES, Luciano Dom. Dias abençoados em Itaici. Folha de S. Paulo, São Paulo, 01/05/2004, Opinião, p. A2;

MENDES, Luciano Dom. Saúde e bem comum. Folha de S. Paulo, São Paulo, 28/08/2004, Opinião, p. A2;

MENDES, Luciano Dom. Alimentar a esperança do povo. Folha de S. Paulo, São Paulo, 19/11/2005, Opinião, p. A2;

MENDES, Luciano Dom. Amar é fazer o bem. Folha de S. Paulo, São Paulo, 11/02/2006, Opinião, p. A2;

MENDES, Luciano Dom. Mutirão para superar a fome. Folha de S. Paulo, São Paulo, 20/03/2004, Opinião, p. A2;

MENDES, Luciano Dom. A sociedade que almejamos. Folha de S. Paulo, São Paulo, 19/07/2003, Opinião, p. A2;

MENDES, Luciano Dom. Violência e terror, até quando? Folha de S. Paulo, São Paulo, , 23/08/2003, Opinião, p. A2.

MENDES, Luciano Dom. Terra e água. Folha de S. Paulo, São Paulo, 20/11/2004, Opinião, p. A2;

MENDES, Luciano Dom. Trabalho e exclusão social. Folha de S. Paulo, São Paulo, 07/05/2005, Opinião, p. A2;

MENDES, Luciano Dom. Hora de cidadania. Folha de S. Paulo, São Paulo, 16/07/2005, Opinião, p. A2;

MENDES, Luciano Dom. Metas certas e meios errados. Folha de S. Paulo, São Paulo, 10/06/2006, Opinião, p. A2;

MENDES, Luciano Dom. Grito dos excluídos. Folha de S. Paulo, São Paulo, 06/09/2003, Opinião, p. A2;

MENDES, Luciano Dom. O Grito dos Excluídos- dez anos. Folha de S. Paulo, São Paulo 04/09/2004, Opinião, p. A2;

MENDES, Luciano, Dom. Grito dos Excluídos 2005. Folha de S. Paulo, São Paulo, 27/08/2005, Opinião, p. A2;

MENDES, Luciano Dom. Direitos reprodutivos. Folha de S. Paulo, São Paulo, 07/01/2006, Opinião, p. A2;.

MENDES, Luciano Dom. A paz é possível. Folha de S. Paulo, São Paulo, 08/02/2003, Opinião, p. A2;

MENDES, Luciano Dom. A vez dos idosos. Folha de S. Paulo, São Paulo, 15/03/2003, Opinião, p. A2;

MORAES, Antonio E. Carvão: eventual substituto do petróleo, Folha de S. Paulo, São Paulo, 09/02/2003, Opinião, p. A2;

MORAES, Antonio E. Oxalá seja um pesadelo!, Folha de S. Paulo, São Paulo, 16/03/2003, Opinião, p. A2;

MORAES, Antonio E. A energia e o equilíbrio mundial, Folha de S. Paulo, São Paulo, 24/08/2003, Opinião, p. A2;

MORAES, Antonio E, Brasil: uma conquista importante, Folha de S. Paulo, São Paulo, 23/04/2006, Opinião, p. A2;

MORAES, Antonio E, Educação e o uso inteligente da água, Folha de S. Paulo, São Paulo, 12/10/2003, Opinião, p. A2;

MORAES, Antonio E. Água, o mundo e o Brasil, Folha de S. Paulo, São Paulo, 04/01/2004, Opinião, p. A2;

MORAES, Antonio E. Usar água sim; desperdiçar nunca, Folha de S. Paulo, São Paulo, 12/02/2006, Opinião, p. A2;

MORAES, Antonio E. Por que a morosidade no desenvolvimento da energia hídrica?Folha de S. Paulo, São Paulo, 07/05/2006, Opinião, p. A2;

MORAES, Antonio E., O planeta e o grande desafio futuro, Folha de S. Paulo, São Paulo, 20/03/2005, Opinião, p .A2;

MORAES, Antonio E., A promissora agrofloricultura brasileira, Folha de S. Paulo, São Paulo, 11/09/2005, Opinião, p. A2;

MORAES, Antonio E., Brasil: um PIB vergonhoso, Folha de S. Paulo, São Paulo, 13/06/2004, Opinião, p. A2;

MORAES, Antonio E., Irresponsabilidade: o drama da febre aftosa, Folha de São Paulo, São Paulo, 16/10/2005, Opinião, p. A2;

MORAES, Antonio E., Transgênicos e a Brilhante Sentença, Folha de S. Paulo, São Paulo, Domingo, 07/09/2003, Opinião, p. A2;

MORAES, Antonio E., Brasil, futuro celeiro do mundo!, Folha de S. Paulo, São Paulo, 03/04/2005, Opinião, p. A2;

MORAES, Antonio E., A esquecida malha ferroviária brasileira, Folha de S. Paulo, São Paulo, 13/02/2005, Opinião, p. A2;

MORAES, Antonio E., Facilidade no cobrar e irresponsabilidade no executar, Folha de S. Paulo, São Paulo, 21/11/2004, Opinião, p. A2;

MORAES, Antonio E., Crescimento vergonhoso, Folha de S. Paulo, São Paulo, 04/12/2005, Opinião, p. A2;

MORAES, Antonio E., Perspectivas para 2006, Folha de S. Paulo, São Paulo, 01/01/2006, Opinião, p. A2;

MORAES, Antonio E., A lamentável e crescente burocracia, Folha de S. Paulo, São Paulo, 16/11/2003, Opinião, p. A2;

MORAES, Antonio E., Reforma trabalhista, Folha de S. Paulo, São Paulo, 19/11/2006, Opinião, p. A2;

MORAES, Antonio E., A insuportável carga tributária gerando corrupção, Folha de S. Paulo, São Paulo, 19/06/2005, Opinião, p. A2;

MORAES, Antonio E., Irresponsabilidade fiscal nunca mais! Folha de S. Paulo, São Paulo, 18/07/2004, Opinião, p. A2;

MORAES, Antonio E., Austeridade máxima para a Lei de Responsabilidade Fiscal, Folha de S. Paulo, São Paulo, 08/05/2005, Opinião, p. A2;

MORAES, Antonio E., Difícil de compreender, Folha de S. Paulo, São Paulo, 03/09/2006, Opinião, p. A2;

MORAES, Antonio E., 2004: educação, o fator decisivo, Folha de S. Paulo, São Paulo, 28/12/2003, Opinião, p. A2;

MORAES, Antonio E., Recursos: só 40% chegam às salas de aula, Folha de S. Paulo, São Paulo, 02/01/2005, Opinião, p. A2;

MORAES, Antonio E., A Previdência e o viver mais, Folha de S. Paulo, São Paulo, 05/09/2004, Opinião, p. A2;

NETO, Delfim. O Brasil que ruge. Folha de S. Paulo, São Paulo, 19/03/2003, Opinião, p. A2;

NETO, Delfim. A Malásia e nós. Folha de São Paulo, São Paulo, 23/04/2003, Opinião, p. A2;

NETO, Delfim. Crítica ociosa. Folha de S. Paulo, São Paulo, 07/05/2003, Opinião, p. A2;

NETTO, Delfim. Traição. Folha de S. Paulo, São Paulo, 20/07/2005, Opinião, p. A2;

NETTO, Delfim. O alívio externo. Folha de S. Paulo, São Paulo, 11/06/2003, Opinião, p. A2;

NETTO, Delfim. O FMI e o Brasil. Folha de S. Paulo, São Paulo, 05/05/2004, Opinião, p. A2;

NETTO, Delfim. Falta alguém no Modermaq. Folha de S. Paulo, São Paulo, 17/03/2004, Opinião, p. A2;

NETTO, Delfim. Exportação = salvação. Folha de S. Paulo, São Paulo, 25/08/2004, Opinião, p. A2;

NETTO, Delfim. Independência pero no mucha. Folha de S. Paulo, São Paulo, 24/08/2005, Opinião, p. A2;

NETTO, Delfim. Ajuste fiscal, Folha de S. Paulo, São Paulo, 07/09/2005, Opinião, p. A2;

NETTO, Delfim. Estimulando a fuga de capitais. Folha de S. Paulo, São Paulo, 09/06/2004, Opinião, p. A2;

NETTO, Delfim. Menos ciência, mais arte. Folha de S. Paulo, São Paulo, 09/02/2005, Opinião, p. A2;

NETTO, Delfim. Há anos a inflação é a mesma. Folha de S. Paulo, São Paulo, 13/10/2004, Opinião, p. A2;

NETTO, Delfim. Olho neles... Folha de S. Paulo, São Paulo, 01/09/2004, Opinião, p. A2;

NETTO, Delfim. Autonomia do Banco Central. Folha de S. Paulo, São Paulo, 16/03/2005, Opinião, p. A2;

NETTO, Delfim. Aproveitar a hora. Folha de S. Paulo, São Paulo, 04/05/2005, Opinião, p. A2;

NETTO, Delfim. Impostos: quem defende o povo? Folha de S. Paulo, São Paulo, 08/10/2003, Opinião, p. A2;

NETTO, Delfim. O FMI e o Brasil. Folha de S. Paulo, São Paulo, 05/05/2004, Opinião, p. A2;

NETTO, Delfim. A mãe de todas as reformas. Folha de S. Paulo, São Paulo, 26/04/2006, Opinião, p. A2;

NETTO, Delfim. As propostas Jobim-Palocci, Folha de S. Paulo, São Paulo, 21/07/2004, Opinião, p. A2;

NETTO, Delfim. Faltou Aristóteles. Folha de S. Paulo, São Paulo, 12/10/2005, Opinião, p. A2;

NETTO, Delfim. Governo complicado. Folha de S. Paulo, São Paulo, 16/11/2005, Opinião, p. A2;

NETTO, Delfim. Estado de espírito. Folha de S. Paulo, São Paulo, 16/07/2003, Opinião, p. A2;

NETTO, Delfim. Educação, crime e desemprego. Folha de S. Paulo, São Paulo, 19/07/2006, Opinião, p. A2;

NETTO, Delfim. Previsões eleitorais. Folha de S. Paulo, São Paulo, 23/08/2006, Opinião, p. A2;

SARNEY, José. Zoológico fantástico. Folha de S. Paulo, São Paulo, 12/12/2003, Opinião, p. A2;

SARNEY, José. Os alegres sorrisos da guerra. Folha de S. Paulo, São Paulo, 14/02/2003, Opinião, p. A2;

SARNEY, José. O cavalo de Adrasto. Folha de S. Paulo, São Paulo, 21/03/2003, Opinião, p. A2;

SARNEY, José. Bagdá e os Novos Baianos. Folha de S. Paulo, São Paulo, 25/04/2003, Opinião, p. A2;

SARNEY, José. Um cavalo selado e não montado. Folha de S. Paulo, São Paulo, 30/05/2003, Opinião, p. A2;

SARNEY, José. Né, Roosevelt. Folha de S. Paulo, São Paulo, 31/10/2003, Opinião, p. A2;

SARNEY, José. Zoológico fantástico. Folha de S. Paulo, São Paulo, 12/12/2003, Opinião, p. A2;

SARNEY, José. Ovos de galinha preta. Folha de S. Paulo, São Paulo, 15/08/2003. Opinião, p. A2;

SARNEY, José. O dominó e a mentira. Folha de S. Paulo, São Paulo, 19/03/2004, Opinião, p. A2;

SARNEY, José. Um bom começo de Quaresma. Folha de S. Paulo, São Paulo, 11/02/2005, Opinião, p. A2;

SARNEY, José. Um outro caminho? Folha de S. Paulo, São Paulo, 28/04/2006, Opinião, p. A2;

SARNEY, José. Mar Morto e Guerra Perpétua. Folha de S. Paulo, São Paulo, 05/05/2006, Opinião, p. A2;

SARNEY, José. O sal não salga. Folha de S. Paulo, São Paulo, 10/06/2005, Opinião, p. A2;

SARNEY, José. Complexo de Cachoeira. Folha de S. Paulo, São Paulo, 15/07/2005, Opinião, p. A2;

SARNEY, José. Risco-Brasil e quebra-quebra. Folha de S. Paulo, São Paulo, 09/06/2006, Opinião, p. A2;

SARNEY, José. Bordalesa e a delação premiada. Folha de S. Paulo, São Paulo, 26/08/2005, Opinião, p. A2;

SARNEY, José. Da felicidade. Folha de S. Paulo, São Paulo, 02/09/2005, Opinião, p. A2;

SARNEY, José. Gibraltar e a crise do "mensalão". Folha de S. Paulo, São Paulo, 18/11/2005, Opinião, p. A2;

SARNEY, José. E o futuro? Folha de S. Paulo, São Paulo, 21/07/2006, Opinião, p. A2;

SARNEY, José. O sofá das infidelidades. Folha de S. Paulo, São Paulo, 16/07/2004, Opinião, p. A2;

SARNEY, José. Ainda no labirinto. Folha de S. Paulo, São Paulo, 22/04/2005, Opinião, p. A2;

SARNEY, José. Uma Justiça que não será cega. Folha de S. Paulo, São Paulo, 19/11/2004, Opinião, p. A2;

SARNEY, José. E o 15 que não é de Rachel? Folha de S. Paulo, São Paulo, 18/03/2005, p. A2;

UNGER, Mangabeira., Ensino já. Folha de S. Paulo, São Paulo, 18/03/2003, Opinião, p. A2;

UNGER, Mangabeira., Crescer. Folha de S. Paulo, São Paulo, 06/05/2003, Opinião, p. A2;

UNGER, Mangabeira. O mais importante. Folha de S. Paulo, São Paulo, 09/11/2004, Opinião, p. A2;

UNGER, Mangabeira. Parado. Folha de S. Paulo, São Paulo, 30/09/2003, Opinião, p. A2;

UNGER, Mangabeira. Emergência. Folha de S. Paulo, São Paulo, 07/10/2003, Opinião, p. A2;

UNGER, Mangabeira. A política do vazio. Folha de S. Paulo, São Paulo, 10/02/2004, Opinião, p. A2;

UNGER, Mangabeira. Mínimo libertador. Folha de S. Paulo, São Paulo, 16/03/2004, Opinião, p. A2;

UNGER, Mangabeira. A sucessão é a solução. Folha de S. Paulo, São Paulo, 27/04/2004, Opinião, p. A2;

UNGER, Mangabeira. Organizando uma surpresa. Folha de S. Paulo, São Paulo, 08/06/2004, Opinião, A2;

UNGER, Mangabeira. Por onde começa a mudança? Folha de S. Paulo, São Paulo, 20/07/2004, Opinião, p. A2;

UNGER, Mangabeira. Oportunidade para mudar. Folha de S. Paulo, São Paulo, 08/02/2005, Opinião, p. A2;

UNGER, Mangabeira. Quem defenderá os trabalhadores? Folha de S. Paulo, São Paulo, 26/04/2005, Opinião, p. A2;

UNGER, Mangabeira. O foco da corrupção. Folha de São Paulo, S. Paulo, 14/06/2005, Opinião, p. A2;

UNGER, Mangabeira. Impor o capitalismo aos capitalistas. Folha de S. Paulo, São Paulo, 19/07/2005, Opinião, p. A2;

UNGER, Mangabeira. Pôr fim ao governo Lula. Folha de S. Paulo, São Paulo, 15/11/2005, Opinião, p. A2;

UNGER, Mangabeira. Rebelar-se. Folha de S. Paulo, São Paulo, 27/12/2005, Opinião, p. A2;

UNGER, Mangabeira. A obra do próximo presidente. Folha de S. Paulo, São Paulo, 14/02/2006, Opinião, p. A2.;

UNGER, Mangabeira. O que levantaria o Brasil? Folha de S. Paulo, São Paulo, 21/03/2006, Opinião, p. A2;

UNGER, Mangabeira. Saídas. Folha de S. Paulo, São Paulo, 02/05/2006, Opinião, p. A2;

UNGER, Mangabeira. Surge o agente. Folha de S. Paulo, São Paulo, 05/09/2006, Opinião, p. A2;

UNGER, Mangabeira. Honra ao mérito. Folha de S. Paulo, São Paulo, 26/12/2006, Opinião, p. A2.

Websites:

http://www.direitoacomunicacao.org.br/novo/content.php?option=com_content&task=view&id=144

<http://tambem.wordpress.com/2008/08/01/ranking-das-agencias-de-publicidade-2008>

<http://www.brasildefato.com.br/v01/quemsomos>

<http://www.adital.org.br/site/conteudo.asp?lang=PT&ref=quemsomos>

<http://www.adital.com.br/site/noticia2.asp?lang=PT&cod=14591>

<http://petrobrasfatosedados.wordpress.com/>

<http://www.onibus.blog.br/>

http://www.sae.gov.br/site/?page_id=659

<http://colunistas.ig.com.br/luisnassif/2009/08/19/marina-silva-sai-do-pt/>

<http://g1.globo.com/noticias/politica/0,,mul1273230-5601,00-senador+flavio+arns+diz+querer+sair+do+pt+apos+decisao+a+favor+de+sarney.html>

<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,mercadante-diz-que-deixara-lideranca-do-pt-em-twitter,421977,0.htm>

<http://www.gritodosexcluidos.com.br/>

http://www.fao.org/index_en.htm

http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia/o-que-e

<http://www.cnn.com/2003/US/08/14/power.outage>

<http://www.brasildefato.com.br/v01/agencia/nacional/governo-libera-milho-transgenico-da-monsanto-e-da-bayer>

<http://www.bcb.gov.br/?SPBSELIC>

http://www.circulacao.org.br/pressrelease_marco_2008.html

http://biografias.netsaber.com.br/ver_biografia_c_2365.html

[www.http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=541JDB002](http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=541JDB002)

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)